DIRECITY GOV

RELATÓRIO FINAL TÉCNICO

Mais capacidade para governar, investir e entregar resultados

Como transformar lacunas de gestão em decisões seguras, espaço fiscal e serviços melhores

Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia e Cidade, PEDTC

Base: IEGM 2025, exercício 2024, 644 municípios paulistas jurisdicionados ao TCESP. A capital não integra o universo porque é jurisdicionada ao TCM SP.

Base empírica: exercício 2024. Data de corte da verificação documental: 08 de outubro de 2026. Edição: 25 de outubro de 2026. Fontes, método e controles de qualidade nos capítulos e anexos correspondentes.

Ana Smart Solutions Ltda.

DIRECITY GOV, inteligência e execução para a gestão municipal

Edição para publicação, 25 de outubro de 2026.

Sumário

Objetivo deste relatório....6
Como ler este relatório....6
1. Síntese executiva....8
1.1 A oportunidade: governar com segurança, financiar prioridades e entregar resultados....8
1.2 Cinco evidências de uma oportunidade maior que a compra de ferramentas....9
Achado 1. Fazenda e políticas públicas compartilham necessidades de execução....9
Achado 2. A informação financeira ainda se conecta de forma desigual aos serviços....9
Achado 3. Decisões defensáveis exigem evidências localizáveis e vigentes....10
Achado 4. A capacidade de conduzir a execução é especialmente limitada nos pequenos municípios....11
Achado 5. A obrigação é comprada em partes, e o mercado a vende em partes....12
1.3 Dimensão da oportunidade e critérios para comprovar valor....12
1.4 Capacidade de investimento público: prontidão antes da oportunidade....14
1.5 Projetos financiáveis e capital privado: retorno ajustado ao risco....14
1.6 O primeiro passo do gestor, e o que ele produz nos primeiros 30 dias....15
2. Enquadramento estratégico e diagnóstico do problema....16
2.1 O vetor externo não é tecnológico, é de capacidade institucional....16
2.2 Diagnóstico da situação atual: dez lacunas simultâneas....16
2.3 Sintoma aparente contra causa raiz....17
2.4 A integração já é obrigação legal no núcleo fiscal, e é ali que a indissociabilidade se demonstra....18
2.4.1 Correlacionamento entre as exigências do SIAFIC e os quesitos medidos....18
2.4.2 Os cinco elos da indissociabilidade....21
2.4.3 Da exigência legal à operação verificável....21
3. Metodologia, governança de dados e limitações....22
3.1 Escopo e taxonomia....22
3.2 Fontes de dados e coleta de evidências....22
3.2.1 Proveniência oficial e protocolo de saneamento....24
Proveniência: de onde veio cada dado, e em que forma....24
Protocolo de saneamento aplicado antes de qualquer contagem....25
3.3 Modelos analíticos e método de cálculo....26
3.4 Limitações e o que foi recusado....28
4. Núcleo analítico: seis pilares....30
4.1 Pilar I. As ofertas existentes confirmam a natureza do problema....30
4.1.1 Doze frentes de entrega, e o que as ofertas examinadas cobrem....32
4.1.2 O mercado municipal de contratação existe, tem preço e tem objeto....34
4.1.3 Nenhum fornecedor do mercado municipal reúne as frentes....35
4.2 Pilar II. O gargalo operacional está entre o sistema e a decisão, não na compra do sistema....36
4.3 Pilar III. A economia disponível é de esforço administrativo, e ela é mensurável pelo reuso normativo....38
4.3.1 Certificação, institucionalização e atratividade para investimento....40
4.4 Pilar IV. A capacidade organizacional é o fator limitante, e ele se concentra no município pequeno....40
4.5 Pilar V. Prontidão para investimentos: da necessidade ao benefício realizado....42

4.5.1 O que as fontes externas demonstram....42
4.5.2 As perdas do funil e suas causas....42
4.5.3 O que as instituições medem sobre o custo da fragmentação....43
4.6 Pilar VI. Estruturação de parcerias e mobilização de capital privado....44
4.6.1 Financiabilidade e valor público....44
4.6.2 Retorno privado, financiabilidade e benefício público....45
4.7 Pilar transversal. O que os planos publicados registram....45
4.7.1 Caso de referência. Santo Antônio do Pinhal frente ao Guia de PDTIC do SISP....47
4.8 Pilar transversal II. As frentes de capacidade andam juntas na base do tribunal....48
4.8.1 O que o catálogo de boas práticas efetivamente mostra....49
4.8.2 Osasco: evidência de planejamento com escopo de cidade....49
4.8.3 Caso de origem: Pindamonhangaba....50
5. O plano vivo e a proposta de apoio....50
5.1 O que exige um plano vivo....50
Conteúdo mínimo do PEDTC, e o que cada capítulo resolve....51
Princípios arquiteturais não negociáveis....52
A proposta de apoio: o DIRECITY GOV....52
As três camadas do DIRECITY GOV....52
5.2 Modelo operacional da carteira municipal de investimentos....54
5.2.1 Oito níveis de maturidade....54
5.2.2 Índice interno de prontidão....54
5.2.3 Adequação da fonte....55
5.2.4 Escala compartilhada para municípios pequenos....55
5.3 Estruturação de projetos, concessões e PPPs....56
5.3.1 Matriz de escolha do instrumento....56
5.3.2 Capacidades do DIRECITY GOV e validação do gestor....57
5.3.3 Cinco decisões que não podem ser confundidas....58
5.3.4 Onde os projetos perdem valor e prontidão....58
5.3.5 O que converte prontidão em financiabilidade....59
5.4 Comparação de cenários....59
5.4.1 Estrutura de orçamento e dimensionamento a preencher....60
6. Roteiro de implementação, governança e riscos....61
6.1 Quatro ondas de implantação....61
6.2 Governança e matriz de decisão....61
6.3 Matriz de riscos e sinais de alerta....61
6.4 Governança decisória para concessões e PPPs....63
7. Painel de mensuração de valor....63
7.1 Indicadores de esforço e de resultado....63
Indicadores de esforço, preditivos....63
Indicadores de resultado, consequentes....64
7.1.1 Funil de investimento público....64
7.1.2 Financiabilidade, competição e mobilização de capital....64

7.2 Cronograma de realização de benefícios....65
7.3 Escala para outros estados....66
7.4 Quatro portas de entrada por estágio de maturidade....66
7.5 Viabilidade econômica obrigatória, e a separação entre projeção e garantia....67
7.5.1 A regra de liberação do produto....67
7.5.2 Nove distinções que precisam permanecer explícitas....68
7.5.3 Comparáveis externos, com fonte, denominador e limite....68
7.5.4 Limiar de equilíbrio, calculado e rotulado como limiar....70
7.5.5 O comparável contratual, e o que ele permite dizer....70
7.5.6 Quatro fatores que impedem previsão inflada....71
7.5.7 O que este relatório não afirma, e o desenho que tornaria possível afirmar....71
7.6 Desenho do piloto proposto, e o que ele precisa registrar....72
8. Conclusão: o que os dados permitem afirmar....72
8.1 A posse de PDTIC associa-se à efetividade, com significância nos portes pequeno e grande....72
8.2 Conclusão e próximo passo....73
Anexos: dados base....75
Anexo A. Dicionário de medidas e premissas....75
A.2 Siglas e termos técnicos....75
A.3 Notas técnicas....77
Anexo B. Cascata documental completa....77
Anexo C. Dependência tecnológica do IEGM....78
C.0 Sete quesitos reclassificados e sensibilidade....78
C.1 Por nível de dependência....80
C.2 Por dimensão....80
C.3 Por eixo de capacidade....80
C.4 Classificação completa, quesito a quesito....81
Anexo D. Governança de TI, quesitos reproduzidos da base bruta....196
Anexo E. Escopo e integração dos sistemas municipais....196
Anexo F. Presença textual das 25 práticas nos 191 PDTI encontrados, metodologia Ana Smart Solutions com referência no Guia SISP....197
Anexo F.2. Etapa anterior, amostra documental inicial de 48 planos....199
Anexo G. Cobertura normativa por dimensão do IEGM....201
Anexo H. Série de faixas do IEGM, exercícios 2023 e 2024....201
Anexo I. Proveniência oficial e cadeia de derivação....202
Anexo J. Referências externas....202
Anexo K. Rastreabilidade de dados e controles de qualidade....208
K.2 Ampliação documental e critérios de inclusão....209
Anexo L. Parcerias, concessões e capital privado....211
L.1 Requisitos federais centrais da PPP....211
L.2 Instrumentos do Transferegov e PPP....211
L.3 Fontes primárias verificadas....211
Anexo M. Fragmentação contratual observada no Portal Nacional de Contratações Públicas....211

Anexo N. Matriz de associação entre as frentes de capacidade....212
Anexo O. Correlacionamento entre o SIAFIC e os quesitos do IEGM....216
Anexo P. Índice autoral de condições correlatas ao SIAFIC via IEGM, com pesos do questionário....217
P.1 Pesos usados no índice....218
P.2 Quesitos sem peso oficial, reportados à parte....219
Anexo Q. Pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas, por tema, e valor mensal equivalente do mercado fragmentado....220
Q.1 Os doze recortes, fonte primária deste anexo e do Anexo M....220
Q.2 Valor mensal equivalente por tema, Poder Executivo municipal....221
Q.4 O que este anexo não afirma....221

Objetivo deste relatório

Este relatório responde a uma pergunta do prefeito e de seu secretariado: como governar com segurança perante o Tribunal de Contas, fazer o orçamento comportar as prioridades do mandato e entregar resultados que a população reconheça, num cenário de queda de receitas e repasses, reforma tributária em implementação e confiança institucional deteriorada.

O tribunal mede, e a maioria dos municípios está nas faixas mais baixas de eficiência. No exercício 2024 do estado de São Paulo, 544 de 644 municípios paulistas, 84,5%, ficaram nas faixas C ou C+ do Índice de Efetividade da Gestão Municipal, o IEGM. No quesito i-Gov TI 2.0, 408 de 644, 63,4%, informaram ao TCESP não possuir PDTIC, e 236 de 644, 36,6%, informaram possuir. Para o tribunal, o plano que não foi informado não existe, e este estudo se baseia nos planos informados. Como regra, plano sem publicidade não atende à regulamentação.

A causa raiz existe, mas a obrigação de solucioná-la é comprada em partes. No levantamento nacional do Portal Nacional de Contratações Públicas, 183 de 231 executivos municipais localizados no país contrataram um único dos nove temas de obrigação examinados, quase sempre em contratos de até doze meses, e nenhum dos 337 fornecedores identificados reúne mais de quatro temas. Cada obrigação é resolvida quando vence, e o trabalho recomeça no ano seguinte.

O recurso externo depende de projeto preparado. Parte dos investimentos pode vir de transferências, financiamentos e da iniciativa privada. A prontidão institucional e dos projetos comprova que o município está preparado para estruturar e apresentar propostas, com riscos, responsabilidades, viabilidade e evidências organizados. Isso vale também para municípios pequenos: há investidores em todas as escalas, da ocupação de um prédio público ocioso a grandes concessões, e a escala e a fonte de remuneração definem o instrumento. PPP, em sentido jurídico, é concessão patrocinada ou administrativa nos termos da Lei 11.079/2004; concessão comum e contratação administrativa seguem regimes distintos.

O que o estudo propõe. Fatos e dados mostram a necessidade de uma ferramenta integrada e um Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia e Cidade, PEDTC, não um documento, e sim instrumento de direção abrangente, transversal e vivo, que traduz as prioridades do mandato em ações com responsável, prazo, custo, indicador e evidência e as acompanha até o resultado, em vez de terminar como documento publicado e guardado. O PDTIC exigido pelo tribunal continua necessário e é um dos seus componentes. A base deste estudo mostra os componentes necessários e não a existência de um Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia e Cidade, e sua situação precisa ser diagnosticada em cada município. Não basta planejar de forma integrada sem a capacidade de captar recursos, nem ter o plano se ele não pode ser executado e medido. Para manter o plano em execução, da captação à medição do resultado, o capítulo 5 apresenta o DIRECITY GOV e as capacidades de cada frente.

O que o estudo examina. O diagnóstico parte do IEGM 2025, exercício 2024, dos 644 municípios paulistas e de sua relação com outras normas, com os planos municipais publicados, com as contratações registradas no PNCP e com referências institucionais. O desafio ultrapassa o plano de tecnologia: envolve conectar áreas, serviços, recursos e execução ao longo do tempo.

Autoria e método. Este estudo é da Ana Smart Solutions, que desenvolve o DIRECITY GOV, plataforma apresentada no capítulo 5 como uma das respostas possíveis ao problema descrito. A experiência da equipe em gestão municipal motivou as perguntas do estudo. Os resultados quantitativos provêm das fontes identificadas em cada seção. A extensão do relatório, as ressalvas e os anexos existem para permitir a verificação independente de cada conclusão, e esse é o propósito desta edição.

O que o leitor encontra. O capítulo 1 traz a síntese, os cinco achados e o primeiro passo de 30 dias. Os capítulos 2 a 8 trazem diagnóstico, método, análise, proposta, roteiro, mensuração e conclusão, e os anexos, os dados de base. Acompanham o relatório o Relatório do Prefeito, o Caderno do Secretário, a Nota técnica de contratação, com os precedentes de contratação publicados no PNCP, o Caderno de investimentos e a ficha de cada município.

Como ler este relatório

Cada bloco separa **Fato observado**, **Inferência analítica** e **Recomendação**, e esses três nunca se misturam no mesmo parágrafo. Todo percentual traz numerador e denominador. Toda associação relevante aparece estratificada por porte.

O nome oficial da dimensão é i-Cidade. Onde este relatório escreve **i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)**, o segundo termo é rótulo deste estudo e não renomeação do TCE-SP.

Base de publicação. As respostas municipais correspondem ao exercício 2024. A cadeia documental foi recalculada em 08/10/2026 a partir de 644 códigos IBGE distintos. Evidências externas conservam o ano e o universo de cada levantamento.

Termos usados no texto. IEGM é o Índice de Efetividade da Gestão Municipal do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado em faixas, da C, a mais baixa, à A. i-Gov TI é a dimensão do IEGM sobre governança de tecnologia; as demais são i-Fiscal, i-Planejamento, i-Educ, i-Saúde, i-Amb e i-Cidade. PDTIC é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação. PEDTC é o Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia e Cidade. Relação entre os nomes. PDTIC é o plano de tecnologia da informação exigido pelo controle externo. PEDTC é o termo proposto neste estudo para a direção estratégica que relaciona tecnologia, cidade, serviços e prioridades do governo, da qual o PDTIC é um componente. PDTCI, Plano Diretor de Tecnologia e Cidade Inteligente de Pindamonhangaba, e PETCI, Plano Estratégico de Tecnologia para Cidades Inteligentes de Osasco, são nomes locais de planos com o escopo que este estudo chama de PEDTC. SIAFIC é o sistema único e integrado de execução orçamentária exigido pelo Decreto 10.540 de 2020. PNCP é o Portal Nacional de Contratações Públicas. As camadas A, B e C classificam os planos encontrados pela vigência e pela forma de publicação, conforme o Anexo B. p.p. significa pontos percentuais. ROI, TIR e VPL são medidas de retorno de projetos. As demais siglas estão no Anexo A.2.

1. Síntese executiva

1.1 A oportunidade: governar com segurança, financiar prioridades e entregar resultados

Prioridade de gestão. A decisão do prefeito e da Secretaria de Fazenda começa pela capacidade de conduzir o município: cumprir obrigações e sustentar decisões perante os órgãos de controle, fazer o orçamento comportar as prioridades e entregar melhorias que a população reconheça. Menos espera no atendimento, licenciamento mais ágil e condições para gerar emprego são exemplos de objetivos a pactuar e medir em cada projeto.

Prioridade do decisor	Entrega a estruturar	Como verificar o benefício
Segurança jurídica na condução da gestão	Decisões fundamentadas, riscos tratados, prazos e evidências sob responsabilidade definida	Pendências resolvidas, obrigações atendidas e decisões com documentação verificável
Dinheiro no caixa e capacidade de investimento	Custos revistos, desperdícios identificados e projetos viáveis ligados a fontes compatíveis	Economia efetiva contra a linha de base, impacto no custeio e recursos efetivamente disponíveis
Resultado reconhecido pelo cidadão	Prioridades convertidas em serviços melhores e condições para atividade econômica	Tempo de espera, prazo de licenciamento e outros indicadores pactuados com comparação antes e depois

Fato observado. No universo dos 644 municípios paulistas analisados, 544 estão nas faixas C ou C+ do IEGM, 84,5%, enquanto 100 estão em B ou B+, 15,5%. Esse resultado mede efetividade segundo os critérios do tribunal. Fonte: resultados oficiais do TCE SP, exercício 2024, Anexo H.

Inferência analítica. Quando cada obrigação é tratada isoladamente, a gestão pode subestimar a oportunidade de usar o mesmo diagnóstico, projeto e conjunto de evidências para resolver várias necessidades. O cruzamento normativo deste estudo identifica esse potencial de coordenação. Sua conversão em economia, redução de risco e serviço melhor depende do desenho e da execução de cada ação.

> **A oportunidade que a gestão pode estar subestimando**
>
> Uma ação bem desenhada pode responder a várias necessidades: cumprir uma obrigação, melhorar um processo, produzir informação para o orçamento e preparar um projeto para financiamento. O valor dessa abordagem está na coordenação das entregas e no aproveitamento da capacidade já instalada.
>
> O Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia e Cidade organiza prioridades e compromissos entre secretarias. O DIRECITY GOV propõe conectar diagnóstico, viabilidade, fonte de recursos, contratação, execução e evidência, conforme as capacidades e os limites descritos neste relatório.

Recomendação. Iniciar por um diagnóstico das prioridades do município e selecionar uma carteira de ações com responsável, prazo, viabilidade e indicador de benefício. O PEDTC organiza essa direção e precisa permanecer ligado à execução, da identificação do problema à prestação de contas, incluindo a busca de fontes compatíveis quando o orçamento disponível for insuficiente. O capítulo 5 apresenta a plataforma proposta para apoiar esse trabalho e as capacidades de cada frente.

1.2 Cinco evidências de uma oportunidade maior que a compra de ferramentas

Achado 1. Fazenda e políticas públicas compartilham necessidades de execução

Fato observado. No cenário ampliado da classificação autoral aplicada ao questionário oficial, 5.953,5 de 7.030 pontos, 84,7%, dependem de tecnologia de forma mandatória ou habilitadora, frente a 1.076,5 de 7.030, 15,3%, classificados como não tecnológicos. No i-Fiscal, 905,5 de 1.000 pontos são mandatórios, 90,6%, comparados a 675,0 de 1.000 no i-Gov TI, 67,5%. A classificação mede dependências de execução, não pontos perdidos pelos municípios. Fonte: manual e instrução de preenchimento do TCE SP; método e decomposição no Anexo C.

Inferência analítica. A distribuição indica que informação confiável, processos e capacidade de execução interessam diretamente à Fazenda e às secretarias finalísticas.

Recomendação. Priorizar ações pelos problemas fiscais, operacionais e de serviço que resolvem, articulando as secretarias responsáveis. O alcance deve ser municipal: 2.761 de 3.436 pontos mandatórios, 80,4%, estão fora do i-Gov TI, comparados aos 675 de 3.436, 19,6%, da própria dimensão.

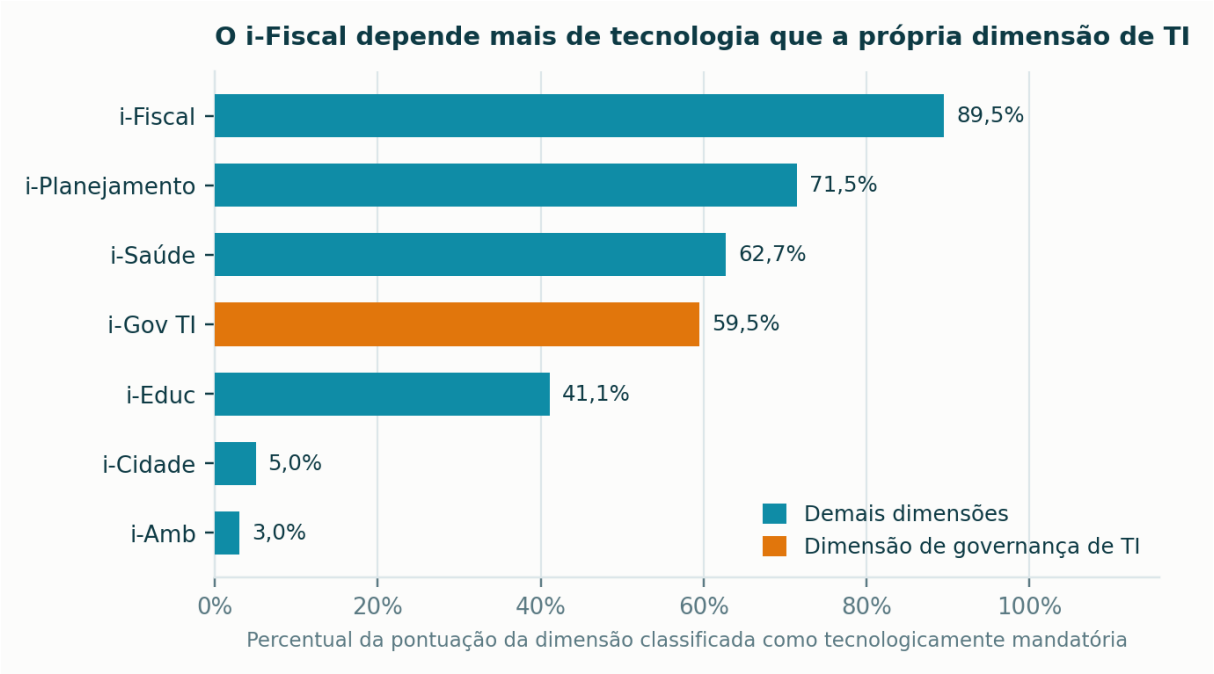

Figura 1. Na figura, i-Cidade é a forma curta de i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico). Percentual da pontuação de cada dimensão classificada como tecnologicamente mandatória. Rubrica autoral deste estudo, não é classificação do TCE-SP. Base de 1.000 pontos por dimensão, 1.030 em i-Amb.

Achado 2. A informação financeira ainda se conecta de forma desigual aos serviços

Fato observado. Em compras, licitações e contratos, 614 de 634 municípios com sistema declaram integração à contabilidade, 96,8%. Em tributos, são 584 de 635, 92,0%. Na saúde, 245 de 583, 42,0%; no ensino, 192 de 439, 43,7%. Fonte: respostas municipais ao TCE SP, quesitos i-Gov TI 8.1 e 8.2, Anexo E.

Inferência analítica. O contraste aponta uma oportunidade de aproximar planejamento financeiro e operação dos serviços.

Recomendação. Para cada serviço priorizado, vincular recursos, demanda, capacidade de atendimento e entrega. Pactuar indicadores como tempo de espera, prazo de licenciamento e custo por atendimento, com linha de base e acompanhamento.

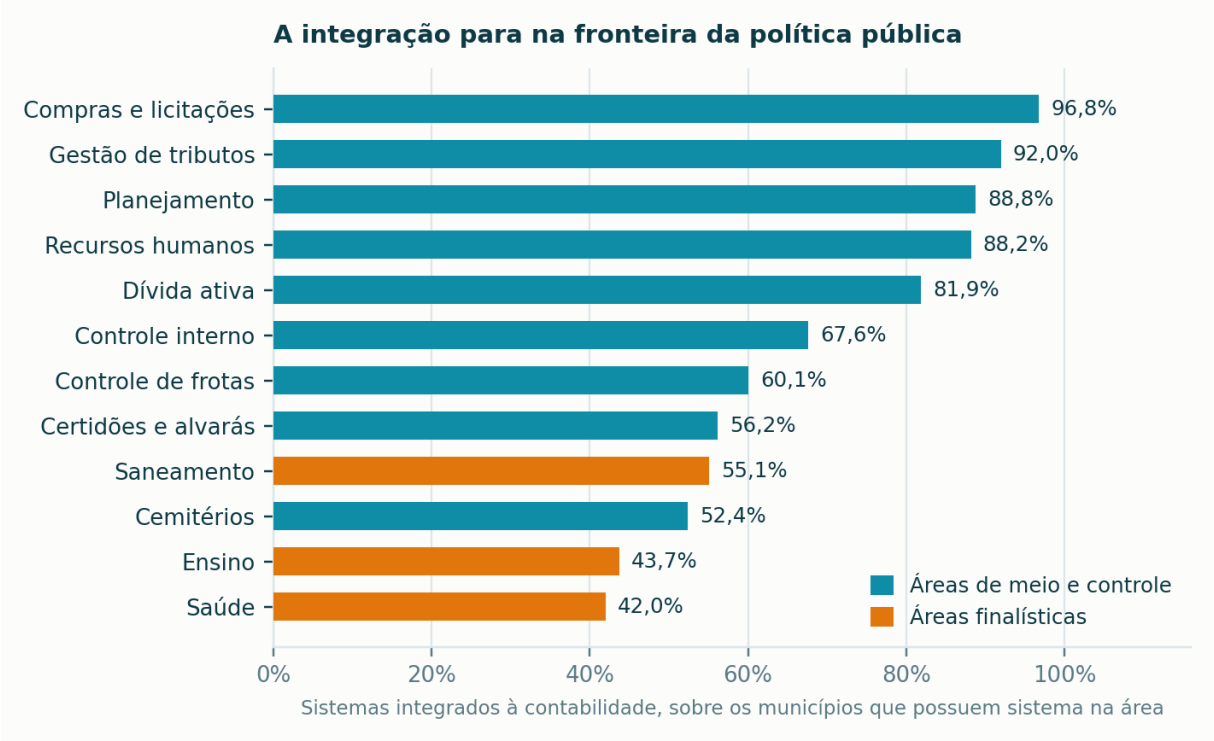

Figura 2. Municípios que declaram integrar o sistema da área à contabilidade, sobre os que declaram possuir sistema naquela área. Denominadores e contagens no Anexo E.

Achado 3. Decisões defensáveis exigem evidências localizáveis e vigentes

Fato observado. No quesito i-Gov TI 2.0, 408 de 644 municípios, 63,4%, responderam 'NÃO POSSUI PDTIC' e 236 de 644, 36,6%, responderam que possuem. O questionário do TCESP formula a pergunta sobre a posse de PDTIC vigente e apresenta essas opções de resposta. Na verificação documental com corte de 08/10/2026, 48 municípios integram a Camada A e 67 a Camada B. São 115 de 644 com documento integral confirmado e vigente no exercício 2024, 17,9%, frente a 529 de 644 fora desse recorte, 82,1%. Este recorte documental não altera as respostas municipais ao quesito. Outros 35 possuem documento de vigência posterior e 41 têm documento confirmado sem período de vigência explícito no texto lido. A soma das quatro classes é 191 de 644, 29,7%. Por porte, são 43 de 391 pequenos, 11,0%; 59 de 212 médios, 27,8%; e 13 de 41 grandes, 31,7%, elegíveis. Fonte e regras: Anexo B, Manual e questionário principal do IEG-M 2025, ano-base 2024; regras da cadeia documental no Anexo B.

Inferência analítica. Dos 529 fora do recorte elegível, 408 informaram ao tribunal não possuir PDTIC e 121 informaram possuir, mas o plano integral e vigente em 2024 não foi localizado no endereço informado, na data da coleta, 13 e 14 de setembro de 2026, o que pode decorrer de não publicação, de publicação em outro local ou de indisponibilidade posterior do endereço. A diferença entre a resposta municipal e o documento localizado aponta uma necessidade de rastreabilidade.

Recomendação. Manter para cada decisão relevante a obrigação atendida, o fundamento, o responsável, a aprovação, a vigência e a evidência de execução. Essa organização apoia prevenção de falhas e prestação de contas.

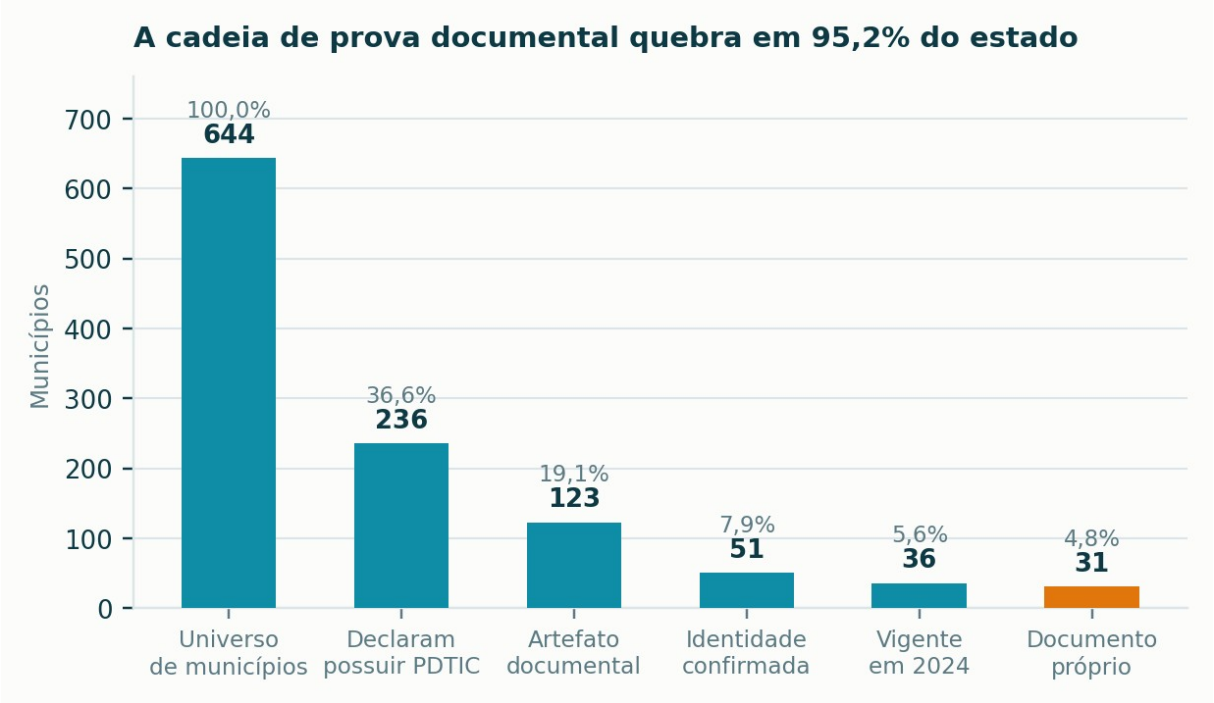

Figura 3. Cascata documental dos 644 municípios. Detalhamento com origem de cada etapa no Anexo B.

Achado 4. A capacidade de conduzir a execução é especialmente limitada nos pequenos municípios

Fato observado. Entre os 391 municípios pequenos, 237 não declaram setor de TIC ou registram até uma pessoa na área, 60,6%, comparados aos demais 154 de 391, 39,4%. O primeiro grupo reúne 143 sem setor declarado, um com contagem explícita de zero e 93 com uma pessoa. No mesmo porte, 338 de 391 estão em IEGM C ou C+, 86,4%, comparados a 53 de 391 em B ou B+, 13,6%. Fonte: respostas municipais ao TCE SP e população de referência do IBGE.

Inferência analítica. A capacidade restrita da área de apoio pode dificultar a continuidade de iniciativas que exigem coordenação entre secretarias.

Recomendação. Organizar um suporte permanente à condução da carteira, com rotinas, capacitação, responsáveis e apoio especializado quando necessário. Uma plataforma de apoio pode reduzir o esforço de organizar informações e acompanhar pendências, preservando a decisão e a responsabilidade dos agentes públicos. O desenho por porte e a possibilidade de atuação compartilhada estão no capítulo 5.

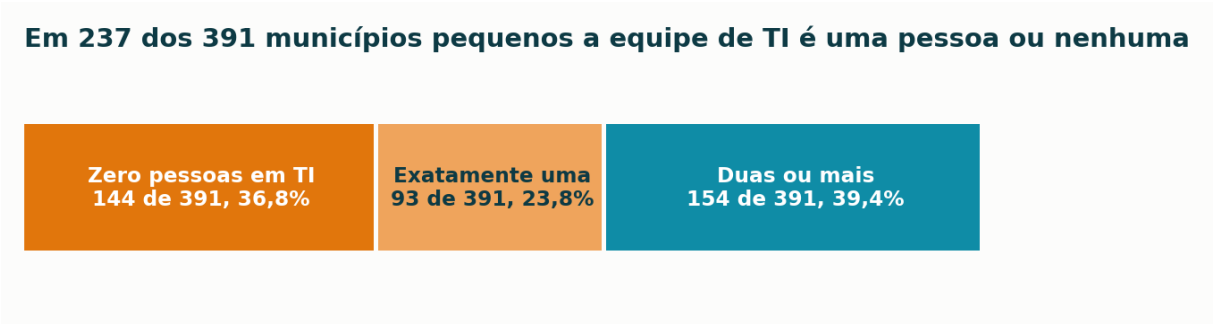

Figura 4. Distribuição do pessoal no setor de TIC entre os 391 municípios pequenos. A categoria zero agrega 143 municípios sem setor declarado e um com contagem explícita de zero. Os 93 com uma pessoa completam o grupo de 237. Essa convenção não comprova ausência de profissionais ou serviços de TI fora de um setor formal.

Achado 5. A obrigação é comprada em partes, e o mercado a vende em partes

Fato observado. No Portal Nacional de Contratações Públicas, em levantamento nacional por busca temática sobre nove temas de obrigação municipal, 183 de 231 executivos municipais localizados no país contrataram um único tema, 79,2%, com média de 1,24 tema por ente. Do lado da oferta, em 337 fornecedores identificados por CNPJ nenhum reúne mais de quatro dos nove temas, e 304 atuam em um único tema, 90,2%. A vigência mediana dos contratos é de 1,00 ano e 93,7% terminam em até doze meses. Em nove municípios, Executivo e Câmara contrataram o mesmo tema separadamente. Fonte: consolidação de doze recortes temáticos do PNCP, Anexo M.

Inferência analítica. O município resolve a obrigação que venceu e o mercado entrega o documento que a encerra. Nenhum dos dois lados sustenta a coordenação entre as frentes, que é justamente onde a base do tribunal mostra que elas se encontram. No núcleo orçamentário e financeiro, o Decreto 10.540 de 2020 já proibiu essa fragmentação ao vedar mais de um SIAFIC por ente federativo. Nas demais frentes, ela permanece.

Recomendação. Antes de contratar a próxima obrigação, verificar quais outras necessidades a mesma ação e a mesma evidência poderiam atender, conforme a matriz de impacto multiobrigação da seção 4.3. O primeiro passo está descrito na seção 1.6.

1.3 Dimensão da oportunidade e critérios para comprovar valor

> **Como demonstrar o retorno para o município**
>
> **A premissa da abordagem é que cada projeto apresente ROI, TIR, VPL e ponto de equilíbrio econômico financeiro projetados, com premissas sustentadas por contratações comparáveis e revisadas pelo município. Quando uma métrica não for matematicamente aplicável, a justificativa e a medida substituta devem ser explícitas, conforme a seção 7.5.**
>
> O diagnóstico a seguir dimensiona lacunas. A economia orçamentária e os benefícios ao cidadão precisam ser estimados por projeto e verificados após a execução.

Dimensão da oportunidade	Medida observada	Numerador	Denominador e comparação
Efetividade da gestão	Municípios em IEGM C ou C+	544	644 municípios, 84,5%; outros 100 em B ou B+, 15,5%
Capacidade de conduzir projetos nos pequenos	Sem setor de TIC declarado ou com até uma pessoa registrada	237	391 pequenos, 60,6%; demais 154, 39,4%
Rastreabilidade do planejamento	Documentos integrais elegíveis	115	644 municípios, 17,9%; nos outros 529, plano integral e vigente não informado ou não localizado
Informação para gerir saúde e ensino	Pares município e área com sistema sem integração à contabilidade	585	1.022 pares com sistema; 437 declaram integração
Capacidades necessárias para executar	Pontos de dependência mandatória ou habilitadora	5.953,5	7.030 pontos, 84,7%; outros 1.076,5 pontos, 15,3%
Coordenação entre secretarias	Pontos mandatórios fora do i-Gov TI	2.761	3.436 mandatórios, 80,4%; 675 no i-Gov TI, 19,6%
Aproveitamento de ações e evidências	Quesitos com duas ou mais normativas	85	282 quesitos

Dimensão da oportunidade	Medida observada	Numerador	Denominador e comparação
	mapeadas		mapeados, 30,1%; demais 197, 69,9%

As contagens dimensionam necessidades e possibilidades de coordenação. O reuso normativo é potencial de aproveitamento de uma mesma ação, sem equivalência automática com economia em reais. Em saúde e ensino, a soma usa pares município e área: o mesmo município pode aparecer nas duas áreas.

1.4 Capacidade de investimento público: prontidão antes da oportunidade

Fato observado. O estudo nacional de transferências voluntárias do Ipea encontrou participação ampla dos municípios na apresentação de propostas e conversão inferior em instrumentos formalizados. A Sudene registrou impedimentos técnicos ligados à preparação, e o TCU identificou planos de trabalho ainda não iniciados no recorte auditado. Banco Mundial e OCDE tratam gestão financeira, dados, capacidade de absorção e preparação de projetos como condições do investimento subnacional.

Inferência analítica. O recurso disponível só produz valor público quando atravessa uma cadeia completa: necessidade comprovada, prioridade, projeto, fonte compatível, elegibilidade, viabilidade, contratação, execução, prestação de contas e benefício medido. A maior parte dessa cadeia permanece sob responsabilidade municipal.

Recomendação. Organizar uma carteira municipal pronta para as fontes de recursos compatíveis. Essa prontidão comprova que o município está preparado para captar, isto é, estruturar e apresentar projetos elegíveis, instruídos e viáveis. O DIRECITY GOV propõe apoiar a identificação de oportunidades, o diagnóstico de impedimentos, a preparação do dossiê e o acompanhamento da execução. A aprovação e o desembolso dependem da elegibilidade, da disponibilidade da fonte e da decisão do concedente, banco ou investidor; o retorno depende também da execução e dos resultados do projeto.

Pergunta do decisor	Resposta executiva	Evidência e localização
Onde o município perde capacidade de investimento?	Na passagem entre necessidade, projeto, fonte, contratação e execução	Pilar V, seção 4.5
O que a proposta prevê?	Carteira única, prontidão, viabilidade, execução e evidência, conforme as capacidades descritas na seção 5.3.2	Modelo operacional, seção 5.2
Como implantar?	Quatro ondas, com dono e gates	Roteiro, seção 6.1
Como medir valor?	Conversão por etapa e benefício realizado	Indicadores, seção 7.1.1
Qual é o limite da promessa?	Prontidão comprova preparo para captar; aprovação, desembolso e retorno não são garantidos	Viabilidade, seção 7.5

1.5 Projetos financiáveis e capital privado: retorno ajustado ao risco

Fato observado. O Banco Mundial organiza a prontidão municipal para PPP a partir da capacidade institucional, do marco jurídico, do planejamento, do orçamento e dos recursos disponíveis para desenvolver e fiscalizar projetos. O TCU trata concessões e PPPs como ciclo completo de política pública. A Lei 11.079 de 2004 exige responsabilidade fiscal, transparência, repartição objetiva de riscos, sustentabilidade financeira e vantagem socioeconômica.

Inferência analítica. Capital privado decide por retorno esperado ajustado ao risco. Fluxo de caixa previsível, demanda verificável, capacidade de pagamento, regras estáveis, dados confiáveis, licenças, matriz de riscos e contrato executável reduzem a incerteza que forma preço, garantias e custo de capital. Prontidão melhora a financiabilidade e a competição. Segurança absoluta não existe.

Recomendação. Transformar a carteira municipal em conjunto estruturado, comparável e auditável de projetos. Cada projeto apresenta problema, demanda, modelo de entrega, CAPEX, OPEX, receitas, impacto fiscal, ROI, TIR, VPL, riscos, garantias, licenças, cronograma, evidências e gate de decisão. O investidor avalia o projeto; a Administração preserva o interesse público e escolhe o instrumento.

Pergunta de investimento	Evidência esperada	Efeito sobre a decisão
Existe demanda comprovada?	Linha de base, usuários, elasticidade e cenários	Reduz incerteza de receita e capacidade
O projeto cabe no município?	PPA, orçamento, RCL, contrapartida e passivos	Testa capacidade de pagamento
O fluxo remunera o risco?	CAPEX, OPEX, receitas, impostos, financiamento, TIR e VPL	Permite precificação e comparação

Pergunta de investimento	Evidência esperada	Efeito sobre a decisão
Os riscos estão com quem pode controlá-los?	Matriz quantificada, seguro, gatilho e tratamento	Reduz prêmio, litígio e reequilíbrio
O projeto pode ser contratado?	Base legal, licenças, fundiário, consulta e minutas	Reduz risco de atraso e invalidação
A execução será verificável?	Indicadores, mecanismo de pagamento, dados e fiscalização	Liga remuneração ao desempenho
Há saída e continuidade?	Bens reversíveis, portabilidade, encerramento e nova licitação	Protege serviço e valor residual

1.6 O primeiro passo do gestor, e o que ele produz nos primeiros 30 dias

Frase que resume a proposta. O município não precisa de mais um documento aprovado. Precisa de um método que converta prioridade em ação com responsável, evidência e resultado verificável, tanto onde o plano ainda não existe quanto onde ele já existe e não está sendo executado.

Fato observado. O ponto de partida do gestor depende de o município ter ou não PDTIC informado ao tribunal, situação descrita no Achado 3, e os quatro passos abaixo servem aos dois grupos. O roteiro completo, com quatro ondas de implantação, está na seção 6.1. Fonte: declarações ao TCE SP, cascata no Anexo B.

Passo e problema que resolve	Ação, responsável e insumo	Entrega e critério de aceite	Indicador
1. As prioridades do mandato não estão traduzidas em ações com dono	Oficina de priorização conduzida pelo patrocinador nomeado pelo prefeito, com as secretarias finalísticas. Insumo: PPA, LDO, LOA, planos setoriais e demandas já registradas	Lista de cinco a dez prioridades, cada uma com problema descrito e linha de base. Aceite: cada prioridade tem problema mensurável, público atendido e responsável nomeado	Prioridades com linha de base sobre prioridades registradas
2. Não se sabe qual evidência existe, onde está e se continua vigente	Diagnóstico de prontidão conduzido pelo ponto focal de tecnologia e dados, com o controle interno. Insumo: documentos publicados, endereços declarados, atos de aprovação e certidões	Inventário de evidências com endereço estável, versão, vigência e responsável. Aceite: toda evidência do inventário resolve para terceiro e tem data de validade registrada	Evidências municipais validadas sobre evidências requeridas no escopo
3. A ação escolhida atende uma obrigação e deixa as demais para depois	Desenho multiobrigação da primeira ação, pela secretaria finalística com apoio do escritório de projetos. Insumo: cadastro de relacionamentos normativos e quesitos aplicáveis à ação	Matriz de impacto multiobrigação, com quesitos e normas atendidos pela mesma evidência. Aceite: a ação registra ao menos duas necessidades atendidas pela mesma evidência	Aproveitamento multiobrigação sobre ações priorizadas
4. A ação é aprovada sem cálculo econômico e sem plano de verificação	Ficha de viabilidade preenchida pela área técnica e revisada por finanças e pelo jurídico. Insumo: custos, demanda, comparáveis, taxa de desconto declarada e restrições fiscais locais	Ficha com ROI, TIR, VPL, ponto de equilíbrio, cenários e premissas datadas. Aceite: premissas revisadas pelo município e plano de confronto entre projetado e realizado definido	Prontidão de projetos sobre projetos priorizados

O que este bloco é, e o que ele ainda não é

Os quatro passos descrevem um desenho proposto, apoiado nas capacidades e nos limites declarados no capítulo 5. Eles não relatam implantação já executada e medida em município contratante.

Os dois pontos de partida usam o mesmo desenho. Onde não há plano vigente, o passo 2 constrói o inventário inicial de evidências. Onde já existe plano vigente, o passo 2 confere vigência, endereço e execução do que foi aprovado, e o trabalho começa pela execução, não pela redação de um documento novo.

Prazo, custo, dedicação de pessoal e quantidade de ações dependem do porte, da equipe e do orçamento do município. A estrutura de dimensionamento a preencher está na seção 5.4.1.

Proposta de apoio e próximo passo. O DIRECITY GOV é uma plataforma de apoio à gestão dessa jornada. Além de estruturar o PDTIC, reúne capacidades relacionadas ao planejamento, à convergência entre necessidades, à preparação de projetos, aos recursos e contratações, ao acompanhamento e à organização de evidências. O escopo de cada capacidade está no capítulo 5. Sua adequação e seus resultados devem ser avaliados no contexto municipal, começando por um diagnóstico ou por um piloto com linha de base e critérios acordados, como descreve a seção 7.6.

2. Enquadramento estratégico e diagnóstico do problema

2.1 O vetor externo não é tecnológico, é de capacidade institucional

Um desafio central para essa capacidade é a transformação digital e processual dos municípios. Grande parte das obrigações depende de automação, disciplina historicamente negligenciada, o que resulta em sistemas ilhados, baixa integração, dados inconsistentes e uma forma ainda antiga de operar a máquina pública. Na gestão pública, a automação integrada dos processos ainda é tratada como compra de equipamentos, e não como transformação da forma de trabalhar. Parceiros, financiadores e fornecedores se afastam da administração que não se organiza nem busca eficiência, e se aproximam quando percebem essa prática.

A tecnologia deixou de ser área de apoio. A tecnologia está em tudo o que a prefeitura faz, do celular em que o gestor despacha à minuta do estudo técnico preliminar, da folha de pagamento ao prontuário da saúde, da matrícula escolar à emissão do alvará. Nada mais funciona sem ela, e a gestão municipal é hoje extremamente dependente dela. Nas empresas, já não há espaço para o gestor de tecnologia que olha apenas o suporte: quem lidera a tecnologia precisa entender do negócio. Na prefeitura, o negócio é a política pública, e por isso o plano de tecnologia é assunto de todas as secretarias, e não de uma área de apoio. A classificação do Achado 1 dá a dimensão: 2.761 de 3.436 pontos mandatórios do IEGM que dependem de tecnologia estão fora do i-Gov TI.

Fato observado. O Mapa de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação organiza a maturidade municipal em cinco dimensões, infraestrutura, governança, pessoas, serviços e processos de TIC, e permite comparação do município com seu estado, sua região e municípios do mesmo porte. Consulta em 15 de setembro de 2026.

Fato observado. A OCDE, em publicação sobre digitalização de governos subnacionais, identifica carências de competências, equipamentos e infraestrutura, junto com desafios de segurança cibernética, proteção de dados e cooperação entre níveis de governo.

Fato observado. A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes define transformação digital urbana como ação planejada, inclusiva e conectada a problemas concretos, com governança colaborativa, resiliência, qualidade de vida e uso responsável de dados.

Fato observado. O Banco Mundial, em trabalho sobre financiamento subnacional, identifica restrições de demanda, de oferta e de regulação, e recomenda fortalecer base de financiamento, gestão financeira, dados, capacidade de absorção e ambiente regulatório.

Inferência analítica. Essas fontes não validam nenhum percentual paulista e não devem ser usadas para isso. Elas validam a **natureza** do problema: multidimensional, de capacidade organizacional, e não resolvível por aquisição de software, conectividade ou redação de um documento.

Recomendação. Usar essas referências como estrutura de diagnóstico, nunca como estimativa. Cada município continua avaliado pela própria evidência, porte, território, capacidade fiscal e prioridades.

2.2 Diagnóstico da situação atual: dez lacunas simultâneas

Fato observado. A investigação encontrou lacunas que ocorrem ao mesmo tempo no mesmo município: planejamento, pessoas, treinamento, segurança, dados, integração, publicação, contratação, monitoramento e prontidão para investimento. Elas atravessam i-Educ, i-Saúde, i-Fiscal, i-Amb, i-Planejamento e i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico).

Inferência analítica. Lacunas simultâneas não se resolvem em sequência com instrumentos separados, porque compartilham os mesmos insumos escassos: a pessoa, o dado e a evidência. Atacá-las uma a uma consome a mesma pessoa várias vezes.

Recomendação. Tratar as dez lacunas como um único sistema de capacidade, com um instrumento que as coordene, e medir o reuso de evidência como indicador de eficiência administrativa.

2.3 Sintoma aparente contra causa raiz

A tabela a seguir separa sintoma aparente de causa raiz em cinco pares, sem sobreposição entre eles e sem deixar de fora o que o dado alcança. O critério de decomposição está no Anexo A.3.

Sintoma aparente	Causa raiz estrutural	Evidência que separa os dois
Falta tecnologia no município	Falta governança da tecnologia já instalada	637 de 644 têm software de gestão, 98,9%, e 355 de 644 não têm política de segurança, 55,1%
Falta o documento PDTIC	Falta a cadeia que torna qualquer documento verificável	115 de 644 com documento integral confirmado e vigente em 2024, 17,9%; o acesso ao link declarado é medida distinta
Os planos existentes são fracos	Os planos não registram a informação que liga objetivo a execução	Nos 186 PDTI lidos, indicadores mensuráveis foram encontrados em 53, 28,5%, e orçamento ou custo das ações em 64, 34,4%; em média, 9,6 das 25 práticas do Guia SISP
Falta dinheiro no município pequeno	O estudo não mede capacidade fiscal individual	237 de 391 pequenos com zero ou uma pessoa em TI, 60,6%, sem base de despesa municipal que permita afirmar restrição financeira
TI é assunto da secretaria de TI	80,4% dos pontos mandatórios estão fora do i-Gov TI	2.761 de 3.436 pontos mandatórios em seis outras dimensões

As cinco linhas são mutuamente exclusivas quanto à causa e coletivamente exaustivas quanto ao que o dado alcança.

Inferência analítica. A terceira linha merece destaque. O estudo buscou nos planos publicados a informação que o Guia de PDTIC do SISP indica, e em grande parte ela não está lá: o que falta não é apenas o documento, é o conteúdo que liga objetivo a custo, indicador e acompanhamento.

Recomendação. Toda a argumentação deste relatório sustenta a coluna do meio, nunca a da esquerda. **Tratar apenas o sintoma aparente tende a repetir soluções pontuais.** A entrega de valor está em atacar a causa raiz, e é isso que define o escopo do instrumento proposto.

2.4 A integração já é obrigação legal no núcleo fiscal, e é ali que a indissociabilidade se demonstra

Fato jurídico. O Decreto 10.540, de 5 de novembro de 2020, que regulamenta os artigos 48 e 48-A da Lei Complementar 101 de 2000, determina no artigo 1º, parágrafo 6º, que o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, o SIAFIC, será único para cada ente federativo, vedada a existência de mais de um SIAFIC no mesmo ente. O parágrafo 1º do mesmo artigo estende seu uso a todos os Poderes e órgãos referidos no artigo 20 da Lei Complementar 101 de 2000, incluídas as defensorias públicas, preservada a autonomia de cada um. O artigo 2º define sistema único como aquele de base de dados compartilhada entre seus usuários, e sistema integrado como aquele que permite comunicação sem intervenção humana com outros sistemas estruturantes. O artigo 18 fixou a vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, e o Decreto 11.644 de 2023 admitiu plano de ação excepcional com prazos posteriores.

Inferência analítica. A integração entre sistemas do mesmo ente não é boa prática recomendada por este estudo. No núcleo orçamentário, financeiro e patrimonial ela é norma vigente, com vedação expressa à multiplicidade e com alcance sobre Executivo e Legislativo do mesmo município. O legislador já resolveu, para esse núcleo, a pergunta que este relatório discute para as demais frentes: quando os sistemas de um mesmo ente não conversam, a consequência é perda de controle, e a resposta escolhida foi a unicidade.

2.4.1 Correlacionamento entre as exigências do SIAFIC e os quesitos medidos

Método. O Anexo O relaciona 55 quesitos e subquesitos do IEGM aos dispositivos do Decreto 10.540/2020. A relação é funcional e foi testada contra as respostas do exercício 2024; não constitui auditoria de conformidade do SIAFIC de cada município.

Método declarado antes da tabela. Cada linha liga um dispositivo do Decreto 10.540 de 2020 a um quesito do IEGM que testa, na prática, o mesmo atributo, unicidade e integração, transparência em tempo real, ou segurança e rastreabilidade. A palavra pilares usada para nomear esses eixos é síntese editorial deste estudo, não vocabulário do decreto, que não usa esse termo em nenhum ponto do texto. A ligação direta funcional indica que o quesito pode operacionalizar atributo exigido pelo decreto, não que o decreto exija o mesmo documento ou que a resposta geral da Prefeitura prove conformidade do SIAFIC. A coluna Vínculo distingue correspondência direta, quando o quesito testa o mesmo objeto do dispositivo, de correspondência indireta, quando o quesito testa uma condição institucional sem a qual o SIAFIC não funciona de fato, mesmo que o dispositivo não o cite nominalmente. O quesito do IEGM não afere conformidade com o decreto, e este relatório não auditou a configuração do SIAFIC de nenhum município. A correspondência é de objeto, não de conformidade. Um eixo do decreto, conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, não tem quesito dedicado no IEGM, aparece apenas como pressuposto dos indicadores automáticos do AUDESP, e por isso não entra na tabela abaixo. Denominadores condicionados por lógica de pulo do questionário estão declarados linha a linha.

Dispositivo do decreto	Quesito do IEGM que testa o atributo	Vínculo	Resultado no universo de 644
Artigo 1º, parágrafo 6º, sistema único	i-Gov TI 8.0, posse de sistema de gestão de processos	Indireto, proxy de informatização	637 de 644, 98,9%
Artigo 2º, sistema integrado	i-Gov TI 8.2, compras, licitações e contratos integrados à contabilidade	Indireto, integração correlata	617 de 637 respondentes condicionados, com sistema de gestão de processos, 8.0, 96,9%
Artigo 2º, sistema integrado	i-Gov TI 8.2, controle interno integrado à contabilidade	Indireto, integração correlata	363 de 637 respondentes condicionados, 57,0%
Artigo 1º,	i-Gov TI 8.3, bases de dados	Indireto, escopo mais amplo	595 de 637

Dispositivo do decreto	Quesito do IEGM que testa o atributo	Vínculo	Resultado no universo de 644
parágrafo 6º, sistema controlado pelo ente	sob gestão direta da Prefeitura, inclusive a de contabilidade		respondentes condicionados, 93,4%. Ressalva, o decreto trata do SIAFIC especificamente, o quesito 8.3 também cobre bases de outras áreas
Artigo 7º, caput e parágrafo 1º, tempo real	i-Fiscal 19.0, divulgação da receita arrecadada em tempo real	Direto	595 de 644, 92,4%
Artigo 8º, caput	i-Fiscal 20.0, divulgação da despesa executada em tempo real	Direto	591 de 644, 91,8%
Artigo 7º, caput	i-Fiscal 18.0, transparência fiscal divulgada na página eletrônica	Direto	628 de 644, 97,5%
Artigo 7º, caput	i-Fiscal 21.0, remuneração individualizada por agente público	Direto	557 de 644, 86,5%
Artigo 7º, caput	i-Fiscal 22.0, diárias e passagens por favorecido	Direto	458 de 644, 71,1%
Artigo 11 a 15, pré-condição institucional	i-Fiscal 1.0, estrutura administrativa tributária	Indireto	612 de 644, 95,0%
Artigo 11, segregação de funções	i-Fiscal 1.5, segregação entre lançadoria, arrecadação, fiscalização e contabilidade	Direto	528 de 612 respondentes condicionados, com estrutura tributária, 1.0, 86,3%
Artigo 11, controle de acesso por usuário	i-Fiscal 1.5.1, segregação de acesso ao sistema com identificação do usuário	Direto	525 de 528 respondentes condicionados, com segregação de funções, 1.5, 99,4%
Artigo 11 a 15, governança de segurança	i-Gov TI 3.0, Política de Segurança da Informação instituída	Direto	289 de 644, 44,9%
Artigo 11, identificação do responsável	i-Gov TI 3.1.1, uso de assinatura eletrônica normatizado no Termo de Responsabilidade	Direto	138 de 224 respondentes condicionados, 61,6%
Artigos 4º, §8º, 9º, II, e 15, disponibilidade e recuperação	i-Gov TI 3.4, Plano de Continuidade dos Serviços de TIC	Direto funcional, escopo municipal mais amplo	135 de 289 respondentes condicionados, 46,7%

Dispositivo do decreto	Quesito do IEGM que testa o atributo	Vínculo	Resultado no universo de 644
Artigo 15, cópia recuperável da base	i-Gov TI 3.5, política de backup formalmente instituída	Direto funcional, instrumento documental não nomeado no decreto	244 de 289 respondentes condicionados, 84,4%
Artigo 1º, parágrafo 6º, ausência de sistema paralelo de controle	i-Planejamento 14.0 a 14.5.1, instituição, autonomia e atuação do Controle Interno	Indireto, por necessidade funcional	622 de 644 instituíram o Controle Interno, 96,6%, mas só 400 de 622 respondentes condicionados elaboraram Plano Operativo Anual, 64,3%
Artigo 2º, base de dados compartilhada entre as peças orçamentárias	i-Planejamento 10.0, compatibilidade entre PPA, LDO e LOA	Indireto, por necessidade funcional	Do item de maior adesão, 634 de 644, 98,4%, ao de menor, 436 de 644, 67,7%, detalhamento por opção no Anexo P

Leitura das normas ISO no i-Gov TI. O quesito 3.2 registra 135 respostas afirmativas em 289 respondentes condicionados, 46,7%, e o 3.2.1 detalha 404 seleções de normas feitas pelos mesmos 135 municípios. Essas respostas são declarações de uso das referências nos processos internos; não são prova independente de conformidade integral, certificação ou aplicação ao SIAFIC. O questionário valoriza a prática declarada. O Decreto 10.540 não exige certificação ISO. A ISO/IEC 27001 pode ser adotada como boa prática sem certificação externa. A execução de políticas de segurança e backup em sistemas digitais requer controles técnicos de acesso e proteção, cópias efetivas e capacidade de restauração testada. RBAC e firewall são exemplos de implementação, não arquiteturas nominalmente impostas pelo Decreto 10.540/2020. A resposta afirmativa aos quesitos 3.0 e 3.5 comprova apenas a declaração de políticas formais; alcance no SIAFIC e eficácia exigem exame documental e operacional. O cruzamento foi feito quesito a quesito, com fonte primária no questionário do TCESP e no Decreto 10.540/2020.

Correspondência técnica verificada. O NIST publica uma referência informativa entre ISO/IEC 27001:2022 e CSF 2.0. O CSF tem resultados próprios para política, priorização de riscos, autorização e segregação, cópias testadas e integridade das cópias antes da recuperação, com os códigos no Anexo A.3. Os arts. 1º, § 3º, 11, 12, 14 e 15 do Decreto 10.540/2020 tratam, respectivamente, de políticas, controle de acesso, registros, proteção da base e cópia recuperável do SIAFIC.

Inferência analítica sobre os referenciais. A ISO/IEC 27001 estrutura a gestão, a 27002 orienta controles e a 27005 orienta riscos; o NIST ajuda a traduzir essas práticas em resultados e evidências técnicas para o SIAFIC; e os quesitos i-Gov TI 3.0 a 3.6 observam capacidades declaradas para a Prefeitura em geral. O cruzamento não transforma NIST em obrigação brasileira nem a resposta ao IEG-M em prova de conformidade do SIAFIC. O mapa de correspondência deste estudo relaciona cada dispositivo do decreto à prática ISO, à função do NIST e ao quesito do IEGM correspondentes, com o limite de cada vínculo.

Sobre os quesitos fora desta tabela. O questionário do IEGM também tem quesitos sobre LGPD, encarregado de dados e Lei de Acesso à Informação na dimensão i-Gov TI, entre outros. Eles não entram nesta correlação porque testam conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e com a Lei 12.527 de 2011, instrumentos jurídicos distintos do Decreto 10.540 de 2020. Eles ficam fora por escopo, não por omissão.

Leitura correta do contraste. As linhas de existência e integração dentro do núcleo fiscal mostram adesão alta, de 92,4% a 98,9%. A integração cai na borda do núcleo, com 57,0% no controle interno integrado à contabilidade entre os respondentes condicionados. A governança que ampara os controles de acesso cai mais ainda, com 44,9% de Política de Segurança da Informação instituída e 46,7% de Plano de Continuidade entre os municípios que já têm essa política.

Inferência analítica. Os quesitos de software, integração e transparência recebem respostas afirmativas com maior frequência que os de política de segurança e continuidade. Isso sinaliza uma lacuna possível de governança, mas a base não demonstra efeito do decreto nem conformidade do SIAFIC de qualquer município. As diferenças também usam denominadores condicionados que devem ser lidos separadamente.

> O que esta tabela não afirma
> Ela não afere conformidade com o Decreto 10.540 de 2020, ela afere coerência entre as respostas. O quesito do IEGM e o dispositivo do decreto testam o mesmo atributo. O IEGM é diagnóstico autodeclarado ao TCE-SP, não auditoria com verificação de campo. Verificamos se o município informou não ter um controle necessário para o cumprimento do SIAFIC.

2.4.2 Os cinco elos da indissociabilidade

Tese. As dez lacunas da seção 2.2 não são dez problemas que por acaso coincidem. Elas consomem o mesmo insumo, produzem a mesma evidência e dependem da mesma pessoa. Tratá-las como projetos separados multiplica o custo sem multiplicar o resultado, e essa afirmação é demonstrável em cinco elos com evidência própria.

Elo	O que afirma	Evidência neste relatório
1. Obrigação já reconhecida	No núcleo fiscal a integração é norma vigente, vedada a multiplicidade de sistemas no mesmo ente	Decreto 10.540 de 2020, artigo 1°, parágrafos 1° e 6°, sobre os artigos 48 e 48-A da Lei Complementar 101 de 2000
2. Insumo compartilhado	As frentes consomem a mesma pessoa, o mesmo dado e a mesma evidência	237 de 391 municípios pequenos declaram zero ou uma pessoa em TI, 60,6%. Em 85 de 282 quesitos mapeados, 30,1%, o mesmo quesito conecta duas ou mais normativas
3. Co-ocorrência medida	Quem tem uma frente tende a ter as demais	Em 50 de 50 pares de frentes a diferença é positiva no universo de 644, e em 49 ela é estatisticamente significativa. Seção 4.8
4. Compra fragmentada	O município compra uma obrigação por vez, e às vezes duas vezes dentro do mesmo ente	183 de 231 executivos municipais contrataram um único dos nove temas, 79,2%. Em nove municípios, Executivo e Câmara contrataram o mesmo tema separadamente. Seção 4.1.3
5. Oferta fragmentada	O mercado não oferece a coordenação	Em 337 fornecedores identificados, nenhum reúne mais de quatro das nove frentes, e 304 atuam em uma só. Seção 4.1.3

Inferência analítica. A leitura defensável é de dependência entre as frentes, não de causalidade entre elas. A prefeitura que consegue produzir, aprovar, publicar e manter vigente qualquer um desses instrumentos costuma conseguir os demais, porque todos passam pelo mesmo gargalo. Disso decorre que atacar uma lacuna por vez consome o gargalo várias vezes e entrega um resultado de cada vez, enquanto a mesma pessoa e a mesma evidência poderiam atender a mais de uma necessidade. A consequência observada dessa fragmentação, em obra parada e prazo perdido, está na seção 4.5.3.

Recomendação. Tratar as frentes como um único sistema de capacidade, com um instrumento que as coordene, e medir o reuso de evidência como indicador de eficiência administrativa. O que o relatório propõe não é comprar mais, é comprar uma vez o que hoje se compra em partes. O dimensionamento de custo e prazo dessa escolha é preenchido pelo próprio município, na estrutura da seção 5.4.1.

2.4.3 Da exigência legal à operação verificável

Fato observado. O Decreto 10.540/2020 consolidado define o SIAFIC como solução única de tecnologia mantida e gerenciada pelo Executivo, utilizada pelos Poderes e órgãos abrangidos. O artigo 18 mantém o marco geral de 01/01/2023; o plano excepcional comunicado ao Tribunal tem datas no anexo até 01/01/2025. A aula técnica do TCESP de 23/05/2025 apresentou quatro estágios de integração, do papel à comunicação automática entre sistemas. Trata-se de referencial de diagnóstico da operação, não de quatro requisitos literais do decreto.

Fato normativo complementar. O artigo 27 da Lei Complementar 156/2016 acrescentou o § 6° ao artigo 48 da LRF, que determina o uso de sistemas únicos de execução orçamentária e financeira pelos Poderes e órgãos abrangidos, mantidos e gerenciados pelo Executivo, resguardada a autonomia. O Decreto 10.540/2020 disciplina requisitos do

SIAFIC. Em outro plano, o Comunicado AUDESP 042/2022 incluiu SIAFIC como opção do campo Objeto da Licitação, para identificar contratações relacionadas ao sistema. Essa opção de registro não atesta conformidade de uma contratação ou de um município.

Inferência analítica. A existência contratual da função de integração não demonstra seu uso. Uma verificação municipal deve testar transações reais, trilha de auditoria, perfis individuais de acesso, cópia e restauração, fechamento contábil e consolidação entre Poderes. As ISO/IEC 27001, 27002 e 27005 e o NIST oferecem práticas de gestão e controles; o IEGM mede declarações sobre políticas e normas, sem atestar certificação nem conformidade operacional do SIAFIC.
Recomendação. A Prefeitura, guardiã do sistema, deve manter evidência de teste por processo crítico, com responsável contábil, tecnologia e controle interno. O teste de uso efetivo complementa o ato formal e a declaração ao IEGM.

3. Metodologia, governança de dados e limitações

3.1 Escopo e taxonomia

Dentro do escopo. 644 municípios paulistas jurisdicionados ao TCESP, exercício 2024 e apuração 2025. A capital não integra o universo porque é jurisdicionada ao TCM SP. Portes: pequeno até 20 mil habitantes, 391 de 644; médio de 20.001 a 200 mil, 212 de 644; grande acima de 200 mil, 41 de 644, com população de referência 2024.

Fora do escopo, com justificativa. Capacidade fiscal individual, porque exigiria base anual de despesa municipal com valores. Execução e validade jurídica dos planos, porque exigiriam verificação em campo e análise jurídica caso a caso; o estudo verifica a informação publicada nos planos. Censo de produtos privados concorrentes, porque não houve pesquisa com critérios homogêneos e demonstração funcional. Efeito causal de qualquer ação sobre a nota do IEGM, porque o desenho é transversal.

3.2 Fontes de dados e coleta de evidências

Fonte	Natureza	Uso	Limite
TCE SP, exportação oficial das respostas ao IEGM 2025, exercício 2024	Respostas municipais ao IEGM, autodeclaradas ao tribunal	Base de todos os indicadores de governança, pessoas e sistemas	Autodeclaração municipal; no quesito i-Gov TI 2.0 há resposta explícita 'NÃO POSSUI PDTIC' ou resposta de posse
TCE SP e IBGE, consolidação derivada das respostas, faixas e população 2024	Consolidado municipal com porte, faixas e pessoal	Estratificação e cruzamentos	Derivado da base bruta
TCE SP, manual e instrução de preenchimento, com classificação autoral declarada	Classificação autoral de dependência tecnológica	Pesos de mandatória, habilitadora e não tecnológica	Rubrica autoral deste estudo, não é classificação do TCE-SP
Prefeituras e diários oficiais, documentos vinculados aos endereços do quesito i Gov TI 2.1	123 artefatos documentais	Cascata de identidade, vigência e recipiente	35 arquivos de coletas anteriores, não validados, ficaram fora da contagem
Os 191 PDTI encontrados, leitura das 25 práticas com registro de trecho por prática	4.650 decisões sobre 186 documentos com texto disponível	Verificação da informação que o Guia SISP indica para o plano	Registra se a informação foi encontrada no plano
ISO, SUS Digital, LGPD, ATRICON PNTP e ODS, cruzamento autoral do DIRECITY GOV	Cadastro normativo do DIRECITY GOV	Cobertura de cruzamentos	Mede mapeamento, não conformidade nem certificação
Fontes institucionais externas	IRB, gov.br, OCDE, Banco	Validação da natureza do	Não validam percentuais

Fonte	Natureza	Uso	Limite
	Mundial, ISO	problema	paulistas

3.2.1 Proveniência oficial e protocolo de saneamento

Por que esta seção existe, e ela é a condição de reprodutibilidade de todo o resto. Todos os números deste relatório vêm de fontes oficiais. Fonte oficial, porém, **não entrega dado homogêneo**: a mesma entidade chega grafada de formas diferentes conforme o sistema que a exportou, campos condicionados mudam de denominador conforme a resposta anterior, e um mesmo fato aparece em mais de uma pergunta com regras distintas. Sem um protocolo de saneamento declarado, dois analistas honestos, trabalhando sobre a mesma base oficial, publicam números diferentes e nenhum dos dois está errado.

Consequência editorial. Este relatório publica as regras antes de publicar as contagens. Quem quiser reproduzir qualquer número precisa aplicar as mesmas regras, e quem aplicar outras vai obter outro resultado, legitimamente. As regras não são preferência de estilo: cada uma existe porque a fonte oficial apresentou o fenômeno que ela trata, e o efeito de não aplicá-la está medido.

Proveniência: de onde veio cada dado, e em que forma

Dado	Origem oficial	Forma de obtenção	Referência
Respostas municipais ao IEGM	TCE-SP, questionário respondido pelos municípios	Arquivo de respostas do exercício, 842.581 linhas, 644 municípios	Exercício 2024
Regra de preenchimento e pontuação	TCE-SP, instrução oficial de preenchimento	Planilha com 894 quesitos, pontuação máxima, dependências e instruções	Exercício 2024
Faixas do IEGM por município e dimensão	TCE-SP, divulgação pública dos resultados	Extração por município	2023 e 2024
População municipal	IBGE	Estimativa de referência para a classificação de porte	2024
Documentos de planejamento	Endereços declarados pelos próprios municípios ao tribunal, quesito i-Gov TI 2.1	Coleta automatizada dos endereços declarados, mais anexos fornecidos manualmente	Coleta em 13 e 14 de setembro de 2026
Catálogos normativos cruzados	Publicações das próprias entidades: ISO, SUS Digital INMSD, LGPD, ATRICON PNTP 2026 e ODS	Cadastro de relacionamentos do DIRECITY GOV, construído sobre esses catálogos	Versão de 15 de setembro de 2026
Contratos públicos comparáveis	Portal Nacional de Contratações Públicas	Busca temática, não exaustiva, por objeto	2024 a 2026
Referências externas de resultado	BID, Banco Mundial, OCDE, Comissão Europeia, NIST, governo federal e TCU	Leitura em documento primário, com endereço e data no Anexo J	Declaradas caso a caso

Protocolo de saneamento aplicado antes de qualquer contagem

#	Regra declarada	Fenômeno observado na fonte	Efeito de não aplicá-la
1	**Normalizar a chave do quesito** antes de contar quesitos distintos: acentuação, espaços e caixa	Catálogos de origens diferentes gravam a mesma dimensão com e sem acento, porque cada importação preserva a grafia do seu sistema	O mesmo quesito é contado duas vezes. O denominador vai a 283 em vez de 282, e a dimensão i-Saúde a 65 em vez de 64
2	**Normalizar o rótulo de área** nos quesitos 8.1 a 8.4 antes de cruzar as quatro camadas	A base oficial grafa a mesma área de duas formas entre quesitos do mesmo bloco	O cruzamento literal descarta a área **em silêncio** e devolve completude zero, em vez de 113 de 196, 57,7%
3	**Contar integração pela interseção** entre posse declarada, 8.1, e integração declarada, 8.2	Há municípios que declaram integrar à contabilidade um sistema cuja posse não declararam	Compras sobe de 614 para 617 e saúde de 245 para 250, inflando toda a tabela
4	**Respeitar o denominador condicionado** de cada quesito, em vez de aplicar 644 a todos	Vários campos só são apresentados quando uma resposta anterior os habilita	A participação da TI passa de 403 de 489, 82,4%, para 403 de 644, 62,6%. Os dois medem grupos diferentes
5	**Verificar identidade documental por conteúdo**, nunca pelo nome do link	O endereço declarado pode resolver para página de portal, diário oficial ou documento diferente	Na etapa anterior, amostra inicial de 48 planos: dos 133 artefatos reunidos, 79 confirmam identidade
6	**Exigir vigência no ano base** depois da identidade	Documento genuíno pode estar fora do exercício avaliado	Na etapa anterior, amostra inicial de 48 planos: a população cai de 79 para 54
7	**Classificar o tipo de recipiente** e separar documento próprio de embutido em diário oficial	Um diário oficial de 412 mil caracteres contém o plano e todo o expediente do dia	Na etapa anterior, amostra inicial de 48 planos: a população cai de 54 para 48, e a medida textual passa a medir o diário
8	**Excluir arquivos de coletas anteriores não validados**	Coletas sucessivas geram cópias e versões intermediárias do mesmo documento	35 arquivos não validados entrariam na contagem documental
9	**Manter no denominador o item que não pôde ser classificado**, e fora da coluna	Um vínculo normativo tem item de destino gravado como texto de trabalho, não como código	Excluí-lo do denominador inflaria todas as coberturas ISO
10	**Declarar a convenção de arredondamento** quando a fração cai na metade exata da casa	Frações como 905,5 sobre 1.000 admitem duas convenções defensáveis	i-Fiscal aparece como 90,6% ou 90,5%, com numerador idêntico
11	**Validar cada camada de 8.2, 8.3 e 8.4 contra a posse declarada em 8.1, por área e município**	A fonte permite declarar integração, gestão direta ou controle de acesso sem declarar a posse do sistema correspondente	Sem a regra, respostas isoladas são interpretadas como capacidade completa. O fenômeno alcança 192 de 644 municípios, 29,8%

O teste que este protocolo precisava passar

Se as regras produzem os números, o que garante que os números não são artefato das regras? A resposta é reprodução independente.

Os valores de cobertura normativa foram recalculados em duas versões distintas do cadastro de origem, uma anterior e outra posterior à normalização da chave, e o resultado é idêntico nas duas, com 282 quesitos distintos, 85 com duas ou mais normativas e 34 com três ou mais.

Uma regra de saneamento correta produz o mesmo número quando a fonte já está limpa, e é esse o teste que ela precisa passar.

O que este protocolo não faz. Ele não corrige, não reescreve e não substitui dado de fonte oficial. Onde a fonte apresenta variação de grafia, o tratamento ocorre **na leitura**, e o dado de origem permanece intacto. Alterar base do tribunal para ajustá-la à análise seria o oposto de auditabilidade.

3.3 Modelos analíticos e método de cálculo

Classificação de dependência tecnológica. Cada um dos 894 quesitos recebeu nível MANDATÓRIA, HABILITADORA ou NÃO TECNOLÓGICA e eixos de capacidade. A ponderação usa a pontuação máxima do quesito, e apenas 337 quesitos têm pontuação maior que zero, somando 7.030 pontos. O cenário ampliado contém 259 quesitos mandatórios com 3.436,0 pontos, 310 habilitadores com 2.517,5 e 325 não tecnológicos com 1.076,5. A rubrica estrita anterior continha 252 mandatórios e 3.323,0 pontos. O vínculo funcional com o SIAFIC não demonstra, por si, dependência tecnológica de todos os enunciados. Nos itens i-Gov TI 3.0 e 3.5, a execução da segurança e da recuperação em sistemas digitais depende de controles tecnológicos; a pergunta, contudo, mede diretamente a instituição formal das políticas. As sete reclassificações e a sensibilidade dos resultados estão na seção C.0 do Anexo C.

Definição operacional. Não tecnológica significa que a resposta literal ao quesito não exige, por si, uma solução tecnológica indispensável. Não significa ausência de governança, processo, pessoas ou treinamento. Nos sete quesitos reclassificados, distinguem-se ato formal, execução técnica e prova de eficácia. Nos itens i-Gov TI 3.0 e 3.5, controles de acesso, proteção, cópia e restauração são tecnologicamente necessários à operação de sistemas digitais; o Sim ao IEG-M não comprova que estejam implantados, testados ou aplicáveis ao SIAFIC. A governança inclui decisão, papéis, supervisão e treinamento, além da tecnologia que a concretiza nos sistemas. A matriz que separa, em cada um dos sete quesitos, a dependência de governança da dependência tecnológica está na seção C.0 do Anexo C.

Metodologia Ana Smart Solutions de leitura documental de PDTI. A leitura das práticas nos planos municipais segue metodologia própria da Ana Smart Solutions, que adota o Guia de PDTIC do SISP, versão 2.1, de 2021, www.gov.br/governodigital/pt-br/sisp/guia-do-gestor/documentos/guia-de-pdtic-do-sisp-2-1/view, da Secretaria de Governo Digital, como referência. O checklist de 25 práticas, organizado em cinco blocos, identificação e fundamentação, diagnóstico, planejamento, controle e práticas transversais, deriva da estrutura de capítulos do plano gerado pelo DIRECITY GOV, e cada prática traz sua fundamentação no Guia SISP, no IEG-M do TCESP ou na legislação aplicável; as 25 práticas estão relacionadas no Anexo F. A leitura combina duas etapas: a análise lexical recupera, em cada documento, o trecho de maior aderência ao vocabulário de cada prática; a classificação semântica decide se esse trecho evidencia a prática. O Guia SISP foi elaborado para os órgãos do SISP federal e pode ser usado por municípios como referência, sem impor metodologia obrigatória.

Leitura das 25 práticas em todos os PDTI encontrados. A leitura foi aplicada aos 191 documentos de PDTI encontrados na verificação documental: os 115 elegíveis das camadas A e B e os 76 da camada C, publicados após o exercício de referência ou sem vigência declarada. Cada documento foi segmentado em trechos de 1.650 caracteres com passo de 1.300. Para cada prática, a análise lexical recuperou o trecho de maior sobreposição com o vocabulário da prática e, dentro dele, uma janela de 420 caracteres centrada nos termos encontrados. A classificação semântica de cada janela foi feita pelo Claude, modelo de linguagem da Anthropic, em três categorias: presente, quando a informação foi encontrada; incerto, quando o trecho a menciona sem desenvolvê-la; e não evidenciado, quando a informação não foi encontrada. A classificação usa apenas o que está no documento. Os cabeçalhos de controle inseridos pela extração foram removidos antes da recuperação, para que metadados do próprio estudo não fossem lidos como conteúdo do plano. Cinco documentos não tinham o texto do plano disponível para leitura, de dois municípios grandes e três pequenos: uma página de portal sem o plano, uma digitalização ilegível e três atos de aprovação sem o anexo. Eles permanecem na contagem de PDTI encontrados e ficam fora do denominador das práticas. Para seis práticas cuja informação costuma aparecer fora do trecho mais aderente, orçamento, indicadores, riscos, revisão do plano, fatores críticos de sucesso e publicação, a leitura foi completada no texto integral de cada plano: os 857 pares de documento e prática ainda não classificados como presentes foram relidos; em 659 o texto trazia termos da prática e a passagem foi classificada pelo mesmo critério, e em 198 nenhum termo da prática aparece no plano. Resultado: 186 documentos lidos, 4.650 decisões, 1.778 presentes, 882 incertas e 1.990 não evidenciadas. O registro de cada decisão, com o trecho correspondente, integra o pacote de dados do estudo.

Validação humana da classificação. A classificação semântica foi validada por revisor humano.

Etapa anterior, amostra inicial de 48 planos. A amostra documental inicial de 48 planos, selecionada antes da ampliação para 115 elegíveis, foi segmentada em trechos. Para cada uma das 25 práticas, o algoritmo recuperou o trecho de maior sobreposição lexical e submeteu somente esse trecho a um modelo de linguagem com temperatura

zero, sob instrução de classificar apenas PRESENT, NOT EVIDENCED ou UNCERTAIN, sem usar conhecimento externo. O modelo usado foi o gemini-3.5-flash-lite. Resultado: 1.200 decisões, 864 PRESENT, 5 UNCERTAIN e 331 NOT EVIDENCED. Na comparação com a leitura dos 191 documentos, nos 45 municípios comuns às duas etapas, as decisões coincidiram em 605 de 1.125, 53,8%. Essa concordância compara a etapa anterior com a leitura atual e não mede a confiabilidade da leitura final, objeto da validação humana registrada acima. A divergência dominante, 317 casos, é PRESENT na etapa anterior e não evidenciado na leitura atual. Em amostra aleatória de 40 desses casos, 20 se apoiavam em trecho que não evidencia a prática, como o cabeçalho de metadados da própria extração, glossário de siglas ou lista de referências; 11 tinham evidência válida que a janela curta da leitura atual não capturou; 9 eram duvidosos. A etapa anterior superestima a presença. A leitura por trecho, por sua vez, deixava de capturar parte da informação registrada em outro ponto do plano, e por isso as seis práticas em que esse efeito pesava mais, orçamento, indicadores, riscos, revisão do plano, fatores críticos de sucesso e publicação, foram relidas no texto integral de cada documento. O registro dos 40 casos integra o pacote de dados do estudo.

Nota de auditabilidade da etapa anterior. O procedimento convertia qualquer resposta fora da lista permitida em UNCERTAIN, de modo que a contagem de saída, sozinha, não demonstrava a ausência de respostas inválidas. A verificação foi feita de outro modo: as 1.200 decisões foram varridas em busca da justificativa padrão dessa conversão, com 0 ocorrências e 0 trechos recuperados vazios.

Associação entre posse de PDTIC e faixa. Comparação de proporções com estratificação obrigatória por porte, nunca apresentada como causalidade.

3.4 Limitações e o que foi recusado

Limites deste estudo, reunidos. As sínteses dos capítulos 1 e 8 afirmam o que os dados mostram, e os limites ficam reunidos aqui e nos itens a seguir. A faixa do IEGM mede efetividade segundo os critérios do tribunal e não mede, por si só, desperdício em reais, responsabilização de gestores ou satisfação do cidadão. A classificação de dependência tecnológica não permite concluir que adquirir ferramentas eleve a nota, nem que um plano de TI seja incapaz de contemplar outras áreas. As comparações de integração entre áreas são descritivas, com denominadores distintos, e a base não mede o efeito da integração sobre filas, aprendizagem ou custos. As distribuições de pessoal de TI descrevem o porte, não informam quais funções cada servidor acumula e não autorizam atribuir a efetividade ao tamanho da equipe. A busca no PNCP é temática e não exaustiva, e seus números são piso observado. Os indicadores pactuados nos projetos são objetivos a medir, e não resultados já demonstrados; a base transversal do IEGM não permite atribuí-los ao DIRECITY GOV, e o efeito da plataforma em cada município se verifica no uso. A preparação para captação não garante aprovação, desembolso ou retorno. Responsabilização e regularidade dependem dos fatos e da análise competente, e nenhuma plataforma oferece imunidade jurídica.

1. Todas as relações são associações transversais do exercício 2024. **Nenhuma afirmação causal é feita.**

2. As respostas são declarações municipais ao tribunal, e o estudo se baseia nos planos informados. Para o tribunal, plano não informado não existe; e, como regra, plano sem publicidade não atende à regulamentação. Quando o município informou possuir PDTIC e o plano integral e vigente em 2024 não foi localizado no endereço informado, na data da coleta, 13 e 14 de setembro de 2026, o que pode decorrer de não publicação, de publicação em outro local ou de indisponibilidade posterior do endereço. Este estudo não conclui descumprimento por município. Os quatro blocos abaixo registram a referência normativa da publicidade.

Fundamentação do dever de publicidade

A publicidade é princípio constitucional da administração pública direta e indireta de todos os entes, artigo 37, caput da Constituição, e o acesso à informação é direito fundamental, artigo 5º, inciso XXXIII.

A Lei 12.527 de 2011 fixa a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção, artigo 3º, inciso I, e determina a divulgação de informações de interesse público **independentemente de solicitação**, artigo 3º, inciso II. O artigo 8º, caput, impõe o dever de divulgar em local de fácil acesso, independentemente de requerimento, as informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo órgão. O artigo 8º, parágrafo 2º torna **obrigatória a divulgação em sítios oficiais na rede mundial de computadores**, e o parágrafo 3º exige que esses sítios ofereçam ferramenta de pesquisa, formatos abertos, acesso automatizado e acessibilidade.

Fundamentação da motivação do ato

O ato administrativo que produz efeito precisa ser motivado, com indicação expressa dos fatos e dos fundamentos jurídicos, na forma do artigo 50 da Lei 9.784 de 1999, aplicada ao município pela legislação local ou subsidiariamente. A Lei 13.655 de 2018 acrescentou à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro a exigência de que a decisão fundada em valores jurídicos abstratos considere as consequências práticas, artigo 20, e que a motivação demonstre a necessidade e a adequação da medida, artigo 20, parágrafo único.

Um plano aprovado sem ato motivado e publicado não é oponível a terceiros, ainda que o arquivo exista em alguma pasta da prefeitura.

Consequência para a leitura deste estudo

Quando o município declara possuir PDTIC e o endereço informado não resolve, há hipóteses a verificar, e nenhuma é conclusão sobre o município: o plano pode não ter sido publicado na forma exigida, pode ter sido

publicado em local que não satisfaz o requisito de fácil acesso do artigo 8º, ou o endereço pode ter ficado indisponível depois da publicação.

A mesma leitura vale para os 40 quesitos do IEGM que instruem escrever XYZ quando o documento não está disponível na internet. **Escrever XYZ não é burlar validação, é declaração formal de não publicação feita ao tribunal**, e custa a pontuação do quesito.

Ressalva de denominador, obrigatória

O artigo 8º, parágrafo 4º da Lei 12.527 de 2011 dispensa da divulgação obrigatória na internet os municípios com população de até 10.000 habitantes, mantida a obrigatoriedade de divulgação em tempo real das informações relativas à execução orçamentária e financeira nos termos da Lei Complementar 101 de 2000.

Neste universo, 271 de 644 municípios têm população de até 10.000 habitantes, 42,1%. Desses 271, 212 declararam não possuir PDTIC e 59 declararam possuir. Para esses, a ausência de publicação do plano na internet não configura, por si, descumprimento do artigo 8º, parágrafo 2º. Permanecem o dever geral de publicidade do artigo 37 da Constituição, o dever de resposta a pedido de acesso e a obrigação específica de execução orçamentária. **A dispensa alcança o meio de divulgação, não alcança a existência do ato nem a sua motivação.**

3. A classificação de dependência tecnológica é rubrica autoral com critério declarado, e não classificação do tribunal.

4. A leitura das 25 práticas é feita trecho a trecho, e no texto integral para seis práticas. Contar termos no documento inteiro não serve como medida, porque a contagem acompanha o tamanho do arquivo e pontua documentos que não são planos, como mostra o Anexo A.3. Por isso a leitura recupera, para cada prática, o trecho mais aderente e classifica se ele traz a informação, método descrito na seção 3.3 e aplicado aos 191 PDTI encontrados. A classificação final foi validada por revisor humano, conforme a seção 3.3; a concordância de 53,8% refere-se à comparação entre a etapa anterior e a leitura atual, e não à confiabilidade da leitura final.

5. A leitura busca no plano a informação de cada prática. Não evidenciado significa que a informação não foi encontrada. Nas seis práticas que ligam o plano à execução, orçamento, indicadores, riscos, revisão do plano, fatores críticos de sucesso e publicação, a busca cobriu o texto integral de cada plano. Nas outras 19, a busca por trecho pode deixar de capturar informação registrada em outro ponto do documento, como mostrou a conferência descrita na seção 3.3.

6. Os 191 documentos lidos são todos os PDTI encontrados na verificação documental, não seleção aleatória dos 236 declarantes. Municípios que declararam possuir plano sem que o documento tenha sido encontrado não entram na leitura. A etapa anterior, de 48 planos, reuniu os que sobreviveram a três filtros e podia diferir sistematicamente.

7. A cobertura normativa mede mapeamento no cadastro do produto. **Não é certificado, auditoria de conformidade nem correlação estatística.**

8. Um município de porte médio permanece como evidência parcial. A página oficial remete a arquivo de 18 páginas identificado como monitoramento e acompanhamento, datado de janeiro de 2021, sem plano integral nem vigência formal. A contratação publicada em março de 2026 para elaborar novo PDTI reforça que o anexo antigo não deve ser tratado como plano vigente no exercício 2024.

4. Núcleo analítico: seis pilares

4.1 Pilar I. As ofertas existentes confirmam a natureza do problema

Tese. Existem ofertas públicas adjacentes em operação. Elas confirmam a demanda e mostram que há alternativas que o município pode comparar. Qualquer diferenciação precisa ser demonstrada pela cadeia de trabalho que cada oferta cobre, não pela ausência de comparáveis.

Fato observado, em documento primário. O termo de referência do Goiás Inteligente, processo SEI 202400005043499 da Secretaria-Geral de Governo de Goiás, foi lido integralmente em 15 de setembro de 2026. Ele contrata a Associação Parque Tecnológico São José dos Campos por dispensa de licitação, artigo 75 inciso XV da Lei 14.133 de 2021, por **R$ 1.969.700,00**, vigência de **16 meses**, prazo de entrega de 425 dias e natureza declarada de **prestação de serviços não continuada**. O objeto é consultoria para metodologia de avaliação e diagnóstico das cidades goianas e formulação do **Plano Estadual de Cidades Inteligentes**.

Etapa prevista no termo de referência goiano	Valor	Participação
1. Planejamento e estruturação do plano	R$ 295.455,00	15%
2. Coleta de dados e diagnóstico situacional	R$ 393.940,00	20%
3. Capacitação e envolvimento de stakeholders	**R$ 492.425,00**	**25%**
4. Cocriação e desenvolvimento de políticas públicas	R$ 393.940,00	20%
5. Consolidação de resultados e monitoramento	R$ 393.940,00	20%
Total	**R$ 1.969.700,00**	**100%**

Cronograma físico-financeiro do item 8.9 do termo de referência. A maior rubrica não é o diagnóstico, é capacitação e engajamento, com 9 das 14 parcelas mensais.

Fato observado, cobertura. O item 8.1.2 do termo de referência prevê que os 246 municípios goianos entrem no levantamento, com **priorização inicial nominal de 39 municípios distintos**, 15,9% dos 246, nas Regiões Metropolitanas de Goiânia e do Entorno do Distrito Federal e nos municípios acima de 50 mil habitantes.

Fato observado, o que o termo de referência não contém. Busca no texto integral não encontra menção a IEGM ou a tribunal de contas, a plano municipal por município, a software, plataforma ou licença no objeto, a inventário de sistemas e integração de bases, a planejamento de contratação, a matriz de riscos de TIC do município, a plano de continuidade, a evidência por quesito para controle externo nem a operação continuada após a entrega. O monitoramento é entregue como diretrizes para acompanhar a implementação, não como operação de monitoramento.

Fato observado, confirmado no texto oficial. O edital de chamamento público SNDUM número 1 de 2026, do Ministério das Cidades, projeto Cidades Mais Inteligentes, seleciona municípios e consórcios públicos municipais para assessoria técnica na elaboração de estratégias de transformação digital urbana.

Fato observado, número de vagas confirmado no edital. O item 1.3 prevê a seleção de até 20 propostas, e o item 1.5 atribui o apoio técnico a instituição científica e tecnológica vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O número é teto previsto no edital, não taxa de cobertura municipal nem medida de resultado.

Fato observado. A plataforma federal inteli.gente oferece diagnóstico municipal para orientar transformação digital e desenvolvimento urbano sustentável.

Fato observado. A investigação não realizou censo de produtos privados com critérios homogêneos, mercado definido, demonstração funcional e validação independente.

Inferência analítica. Com o termo de referência goiano em mãos, é possível dizer com precisão que **o escopo daquele contrato é um subconjunto do escopo declarado do DIRECITY GOV**, e que as frentes ausentes são justamente as que ligam o plano à obrigação do gestor perante o controle externo, à contratação, ao dado operacional e à execução acompanhada. Essa é a diferenciação defensável, e ela é uma hipótese a demonstrar, não um fato estabelecido.

A comparação correta, por necessidade atendida, escopo, mecanismo e evidência

Necessidade atendida. O documento goiano responde à necessidade estadual de uma metodologia comum de diagnóstico e de um plano estadual de cidades inteligentes. O PEDTC responde à necessidade municipal de converter prioridade em ação, evidência e prestação de contas dentro do próprio município.

Escopo e mecanismo. O escopo lido no termo de referência goiano é planejamento, diagnóstico, capacitação, cocriação e consolidação, com monitoramento entregue como diretrizes. O escopo declarado do DIRECITY GOV acrescenta vínculo ao índice de controle externo, inventário e integração de sistemas, planejamento da contratação e execução acompanhada com evidência por ação.

Evidência disponível de cada lado. O que foi lido em Goiás é o termo de referência, que fixa objeto, etapas, valor, vigência, fiscalização e sanção. O contrato assinado, eventuais aditivos e relatórios de execução não foram examinados, e por isso o documento não comprova entrega executada. Do lado do DIRECITY GOV, a evidência é escopo documentado e capacidades descritas na seção 5.3.2, sem implantação longitudinal medida.

Conclusão da comparação. Nenhum dos dois lados apresenta, neste estudo, resultado de execução medido. O que diferencia a proposta é o escopo que alcança a obrigação do gestor perante o controle externo e a execução acompanhada, e essa diferenciação é hipótese a demonstrar pelo piloto da seção 7.6.

Implicação para a gestão. Um plano estadual e um instrumento municipal são complementares. O município coberto por um programa estadual continua precisando de direção própria, de evidência por quesito e de execução acompanhada. A oferta municipal, de qualquer fornecedor, deve se apresentar como camada de operação que complementa o programa estadual, e não como substituto.

Recomendação. Construir matriz pública de comparação com critérios homogêneos: diagnóstico multissetorial, vínculo IEGM, vínculo ISO, governança de dados, riscos, treinamento, contratação, carteira de projetos, evidência, monitoramento e preparação financeira. Citar produto, versão, fonte e data. Não inferir funcionalidade não publicada. A prova de diferenciação vem de demonstração, piloto e resultado auditável.

4.1.1 Doze frentes de entrega, e o que as ofertas examinadas cobrem

Tese. O valor que o município não recebe hoje não está em nenhuma frente isolada. Está na ausência de um lugar onde as frentes se encontrem. Cada uma existe em algum grau, em alguma ferramenta, em algum contrato, e nenhuma conversa com a outra.

Método desta tabela, e o limite vem antes do resultado. A coluna da situação municipal usa os dados deste estudo. As quatro colunas seguintes registram **cobertura de escopo declarado em documento público**: o termo de referência do Goiás Inteligente lido integralmente, e as descrições publicadas da plataforma inteli.gente, do Mapa de Governo Digital e do edital SNDUM número 1 de 2026. **Ausência em documento não prova que a organização não faça aquilo por outro instrumento**, e quatro ofertas não constituem censo de mercado.

Delimitação do universo desta tabela. As quatro colunas cobrem **programas e plataformas de âmbito estadual ou federal**. Elas não cobrem o mercado de consultoria contratada município a município, que existe, está documentado no Portal Nacional de Contratações Públicas e é tratado na seção 4.1.2. Ler a tabela como retrato do mercado inteiro seria erro, e a seção seguinte existe para impedi-lo.

Frente de entrega	Situação no município, dado deste estudo	Goiás	inteli.gente	Mapa GD	Edital
1. Diagnóstico por indicadores de cidade	Linha de base de indicadores de cidade não medida na base documental	sim	sim	sim	parcial
2. Vínculo ao índice de controle externo, IEGM	80,4% dos pontos mandatórios fora do i-Gov TI	**não consta**	**não consta**	**não consta**	**não consta**
3. Cruzamento normativo multiobrigação	85 de 282 quesitos com duas ou mais normativas, 30,1%	parcial	não consta	não consta	não consta
4. Instrumento de planejamento por município	A maioria dos municípios respondeu 'NÃO POSSUI PDTIC' ao TCESP, Achado 3	não, é plano estadual	não consta	não consta	sim
5. Inventário de sistemas e integração de bases	Saúde 42,0% e ensino 43,7% de integração	**não consta**	**não consta**	**não consta**	**não consta**
6. Cláusula de dado em serviço delegado	410 de 644 sem sistema de saneamento, 63,7%	**não consta**	**não consta**	**não consta**	**não consta**
7. Segurança, continuidade e privacidade como produto	355 de 644 sem política de segurança, 55,1%	**não consta**	**não consta**	**não consta**	**não consta**
8. Capacitação por função	235 de 489 sem capacitação, 48,1%	sim	não consta	não consta	parcial
9. Planejamento da contratação	241 de 644 sem participação afirmativa da TI	**não consta**	**não consta**	**não consta**	**não consta**
10. Carteira de projetos com custo e prontidão	Inventário rastreável ausente em 63,4%	parcial	não consta	não consta	parcial
11. Execução acompanhada com evidência por ação	Execução por ação não medida pela presença documental	**não consta**, entrega diretrizes	**não consta**	**não consta**	**não consta**
12. Ciclo de revisão e vigência verificável	115 de 644 documentos integrais elegíveis, 17,9%	parcial	não consta	não consta	não consta

Fato observado. Das doze frentes, **seis não aparecem em nenhuma das quatro ofertas de âmbito estadual ou federal examinadas**: vínculo ao índice de controle externo, inventário e integração de sistemas, cláusula de dado em serviço delegado, segurança e privacidade como produto, planejamento da contratação e execução acompanhada com evidência. A oferta de maior cobertura declarada, o Goiás Inteligente, alcança quatro frentes integralmente ou parcialmente.

> **Ressalva sobre a frente 2**
>
> A frente 2, vínculo ao índice de controle externo, não consta das quatro ofertas examinadas, **mas consta de contrato municipal localizado no PNCP e lido neste estudo:** o contrato de Americana descreve, no objeto, a elaboração de PDTI e de plano de ação do SUS Digital para o atendimento das exigências do Tribunal de Contas, área i-Gov TI relacionadas ao IEGM.

> A frente existe no mercado, prestada como serviço de elaboração documental. O que a tabela sustenta é que ela não aparece nas plataformas e programas estaduais e federais examinados, **e não que ninguém no país a preste**. Detalhe na seção 4.1.2.

Inferência analítica. Onde a frente existe, ela existe **isolada**: um diagnóstico em uma plataforma federal, uma estratégia municipal em um edital, uma capacitação em um contrato estadual, um plano em um documento que não se conecta ao que o tribunal mede. **A fragmentação não é falha de nenhuma oferta, é a forma como o problema foi dividido entre elas.** Nenhuma tinha por objeto reuni-las.

Inferência analítica, sobre a causa raiz. Essa divisão explica por que o município compra e não resolve. Cada compra endereça um sintoma. A causa raiz, que é a ausência de um processo que ligue necessidade, ação, evidência e revisão, **não tem dono em nenhum dos instrumentos disponíveis**, e por isso permanece depois de todos eles.

> **A forma verificável da afirmação**
>
> Sustentar sempre nesta forma: **nas ofertas públicas examinadas em documento primário, nenhuma reúne as doze frentes na mesma plataforma.** Essa formulação é demonstrável pela tabela acima e sobrevive a contestação.
>
> A forma universal, de que não existe no mercado solução que faça isso, exigiria censo de produtos com critérios homogêneos que este estudo não realizou, e **por isso não é usada em nenhum ponto deste relatório**.

4.1.2 O mercado municipal de contratação existe, tem preço e tem objeto

Tese. A ausência de concorrente em plataforma não é ausência de concorrente em serviço. O município que precisa de um plano hoje contrata alguém para escrevê-lo, e esses contratos estão publicados.

Método e limite, antes do número. A investigação cruzou os 275 municípios priorizados, 260 pequenos e 15 grandes em faixa IEGM C ou C mais e com declaração de ausência de PDTIC, contra oito recortes temáticos do Portal Nacional de Contratações Públicas. **A busca é temática e não é exaustiva**, portanto o resultado é piso, nunca total de mercado.

Município	Órgão	Objeto	Valor	Ano	Poder
Americana	Prefeitura	PDTI e plano de ação do SUS Digital, declaradamente para atender exigências do Tribunal de Contas na área i-Gov TI relacionadas ao IEGM	R$ 49.900,00	2025	Executivo
Joanópolis	Prefeitura	Elaboração e implementação do PDTI	R$ 34.900,00	2024	Executivo
Aramina	Prefeitura	Consultoria de captação de recursos e acompanhamento de convênios, sem objeto de TIC	R$ 32.400,00	2026	Executivo
Chavantes	Câmara Municipal	Adequação à LGPD no Poder Legislativo	R$ 18.036,67	2025	Legislativo
Riolândia	Câmara Municipal	Assessoria jurídica para adequação à LGPD no Poder Legislativo	R$ 11.500,00	2024	Legislativo

Registros localizados entre os 275 municípios priorizados, 5 de 275, 1,8%. Busca temática no PNCP, não exaustiva.

Fato observado, o recorte que importa. Dos cinco, **três foram contratados pelo Poder Executivo municipal, 3 de 275, 1,1%**, e apenas **dois têm objeto de plano de tecnologia, 2 de 275, 0,7%**. Os dois contratos da Câmara Municipal não pertencem ao universo do IEGM, que avalia a prefeitura, e o contrato de Aramina não tem objeto de TIC. **O número correto para demanda contratada de plano de tecnologia entre os priorizados é 2 de 275, e não 5 de 275.**

Inferência analítica. Três leituras, e nenhuma é promessa. Primeira, existe fornecedor entregando exatamente a frente 2 da tabela anterior, o que impede qualquer alegação de categoria sem concorrente. Segunda, os valores dos dois contratos de plano ficam entre R$ 34.900,00 e R$ 49.900,00, ambos abaixo do limite de dispensa por valor, o que descreve um mercado de entrega documental pontual e não de operação continuada. Terceira, **em 273 dos 275 municípios priorizados a busca não encontrou contratação alguma de plano de tecnologia**, o que é compatível com ausência de demanda formalizada, com contratação por instrumento que a busca não alcançou, ou com objeto redigido de outra forma. As três hipóteses permanecem abertas.

> **O que o preço observado significa, e o que não significa**
>
> Um contrato de R$ 34.900,00 para elaborar um PDTI mede o preço de um documento entregue uma vez.
>
> Ele **não** é referência de preço para operação continuada, não é parâmetro de valor do DIRECITY GOV e não autoriza comparação direta, porque o objeto é diferente. Ele serve para uma coisa só: **demonstra que o município aceita pagar pelo instrumento, e que o que ele compra hoje termina na entrega do arquivo.**

O mercado nacional, consolidado por tema, e o que ele custa somado. A tabela anterior usa oito recortes temáticos, restritos aos 275 municípios priorizados, e mede presença de contrato. O Anexo Q usa os doze recortes completos do Portal Nacional de Contratações Públicas, sem o recorte de priorização, para medir outra coisa: quanto custa, por mês de vigência, cada um dos nove temas de obrigação municipal já consolidados no Anexo M, e quanto custaria contratar em separado o que uma plataforma integrada cobre em um único contrato.
Método e limite, antes do número. Cálculo restrito ao Poder Executivo municipal, 389 pares de contrato e tema de 617, 63,0%, porque é o Executivo que responde pelo IEGM. Valor mensal equivalente de cada contrato é o valor global dividido pelos meses de vigência; a referência por tema é a mediana desse valor, não a média. Tabela completa dos nove temas, com numerador e denominador de cada mediana, no Anexo Q.
Premissa adotada. Trata-se de mercado novo, sem precedente de contratação integrada das frentes. Por isso o estudo adota como referência o custo de contratar separadamente, tema a tema, a mesma cobertura temática. Contratos pontuais foram convertidos em valor mensal equivalente apenas para permitir comparação de ordem de grandeza, não para equiparar entrega única a operação continuada. A referência não descreve o gasto atual de nenhum município.

Referência de mercado	Temas incluídos	Valor mensal, soma das medianas
Núcleo de obrigações recorrentes	LGPD, PDTIC, IEGM e captação de recursos	R$ 27.108,33
Nove temas do Anexo M	LGPD, PDTIC, IEGM, cidades inteligentes e ISO 37120, captação, ATRICON, SUS Digital, ODS e gestão de projetos	R$ 76.631,24

Nota de método sobre a soma. Esta soma não descreve o gasto de um único município hoje. A seção 4.1.3 mostra que apenas 7 de 231 executivos municipais do levantamento, 3,0%, contrataram três ou mais temas, e nenhum contratou os quatro ou os nove. É a referência de mercado, tema a tema, para o que custaria cobrir em separado, por contratos distintos, a mesma cobertura temática que uma plataforma integrada oferece em um único contrato.

4.1.3 Nenhum fornecedor do mercado municipal reúne as frentes

Fato observado. O levantamento consolidou doze recortes temáticos do Portal Nacional de Contratações Públicas, agrupados em nove temas de obrigação municipal: LGPD, plano diretor de tecnologia, SUS Digital, transparência ATRICON, ODS, IEGM, cidades inteligentes e ISO 37120, captação de recursos e gestão de projetos. Foram localizados 573 contratos distintos, 387 entes contratantes e 337 fornecedores identificados por CNPJ. Nenhum deles reúne mais de quatro dos nove temas, e 304 atuam em um único tema, 90,2%. O fornecedor de maior alcance no levantamento cobre quatro temas em 13 contratos e 11 entes. Consulta de 20 a 22 de setembro de 2026, detalhamento no Anexo M.

Temas atendidos pelo mesmo fornecedor	Fornecedores sobre o total de 337
1 tema	304, 90,2%
2 temas	31, 9,2%
3 temas	1, 0,3%
4 temas	1, 0,3%
5 temas ou mais	0, 0,0%

Método e limite, antes do número. A busca é temática e não exaustiva, e o resultado é piso observado. A unidade de análise é o objeto contratado, não a capacidade do fornecedor. Ausência de um tema no objeto não prova que o fornecedor não tenha a capacidade correspondente.

Inferência analítica. A seção 4.1.1 sustenta que nenhuma das quatro ofertas estaduais e federais examinadas reúne as doze frentes. Este levantamento estende a afirmação ao mercado de consultoria contratada município a município, que é justamente onde a seção 4.1.2 mostrou existir demanda. Um gestor que hoje quisesse contratar a coordenação das nove frentes não encontraria, no maior levantamento disponível a este estudo, fornecedor que as reúna. A fragmentação não é apenas escolha do comprador, ela é a estrutura da oferta.

Fato observado, o objeto contratado. Em 530 de 573 contratos, 92,5%, o objeto cobre um único dos nove temas. Apenas 43 de 573, 7,5%, cobrem dois ou mais. O maior contrato do levantamento, de R$ 46.800.000,00, do Município

de Monsenhor Tabosa no Ceará, é um dos poucos que reúne duas frentes no mesmo objeto, plano diretor de tecnologia e saúde digital. Ele é observação extrema da distribuição de valores, cuja mediana é de R$ 49.900,00, e não serve de parâmetro de preço.

Fato observado, o comprador. Entre os 231 executivos municipais localizados, 183 contrataram um único tema, 79,2%, com média de 1,24 tema por ente. Sete de 231, 3,0%, chegaram a três ou mais temas. A vigência mediana é de 1,00 ano e 93,7% dos contratos terminam em até doze meses. O valor global mediano é de R$ 49.900,00, com primeiro quartil em R$ 25.000,00 e terceiro quartil em R$ 103.000,00.

Fato observado, a duplicação dentro do mesmo ente. Dos 358 municípios do levantamento, 16 aparecem com contrato do Executivo e da Câmara Municipal. Em nove deles a contratação é do mesmo tema, oito em adequação à LGPD e um em transparência ATRICON, e em quatro desses nove os fornecedores são diferentes. Os casos são Acaraú, Chorozinho, Granja e Viçosa do Ceará no Ceará, Ivinhema no Mato Grosso do Sul, Campo Mourão no Paraná, Teresópolis no Rio de Janeiro, São Bento do Trairi no Rio Grande do Norte e Capivari em São Paulo.

Inferência analítica. Os nove casos mostram contratações separadas de LGPD ou transparência por Executivo e Câmara no mesmo município. Eles sugerem oportunidade de compartilhar diagnóstico e evidências, respeitada a autonomia de cada Poder. O Decreto 10.540 de 2020 exige SIAFIC único no núcleo orçamentário e financeiro, mas não obriga contratação conjunta desses outros serviços. O IEGM avalia a Prefeitura, e por isso os contratos das câmaras não entram nas contagens do universo de 644.

Fato observado, o recorte paulista. Dos municípios paulistas localizados fora das câmaras, 47 casam com o universo de 644. Destes, 35 contrataram um único tema, 74,5%. Vinte de 47, 42,6%, declaram ao tribunal não possuir PDTI, e quinze deles contrataram um tema que não é plano de tecnologia. Dez dos 27 que declaram possuir PDTI contrataram, ainda assim, a elaboração de um plano. A faixa IEGM desses 47 é praticamente igual à do universo, com 40 em C ou C+, 85,1%, contra 84,5% nos 644.

Inferência analítica. As duas situações correspondem aos dois pontos de partida descritos na seção 1.6. No primeiro grupo, a obrigação é comprada sem o instrumento que a coordena. No segundo, o instrumento existe e a resposta do município à necessidade seguinte é comprar outro documento. A igualdade de faixa IEGM impede tratar os contratantes como melhores ou piores que a média.

4.2 Pilar II. O gargalo operacional está entre o sistema e a decisão, não na compra do sistema

Tese. A cadeia de valor do dado municipal está completa até a contabilidade e interrompida antes da política pública. A restrição não é aquisição, é integração e propriedade do dado.

Área	Possui sistema	Integra à contabilidade	Taxa	Ilhas
Compras, licitações e contratos	634	614	96,8%	20
Gestão de tributos	635	584	92,0%	51
Planejamento	534	474	88,8%	60
Recursos humanos	636	561	88,2%	75
Dívida ativa	626	513	81,9%	113
Controle interno	524	354	67,6%	170
Controle de frotas	529	318	60,1%	211
Certidões e alvarás	585	329	56,2%	256
Saneamento	234	129	55,1%	105
Cemitérios	422	221	52,4%	201
Ensino	**439**	**192**	**43,7%**	**247**
Saúde	**583**	**245**	**42,0%**	**338**

Ilha é o município que possui sistema na área e não o integra à contabilidade. Tabela completa com base própria e controle de acesso no Anexo E.

Definição operacional da tabela, declarada porque muda o número. O numerador da coluna de integração é a **interseção** entre quem declarou possuir o sistema no quesito 8.1 e quem declarou integrá-lo à contabilidade no quesito 8.2. Contar apenas o quesito 8.2 produz números maiores, por exemplo 617 em compras e 250 na saúde. Este relatório usa a interseção, que é a leitura conservadora.

> **Achado de consistência declaratória nas quatro camadas**
>
> Depois de normalizar as dezessete áreas, 73 de 644 municípios, 11,3%, declararam integração sem posse; 142 de 644, 22,0%, declararam gestão direta sem posse; e 133 de 644, 20,7%, declararam controle de acesso sem posse. A união alcança 192 de 644 municípios, 29,8%.
>
> O achado não identifica qual resposta representa a situação real e não permite concluir má fé. Ele mede inconsistência interna da autodeclaração e impede tratar respostas positivas isoladas em 8.2, 8.3 ou 8.4 como capacidade instalada completa.

Fato observado, escopo completo. Considerando presença de sistema, integração, gestão direta da base e controle de acesso, a completude é de 89,1% em compras e 84,6% em tributos, contra 37,6% na saúde, 38,3% no ensino e 45,7% no saneamento. **A contabilidade é medida em três camadas, 591 de 634, 93,2%**, e não em quatro, porque o quesito 8.2 não admite integração da contabilidade com ela mesma.

Fato observado, o caso do saneamento. Do universo de 644 municípios, 410 não possuem sistema de informações de saneamento, 63,7%.

Inferência analítica. A fronteira não é técnica nem de preço. Sistemas de saúde e de ensino existem no mercado e custam menos que sistemas fiscais. A fronteira é de planejamento: ninguém planejou o dado da política pública, porque o instrumento disponível trata do parque de informática da prefeitura e não do serviço prestado ao cidadão.

> **A objeção do serviço delegado não se sustenta juridicamente**
>
> Quando o serviço é prestado por companhia estadual ou concessionária, é comum a prefeitura responder que o sistema de informações não lhe cabe.
>
> A Constituição, artigo 30, inciso V, atribui ao município organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, diretamente ou sob concessão ou permissão. A Lei 11.445 de 2007, artigo 9º, incisos I, II e VI, na redação da Lei 14.026 de 2020, atribui ao titular estabelecer sistema de informações sobre os serviços. A Lei 8.987 de 1995, artigos 3º, 29 e 30, impõe fiscalização permanente, e **fiscalizar sem base de dados própria é declaração de intenção.**

Recomendação. Inventariar sistemas por serviço, identificar o proprietário de cada base, medir integração, registrar requisitos de acesso e sequenciar a correção por impacto público e risco. Para serviço delegado, a correção começa pela cláusula contratual de fornecimento periódico de dado, com formato, prazo, penalidade e auditabilidade. **Essa cláusula está fora do alcance de um plano de informática e só cabe num plano de escopo municipal.**

4.3 Pilar III. A economia disponível é de esforço administrativo, e ela é mensurável pelo reuso normativo

Tese. Não há economia financeira demonstrável neste estudo. Há economia de esforço mensurável, e ela vem de uma mesma ação responder a mais de uma obrigação com a mesma evidência.

Fato observado. O cadastro de relacionamentos normativos do DIRECITY GOV, conferido diretamente no arquivo de origem em 15 de setembro de 2026, contém **2.044 registros ativos**, dos quais **548 têm origem IEGM** e outros 548 têm o IEGM como destino, formando os pares bidirecionais. Todos os 548 registros de origem têm solução ou prática preenchida, sem nenhum campo vazio.

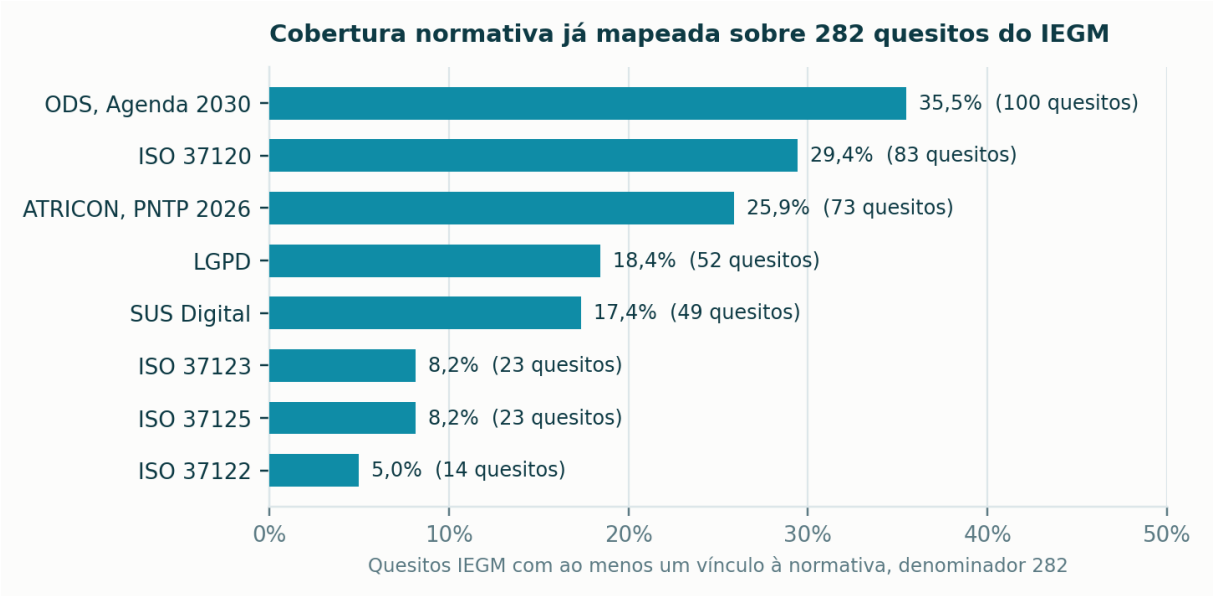

Figura 5. Quesitos do IEGM com ao menos um vínculo registrado a cada família normativa. Denominador 282. Os percentuais não somam 100% porque um mesmo quesito pode ter vários vínculos. Um vínculo ISO de 143 não pôde ser desagregado, porque seu item de destino está gravado como texto de trabalho. Detalhamento por dimensão no Anexo G.

Fato observado, densidade de reuso. Em **85 de 282 quesitos, 30,1%**, o mesmo quesito IEGM conecta-se a duas ou mais normativas. Em **34 de 282, 12,1%**, conecta-se a três ou mais. O caso extremo é o quesito i-Saúde 29.0, que, uma vez unificadas as duas grafias, reúne **seis normativas distintas e onze relações ativas**: SUS Digital INMSD, ISO 37120 e família, ISO 37125, LGPD, ATRICON PNTP 2026 e ODS Agenda 2030.

Inferência analítica. Uma ação desenhada para atender o quesito i-Saúde 29.0 com a evidência certa pode responder simultaneamente a requisitos de seis famílias normativas. Esse é o mecanismo de eficiência proposto, e ele é verificável no cadastro. **Ele não é economia financeira, e não deve ser apresentado como tal.** É redução de retrabalho documental e de consumo da pessoa que é escassa.

Inferência analítica, sobre o limite da medida. Os percentuais usam 282 como denominador, medem mapeamento no cadastro do produto, não medem os 644 municípios e não afirmam que qualquer requisito esteja cumprido em qualquer município.

Recomendação. Apresentar, para cada ação proposta, uma matriz de impacto multiobrigação com problema, quesitos IEGM atendidos, referências normativas, requisitos de proteção de dados e transparência, responsável, custo, risco, estratégia de contratação, evidência e indicador. O indicador correto de eficiência é **aproveitamento multiobrigação**, ações que atendem duas ou mais necessidades sobre o total de ações priorizadas.

> **Aplicação da regra 1 do protocolo de saneamento, e é ela que sustenta o denominador desta seção**
>
> Os catálogos normativos cruzados vêm de entidades distintas, e cada importação preserva a grafia do seu sistema de origem. A dimensão i-Saúde aparece no campo de origem com e sem acento, e **as duas grafias contêm o mesmo quesito 29.0**.

Contadas as chaves sem normalizar, o quesito 29.0 é contado duas vezes e o cadastro aparenta ter 283 quesitos distintos e a dimensão i-Saúde 65. Normalizada a chave, são **282 e 64**, que são os valores publicados aqui.

A seção 3.2.1 registra a regra, o fenômeno que a motiva e o efeito medido de não aplicá-la.

Aplicação da regra 2, sobre a base do tribunal

O mesmo fenômeno ocorre na fonte oficial das respostas. O quesito 8.4 do i-Gov TI grafa a área como Gestão de negócios (Business Inteligence), com um L, enquanto os quesitos 8.1, 8.2 e 8.3 grafam Business Intelligence.

Um cruzamento por texto literal **descarta a área em silêncio e devolve completude zero**, sem erro, sem aviso e com aparência de resultado válido. Com a grafia normalizada na leitura, a completude é de 113 de 196, 57,7%.

O dado de origem não é alterado, porque corrigir base do tribunal para ajustá-la à análise destruiria a auditabilidade do resultado.

4.3.1 Certificação, institucionalização e atratividade para investimento

Fato observado. A ISO 37120 padroniza indicadores de serviços urbanos e qualidade de vida para medição comparável e verificável. As normas de sistemas de gestão têm outra função: especificam passos repetíveis, responsabilidades, avaliação e melhoria. A ISO 56001 inclui entre os benefícios potenciais melhorar reputação, atrair parceiros e investidores e ampliar o potencial de financiamento.

Fato observado, financiamento urbano. OCDE e Banco Mundial relacionam transparência, capacidade institucional, gestão financeira, crédito municipal, planejamento de capital e projetos financiáveis ao acesso das cidades a financiamento. A OCDE registra que carteiras públicas podem oferecer aos investidores visibilidade, desempenho transparente e comparação de oportunidades.

Camada de evidência	O que demonstra	Mecanismo para investimento	Limite
ISO 37120, 37122 e 37123	Dados urbanos comparáveis, verificáveis e mantidos por processo	Reduz assimetria e cria linguagem comum para avaliar cidade e projetos	Não certifica crédito, retorno ou capacidade fiscal
Sistema de gestão certificado	Processos, papéis, registros, auditoria e melhoria institucionalizados no escopo certificado	Sinaliza continuidade além de pessoas específicas e aumenta confiança de partes interessadas	Não prova resultado econômico nem elimina risco de execução
Crédito e finanças municipais	Gestão financeira, transparência, receitas, dívida e planejamento de capital	Sustenta avaliação de crédito e acesso a operações comerciais	Depende de fundamentos fiscais, marco legal e mercado
Carteira de projetos	Prioridades, estágio, desempenho, risco e documentação comparáveis	Dá visibilidade e reduz o custo de localizar e diligenciar oportunidades	Projeto ainda precisa ser viável, contratável e financiável

Inferência analítica. Para o mercado financeiro, a certificação independente pode funcionar como evidência de que rotinas críticas estão documentadas, são repetíveis e sobrevivem à troca de pessoas. Aplicada às cidades, a família ISO 37120 fortalece o componente de dados e comparabilidade. O efeito econômico surge quando esse sinal se combina com gestão fiscal, governança, projetos maduros e regras executáveis.

Recomendação. Tratar certificação e alinhamento normativo como infraestrutura de confiança, mantendo para cada indicador fonte, fórmula, periodicidade, responsável, evidência, plano de ação, risco e histórico. A mensagem ao mercado é prontidão verificável e continuidade institucional, sem converter o certificado em promessa de investimento.

4.4 Pilar IV. A capacidade organizacional é o fator limitante, e ele se concentra no município pequeno

Tese. O gargalo final é humano. O município não deixa de ter política de segurança por desconhecê-la, e sim por não ter quem a escreva, aprove, publique, revise e evidencie.

Indicador de capacidade	Numerador	Denominador	Percentual
Possui área ou setor de TIC	489	644	75,9%
Atribuições formalmente definidas, entre os que têm área	395	489	80,8%
Capacitação de TIC declarada, entre os que têm área	254	489	51,9%
Participação afirmativa da TI nas contratações	403	644	62,6%
Ao menos um concursado de TI	410	644	63,7%
Ao menos um concursado de TI, porte pequeno	179	391	45,8%
Ao menos um concursado de TI, porte médio	190	212	89,6%
Ao menos um concursado de TI, porte grande	41	41	100,0%

Indicador de capacidade	Numerador	Denominador	Percentual
Pequenos com zero pessoas em TI	144	391	36,8%
Pequenos com exatamente uma pessoa em TI	93	391	23,8%
Pequenos com zero ou uma pessoa em TI	**237**	**391**	**60,6%**

Os números 144 e 237 medem grupos diferentes e não devem ser trocados um pelo outro.

Fato observado, participação em contratações. Declararam participação afirmativa da TI 403 de 644, 62,6%, o que equivale a 82,4% dos 489 com área declarada. Os 241 restantes de 644, 37,4%, combinam 86 respostas negativas e 155 municípios que não receberam o quesito por não terem área. **Esse número não prova que a TI nunca participe nesses municípios.**

Lacuna de governança	Numerador	Denominador	Percentual
Sem política de segurança da informação	355	644	55,1%
Sem identificação de riscos por ISO 31000, entre os que têm política	197	289	68,2%
Sem plano de continuidade de TIC, entre os que têm política	154	289	53,3%
Não regulamentou a Lei de Governo Digital	506	644	78,6%
Não regulamentou o tratamento de dados pessoais	354	644	55,0%
Sem encarregado de dados pessoais designado	422	644	65,5%
Sem mapeamento de dados, entre os respondentes do quesito	188	290	64,8%
Não regulamentou a Lei de Acesso à Informação	100	644	15,5%

Fonte: quesitos 3.0, 3.3, 3.4, 5.0, 10.0, 11.0, 10.4 e 4.0 do i-Gov TI, exercício 2024.

Fato observado, concentração do problema. IEGM C ou C+ alcança 338 de 391 pequenos, 86,4%, 177 de 212 médios, 83,5%, e 29 de 41 grandes, 70,7%. A diferença entre pequenos e grandes é 15,7 pontos percentuais. A sensibilidade do corte populacional é estável: até 10 mil habitantes, 238 de 271, 87,8%; até 30 mil, 387 de 446, 86,8%; até 50 mil, 434 de 507, 85,6%. Entre os pequenos, 260 de 391 acumulam IEGM C ou C+ e ausência declarada de PDTIC, 66,5%.

Inferência analítica. Setor de TI, participação em contratação, concursado e capacitação medem capacidades diferentes e nenhuma delas prova dedicação exclusiva, suficiência de quadro ou competência individual. A combinação observada indica risco de dependência de poucos servidores ou de fornecedores, sobretudo nos pequenos. O estudo não identifica causa única e **não permite concluir que cada município tem falta de recursos financeiros.**

Recomendação. Modelo de capacidade compartilhada: ponto focal por secretaria, matriz de papéis, treinamento por função, guia de contratação, apoio especializado quando necessário e registro de evidência de execução. A capacitação prioritária não é de infraestrutura, é de governança, porque é isso que o índice cobra.

4.5 Pilar V. Prontidão para investimentos: da necessidade ao benefício realizado

Fato observado, base paulista. Entre os 644 municípios analisados, 408 responderam 'NÃO POSSUI PDTIC' no quesito i-Gov TI 2.0, 63,4%, e 529 não integram o recorte documental elegível, 82,1%. Entre os 391 municípios pequenos, 237 declararam zero ou uma pessoa em TI, 60,6%. Esses dados medem capacidade de planejamento e prova em tecnologia. Não medem captação ou capacidade fiscal.

4.5.1 O que as fontes externas demonstram

Fonte	Resultado publicado	População e limite	Implicação gerencial
Ipea	Participação ampla no pleito e conversão menor em instrumentos	Municípios brasileiros, tabelas de 2008 a 2017	Prospecção não substitui estruturação e seleção
Sudene	Cláusulas suspensivas e demora para sanar impedimentos técnicos	Convênios do âmbito da Sudene, contagem absoluta não reconstruída	Projeto básico tardio posterga execução
TCU	Planos de trabalho não iniciados no recorte examinado	Doze municípios escolhidos por risco, sem representatividade nacional	Plano, evidência e prazo exigem controle contínuo
OCDE	Preparação de infraestrutura inferior à de pares	Comparação internacional, sem estimativa municipal paulista	Preparação integra a política de investimento
Banco Mundial	Barreiras de demanda, oferta e regulação	Municípios de países de renda baixa e média	Gestão financeira, dados e absorção condicionam financiamento

Inferência analítica. As fontes convergem sobre o mecanismo e divergem em universo, período e instrumento financeiro. Seus percentuais não formam uma taxa única e não podem ser aplicados aos 644 municípios paulistas.

Fato normativo atualizado. A Portaria Conjunta MGI/MF/CGU 45/2026 alterou a Portaria 33/2023, inclusive o registro, no Transferegov, da decisão sobre prestação de contas. A matriz de elegibilidade e o roteiro de execução de cada projeto devem usar a versão consolidada aplicável ao instrumento e à data do ato. Fonte: gov.br/transferegov/pt-br/legislacao/portarias/portaria-conjunta-mgi-mf-cgu-no-45-de-10-de-julho-de-2026.

4.5.2 As perdas do funil e suas causas

Sinal observado	Falha de processo	Causa estrutural	Efeito provável
Prazo de edital perdido	Documentação começou após a abertura	Carteira permanente ausente	Proposta não apresentada ou imatura
Recurso indicado e bloqueado	Plano ou peça técnica pendente	Responsabilidade difusa	Diligência ou condição suspensiva
Recurso em conta sem execução	Licitação, licença ou projeto incompleto	Captação separada da execução	Saldo ocioso e risco de devolução
Licitação fracassada	Orçamento ou especificação inadequados	Mercado e contratabilidade não testados	Atraso e reprogramação
Obra ou serviço interrompido	Caixa, projeto, contrato ou fornecedor falhou	Risco e ciclo de vida não avaliados	Custo afundado e benefício adiado
Prestação de contas em crise	Prova reunida somente ao final	Controle tratado como conferência tardia	Glosa, ressalva ou devolução
Ativo entregue sem operação	Equipe, integração ou manutenção ausentes	Aquisição confundida com resultado	Benefício público não realizado
Troca de gestão reinicia o trabalho	Conhecimento concentrado em pessoas	Processo e transição não institucionalizados	Perda de prazo e memória

Recomendação. A função de investimento deve atravessar planejamento, finanças, engenharia, compras, jurídico, controle, área finalística e tecnologia. Cada projeto mantém um dono, enquanto as decisões críticas exigem validação das áreas competentes.

4.5.3 O que as instituições medem sobre o custo da fragmentação

Fato observado. O Fundo Monetário Internacional, em Making Public Investment More Efficient, de 2015, estima ineficiências médias nos processos de investimento público da ordem de 30%, e registra que os investidores públicos mais eficientes obtêm o dobro do efeito sobre o crescimento a partir do mesmo gasto, na comparação com os menos eficientes.

Fato observado. O mesmo Fundo, no Brazil Public Investment Management Assessment, relatório de assistência técnica de novembro de 2018 sobre missão de agosto de 2017, mede para o Brasil uma lacuna de eficiência de 39%, contra 27% nas economias de mercado emergentes e 29% na América Latina e Caribe. O relatório registra que os entes subnacionais executaram 44% do investimento público entre 2012 e 2016, que não existe visão consolidada do investimento total planejado por estados e municípios, que a avaliação e a seleção de projetos apresentam força institucional e efetividade baixas, e que não há mecanismo que vincule as medidas do orçamento às do plano plurianual.

Fato observado. O TCU informou, na atualização de abril de 2025 do Painel de Obras Paralisadas, 11.469 obras paralisadas de 22.621 mapeadas com recursos federais, 50,7%; educação e saúde somam 8.053 das 11.469, 70,2%. Fonte: comunicado do TCU. No levantamento de 2023 registrado em sua Lista de Alto Risco, o Tribunal contabiliza R$ 9,0 bilhões já consumidos e R$ 29,4 bilhões ainda necessários para concluir, e aponta como causas a frágil coordenação na gestão das obras, a baixa capacidade técnica e operacional dos entes subnacionais que as executam, as deficiências de projetos e os sistemas de informação ineficientes.

Fato observado. A Confederação Nacional de Municípios, no estudo Obras Paradas nos Municípios, análises e efeitos do Pacto de Retomada, de junho de 2025, cnm.org.br/storage/biblioteca/2025/Estudos_Tecnicos/202506_ET_OBRA_Obras_transferencias_parcerias.pdf, acesso em 24 de setembro de 2026, identifica 4.849 obras paradas em 2.202 de 5.569 municípios brasileiros, 39,5%, combinando dados do Painel de Obras do Transferegov, do Programa Minha Casa Minha Vida e do Sismob. A tabela do estudo, página 4, registra R$ 51.101.410.444 empenhados e R$ 42.292.355.620 de falta de repasse corrigida pela Selic a preços de abril de 2025. O texto de conclusão do mesmo documento, página 17, cita para esse item R$ 45,2 bilhões, valor não reconciliado com o total tabelado, divergência do próprio documento fonte, não deste relatório.

Inferência analítica. O estudo da CNM caracteriza a escala nacional do problema, com causas de capacidade técnica, documentação e fluxo de repasse. Sua taxa não pode ser extrapolada para os 644 municípios paulistas do IEGM. O recorte de São Paulo é apresentado pela CNM, mas a série não foi reconciliada município a município com o universo deste estudo.

Fato observado. Bent Flyvbjerg, em What You Should Know about Megaprojects and Why, publicado no Project Management Journal, volume 45, número 2, de 2014, páginas 6 a 19, registra que nove em cada dez projetos de grande porte estouram o orçamento, com estouro médio de 44,7% em ferrovias e 20,4% em estradas.

Fato observado. O McKinsey Global Institute, em Infrastructure productivity: How to save 1 trillion dollars a year, de janeiro de 2013, estima que a mesma infraestrutura poderia ser entregue com cerca de 40% menos custo, e distribui o potencial em três alavancas: seleção e otimização de carteira, com cerca de US$ 200 bilhões por ano, racionalização da entrega e melhor uso dos ativos existentes, com até US$ 400 bilhões cada. Registra que o Chile rejeita 35% dos projetos apresentados por meio de análise padronizada.

Fato observado. O Global Infrastructure Hub, em Investing in project preparation is crucial to delivering bankable and sustainable infrastructure, de 27 de abril de 2022, analisou 130 instalações de preparação de projetos e aponta a ausência de carteira preparada e pronta para investimento como um dos principais gargalos para atrair capital privado.

Fato observado. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2023, divulgada em 31 de outubro de 2024, registra plano municipal pela primeira infância em 1.484 de 5.570 municípios, 26,6%, e plano municipal de segurança alimentar e nutricional em 1.048 de 5.570, 18,8%.

Fato observado. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, na Recomendação do Conselho sobre a Governança da Infraestrutura, identificada como OECD/LEGAL/0460 e adotada em 17 de julho de 2020,

recomenda adotar instrumentos efetivos de coordenação entre os níveis nacional e subnacional de governo, ligar o planejamento às dotações orçamentárias e a outras fontes de financiamento, atribuir às instituições mandatos claros e competências adequadas, e usar tecnologias digitais e análise de dados para entender desempenho e informar a decisão.

> **Limites destas fontes**
>
> Cada uma mede um universo próprio, em período próprio. Os percentuais do Fundo Monetário Internacional são nacionais e a avaliação do Brasil é de 2017 e 2018, podendo a situação ter mudado. O levantamento do Tribunal de Contas da União trata de obras com recursos da União e não discrimina percentual por causa. Flyvbjerg trata de megaprojetos. A estimativa do McKinsey Global Institute é global e de consultoria. A pesquisa do IBGE não mede qualidade nem execução dos planos. A Recomendação da OCDE é instrumento de recomendação, não vinculante para o município brasileiro.
>
> Nenhum desses percentuais é previsão para município paulista, e nenhum é retorno do DIRECITY GOV.

Inferência analítica. As fontes associam falhas de preparação, coordenação, dados e capacidade institucional a perdas no ciclo de investimento. Também apontam restrições de financiamento. A importância relativa de cada causa varia por projeto e município; os estudos citados não isolam um efeito causal do DIRECITY GOV. É o mesmo que os elos 2 a 5 da seção 2.4.2 medem no caso paulista, por outro caminho e com outra base.

Recomendação. Usar estas faixas publicadas como parâmetro de sensibilidade na ficha de viabilidade de cada projeto, na forma já adotada pela seção 7.5.3 para os comparáveis do BID, da Comissão Europeia e do Banco Mundial. O município declara qual faixa adotou, de qual fonte e com qual data, e submete a premissa ao teste dos quatro fatores da seção 7.5.6. A faixa é ponto de partida para o cálculo local, nunca resultado projetado do instrumento.

4.6 Pilar VI. Estruturação de parcerias e mobilização de capital privado

Fato observado. O marco do Banco Mundial para PPPs municipais começa pela prontidão da instituição e do projeto. O TCU organiza o controle sobre preparação, seleção, contratação, execução, desempenho e encerramento. A legislação brasileira distingue PPP patrocinada, PPP administrativa, concessão comum, contrato administrativo, parceria social e instrumentos de inovação.

Inferência analítica. O instrumento jurídico vem depois do problema e da comparação das alternativas. Escolher PPP antes de testar demanda, escala, capacidade fiscal, risco, competição e valor pelo dinheiro produz custo de transação, baixa concorrência e obrigações de longo prazo sem benefício equivalente.

4.6.1 Financiabilidade e valor público

Dimensão	Pergunta do capital privado	Pergunta da Administração	Prova necessária
Demanda e receita	O fluxo suporta dívida e retorno?	A tarifa e o subsídio são acessíveis?	Série, cenários e sensibilidade
Crédito público	A contraprestação será paga?	O compromisso cabe no orçamento e na RCL?	Projeção fiscal, garantia e contingência
Construção e operação	Prazo, custo e desempenho são controláveis?	O serviço manterá qualidade e continuidade?	Engenharia, OPEX, cronograma e indicador
Risco	Qual risco afeta retorno e financiamento?	A alocação reduz custo total e protege o usuário?	Matriz quantificada e cláusula
Marco jurídico	O contrato é executável e previsível?	Competência, transparência e controle estão atendidos?	Lei, parecer, consulta, edital e contrato
Dados	As premissas são confiáveis?	O município manterá acesso e capacidade de fiscalização?	Sala de dados, metadados e portabilidade
Saída	Como ocorre reversão, término ou refinanciamento?	Como o serviço e os ativos serão preservados?	Bens reversíveis, transição e avaliação final

4.6.2 Retorno privado, financiabilidade e benefício público

Perspectiva	Medidas principais	Decisão apoiada	Limite
Acionista	TIR do capital próprio, VPL, múltiplo e prazo de retorno	Aporte de equity	Retorno depende dos riscos e fluxos realizados
Financiador	Cobertura do serviço da dívida, garantias, covenants e liquidez	Concessão e preço da dívida	Crédito não valida o benefício público
Município	Capacidade de pagamento, PSC, Value for Money e passivo contingente	Modelo de entrega e obrigação fiscal	Menor desembolso inicial pode elevar custo futuro
Usuário e sociedade	Qualidade, cobertura, continuidade, tarifa e benefício social	Legitimidade e efetividade	ROI financeiro não mede distribuição ou acesso

Recomendação. Publicar retorno e risco por perspectiva. Um projeto entra na carteira de parcerias somente depois de demonstrar benefício público, capacidade fiscal, modelo de receita, alocação de riscos, interesse de mercado e governança de contrato. A plataforma registra premissas e evidências; nenhuma métrica isolada libera a parceria.

4.7 Pilar transversal. O que os planos publicados registram

Tese. O estudo buscou nos 191 PDTI encontrados a informação que o Guia de PDTIC do SISP indica para um plano gerenciável. Em média, foram encontradas menos de 10 das 25 práticas, e o que mais falta é justamente o que liga o plano à execução: custo, indicadores, condições de sucesso e publicação.

Fato observado. Pela metodologia Ana Smart Solutions de leitura documental, com o Guia de PDTIC do SISP como referência, a leitura foi aplicada aos 191 PDTI encontrados, dos quais 186 tinham o texto do plano disponível, produzindo 4.650 decisões, 186 documentos multiplicados por 25 práticas. Resultado: 1.778 presentes, 38,2%; 882 incertas, 19,0%; 1.990 não evidenciadas, 42,8%. A média é de 9,6 práticas presentes por documento, mediana de 9, com variação de 2 a 20; 51 de 186, 27,4%, evidenciaram 13 ou mais. Nos 113 elegíveis lidos das camadas A e B, a média é de 10,5 práticas, 42,2%; nos 73 da camada C, de 8,0, 32,2%. Por porte, a média é de 11,1 nos grandes, 10,3 nos médios e 8,4 nos pequenos. As práticas mais evidenciadas são processo de revisão ou monitoramento do plano, 118 de 186, 63,4%; objetivos estratégicos de TI, 114, 61,3%; vigência e órgãos abrangidos, 111, 59,7%; e plano de metas e ações, 108, 58,1%. As menos evidenciadas são justificativa da necessidade do plano, 27, 14,5%; plano de capacitação ou dimensionamento de pessoal de TI, 37, 19,9%; contextualização institucional, 38, 20,4%; e publicação oficial ou endereço eletrônico do plano, 38, 20,4%. Indicadores mensuráveis aparecem em 53, 28,5%.

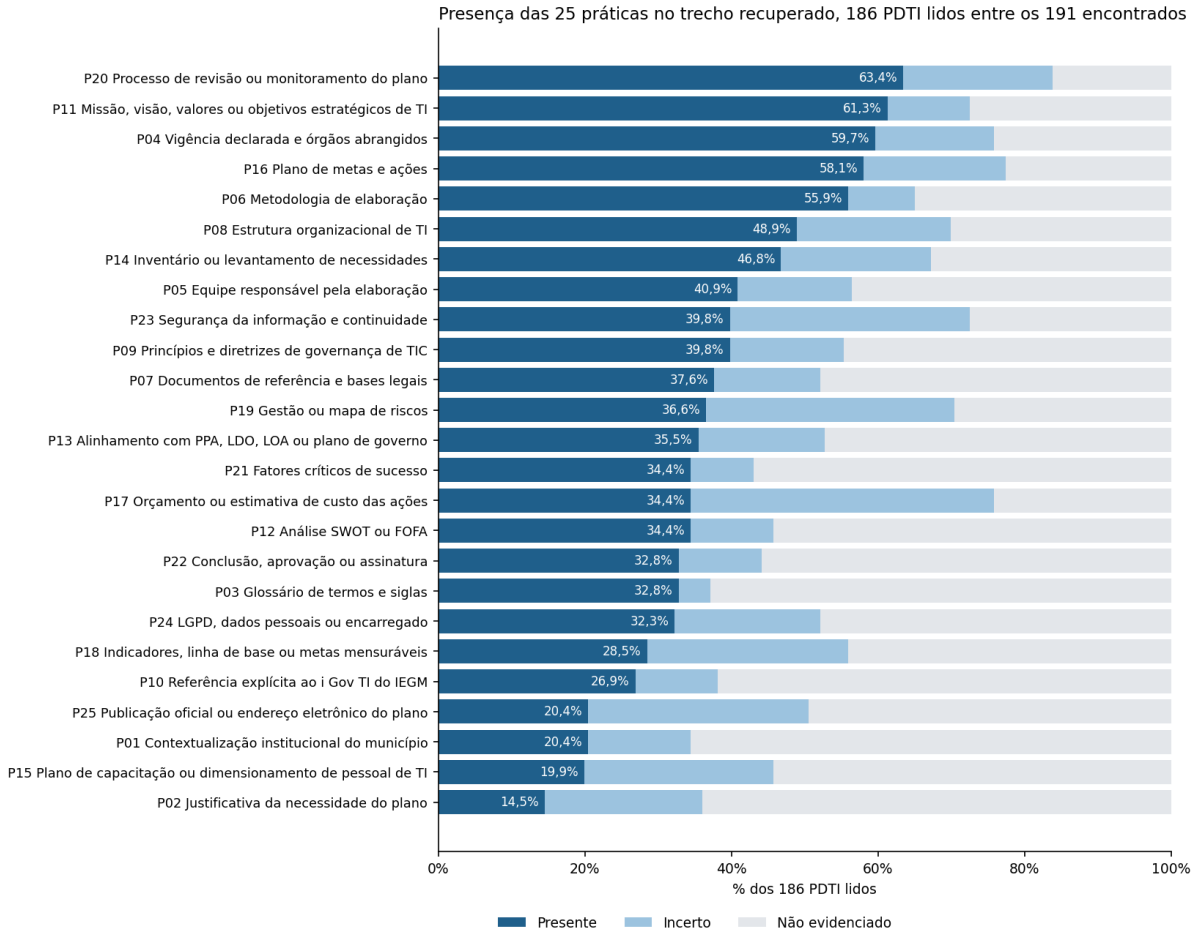

Figura 6. Presença de cada prática nos 186 PDTI lidos entre os 191 encontrados. Presente significa que a informação foi encontrada no plano; não evidenciado, que não foi encontrada. Tabela completa no Anexo F.

Inferência analítica. Indicadores mensuráveis aparecem em 53 de 186 documentos, 28,5%; orçamento ou estimativa de custo e fatores críticos de sucesso, em 64 cada, 34,4%; e publicação oficial ou endereço eletrônico do plano, em 38, 20,4%. LGPD aparece em 60, 32,3%, e segurança da informação em 74, 39,8%. Os planos tendem a declarar objetivos, ações e vigência e raramente conectam essas ações a custo, mensuração e condições de sucesso. Essas práticas foram lidas no texto integral de cada plano: quando a informação não foi encontrada, ela não está no plano publicado. No caso de Santo Antônio do Pinhal, a leitura por trecho encontrou 3 práticas e marcou 3 como incertas; a leitura integral do plano, na seção 4.7.1, encontrou 1 requisito atendido e 6 parcialmente atendidos.

Recomendação. Usar a auditoria para localizar presença e orientar revisão humana, nunca para ranquear municípios. Os itens incertos e qualquer prática material para orçamento, risco, segurança, LGPD ou contratação passam por verificação humana antes de decisão administrativa.

4.7.1 Caso de referência. Santo Antônio do Pinhal frente ao Guia de PDTIC do SISP

Fato observado. Santo Antônio do Pinhal é município pequeno, com 7.294 habitantes na estimativa do IBGE para 2024. No exercício 2024 obteve IEGM geral C+ e faixa A no i-Gov TI, segundo os resultados oficiais do TCESP, e declarou no quesito i-Gov TI 2.0 possuir PDTIC com metas para até dois anos. O plano está publicado na página oficial da Prefeitura, PDTI, Plano Diretor de Tecnologia da Informação, www.santoantoniodopinhal.sp.gov.br/prestando-contas/pdti-plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao, em PDF de 11 páginas, lido integralmente. A identidade do documento foi confirmada. Na cadeia documental, o plano está na Camada C, documento confirmado sem período de vigência explícito no texto lido, e entra no estudo com a observação de que não foi encontrada a vigência.

Referência de avaliação. O plano foi lido pela metodologia Ana Smart Solutions de leitura documental, com o Guia de PDTIC do SISP, versão 2.1, de 2021, www.gov.br/governodigital/pt-br/sisp/guia-do-gestor/documentos/guia-de-pdtic-do-sisp-2-1/view como referência. Como o Guia não impõe metodologia obrigatória aos municípios, não atende significa lacuna de boa prática frente ao Guia, não ilegalidade municipal.

Prática de referência	Evidência lida no PDF	Avaliação
Identidade, escopo e objetivo	Capa, objetivo e abrangência da política de uso	Atende parcialmente: escopo geral, sem delimitação clara do ciclo do plano
Período de vigência	Prazos relativos de um ou dois anos em cada iniciativa	Não atende: não há data inicial ou final do PDTI nem calendário absoluto
Equipe de elaboração e governança	Assinatura do Secretário e menção a assessoria privada	Não atende: não registra equipe de elaboração, papéis ou instância colegiada
Método de elaboração	Não localizado nas 11 páginas	Não atende
Referencial estratégico e legal	Menção genérica ao plano de governo e aos Decretos 2.163/2019 e 2.411/2021	Atende parcialmente: não há matriz de alinhamento com PPA, objetivos e necessidades
Diagnóstico do ambiente atual	Estrutura administrativa e modelo terceirizado de gestão de TI	Atende parcialmente: não há inventário verificável de pessoas, sistemas, contratos, infraestrutura ou capacidades
Levantamento de necessidades	Não há inventário de necessidades, áreas demandantes, critérios ou priorização	Não atende
Plano de metas e ações	Lista de iniciativas, descrição e prazo relativo	Atende parcialmente: não informa responsável por ação, indicador, meta mensurável, dependências, custo ou fonte orçamentária
Orçamento	Não localizado	Não atende
Indicadores e linha de base	Não localizados	Não atende
Plano de gestão de riscos	Não há risco, probabilidade, impacto, resposta ou responsável; há apenas objetivos de segurança	Não atende
Pessoas e capacitação	Ação genérica de treinar recursos humanos	Atende parcialmente: sem público, competência, quantidade, prazo absoluto ou custo
Segurança e continuidade	Projetos de backup e segurança; política de uso anexa	Atende parcialmente: há controles propostos, mas não análise de risco, níveis de serviço, RTO e RPO, teste ou plano de continuidade
Monitoramento, revisão e aprovação	Não localizados processo de acompanhamento, periodicidade, indicadores de execução ou ato formal de aprovação	Não atende

Prática de referência	Evidência lida no PDF	Avaliação
Publicação	O documento afirma que será publicado e há página oficial ativa	Atende

Fato observado, resultado. Das 15 práticas de referência, 1 de 15 atende, 6 de 15 atendem parcialmente e 8 de 15 não atendem. A avaliação resulta da leitura integral do documento. A contagem automática de termos do checklist, de 28%, foi substituída por essa leitura integral, pelo motivo registrado no item 4 da seção 3.4.

Inferência analítica. O PDTI funciona como carta de diretrizes e carteira inicial de projetos. É específico do município e traz ações úteis de rede, datacenter, backup, segurança, cidade digital e governança. Frente ao Guia SISP, falta a cadeia mínima que torna o plano gerenciável: diagnóstico demonstrável, necessidades priorizadas, metas mensuráveis, ações com responsáveis e orçamento, riscos e acompanhamento. A faixa A no i-Gov TI e essas lacunas medem objetos diferentes: o questionário registra a declaração de posse do plano e de outras práticas; a leitura documental registra o conteúdo do plano publicado.

Recomendação. Revisar o PDTI com vigência explícita, inventário priorizado de necessidades, plano de metas e ações, orçamento, matriz de riscos e rotina de acompanhamento, com profundidade adaptada à estrutura de um município pequeno. Fonte da leitura: o PDF publicado pela Prefeitura, lido integralmente, com o resultado registrado na matriz acima.

4.8 Pilar transversal II. As frentes de capacidade andam juntas na base do tribunal

Tese. Se as frentes fossem independentes, a posse de uma não diria nada sobre a posse das outras. A base do tribunal permite testar isso diretamente.

Método declarado antes do resultado. Onze indicadores binários foram construídos sobre os quesitos do i-Gov TI na exportação oficial de respostas do exercício 2024: setor de TIC, capacitação, participação da TI nas contratações, PDTIC, política de segurança, plano de continuidade, regulamentação da Lei de Governo Digital, regulamentação do tratamento de dados pessoais, mapeamento de dados, encarregado de dados e a faixa IEGM em B ou superior. Cada par é testado estatisticamente no universo de 644 e dentro de cada porte, respeitando o denominador condicionado de cada quesito, pelo método descrito no Anexo A.3.

> **A exclusão que este teste precisava fazer**
>
> Cinco pares foram retirados por serem condicionais na construção do questionário, e não associações observadas: política de segurança com plano de continuidade, tratamento de dados pessoais com mapeamento de dados, tratamento de dados pessoais com encarregado, setor de TIC com capacitação e setor de TIC com participação nas contratações. Nesses casos o segundo quesito só é apresentado a quem respondeu afirmativamente ao primeiro, e a associação seria artefato da regra de preenchimento.
>
> Mantê-los elevaria o resultado sem acrescentar informação. Restam 50 pares, e é sobre eles que o resultado abaixo é calculado.

Fato observado. Nos 50 pares avaliados, a diferença é positiva em 50, e em 49 ela é estatisticamente significativa no universo de 644. O único par sem significância é a posse de setor de TIC contra plano de continuidade, com 289 observações e diferença de 4,9 pontos percentuais. Matriz completa no Anexo N.

Par de frentes	Diferença em pontos percentuais	p
Regulamentou o tratamento de dados pessoais e designou encarregado	61,9	menor que 0,0001
Possui PDTIC e possui política de segurança	53,4	menor que 0,0001
Possui PDTIC e regulamentou a Lei de Governo Digital	42,8	menor que 0,0001
Possui política de segurança e capacita o pessoal de TIC	31,3	menor que 0,0001

Par de frentes	Diferença em pontos percentuais	p
Possui PDTIC e alcança faixa IEGM B ou superior	28,8	menor que 0,0001

Fato observado, estratificação. Em 43 dos 50 pares, 86,0%, a diferença permanece positiva em todos os portes com observações suficientes. As sete exceções não invertem o resultado: seis envolvem a posse de setor de TIC no porte grande, onde os 41 municípios declaram todos possuir setor, de modo que a diferença é exatamente zero por saturação do preditor. A sétima é a posse de setor de TIC contra mapeamento de dados no porte médio, com diferença de menos 0,7 ponto percentual e p de 1,00.

Inferência analítica. O resultado mede co-ocorrência e não causalidade. A explicação mais simples para cinquenta associações positivas é causa comum: a prefeitura que consegue produzir, aprovar, publicar e manter vigente qualquer um desses instrumentos costuma sustentar os demais, porque todos consomem a mesma pessoa, o mesmo dado e a mesma rotina de evidência. É a mesma leitura aplicada na seção 8.1 à posse de PDTIC.

Recomendação. Usar esta matriz para escolher a ordem das ações, nunca para prometer efeito. Uma ação desenhada para produzir evidência que sirva a mais de uma frente aproveita a associação observada; uma ação desenhada para uma frente isolada a desperdiça. O indicador correspondente é o aproveitamento multiobrigação da seção 7.1.

> **O limite deste pilar**
>
> Cinquenta associações positivas não demonstram que uma frente cause a outra, e não autorizam afirmar que integrar as frentes eleva a nota, produz economia ou atrai investimento.
>
> O que elas demonstram é mais estreito e suficiente para a decisão: as frentes não são independentes entre si na base do próprio tribunal, e tratá-las como projetos separados contraria a estrutura observada nos dados.

4.8.1 O que o catálogo de boas práticas efetivamente mostra

Fato observado. O recorte documentado do Catálogo de Boas Práticas IEGM do TCESP, coletado em 02 e 03/10/2026, contém 22 práticas em 19 municípios distintos. Quatro são de i-Gov TI e 18 pertencem a outras dimensões ou cruzam dimensões. Entre os 19 municípios selecionados, 12 de 19, 63,2%, têm documento elegível no exercício 2024, contra 115 de 644, 17,9%, no universo paulista. O catálogo é seleção intencional e a contagem descreve a coleta datada. Fonte: tce.sp.gov.br/boas-praticas-iegm/catalogo/.

Inferência analítica. Os casos mostram que um projeto com responsável, meta, acompanhamento e evidência pode conectar objetivos setoriais, orçamento e tecnologia. A presença de uma prática catalogada não garante nota alta, como adverte o próprio TCESP, nem prova que o planejamento de tecnologia causou o resultado setorial.

Recomendação. O PEDTC pode reunir essas ações em carteira única e registrar qual evidência atende a cada obrigação, com adaptação ao porte e aos recursos locais.

4.8.2 Osasco: evidência de planejamento com escopo de cidade

Fato observado. O Plano Estratégico de Tecnologia para Cidades Inteligentes de Osasco, identificado como PETCI, Relatório P8, versão 1.0 de março de 2024, apresenta roadmap de 2024 a 2028. O documento organiza 17 objetivos estratégicos e 161 projetos, com 30 secretarias e órgãos responsáveis. A Secretaria de Tecnologia responde por 44 de 161 projetos, 27,3%; os outros 117 de 161, 72,7%, estão atribuídos a outras áreas. O plano seleciona 267 indicadores, incluindo 56 da ISO 37120, 54 da ISO 37122 e 25 da ISO 37123. Fonte primária: arquivo publicado no portal oficial de Osasco, identificado no Anexo J e no endereço setide.osasco.sp.gov.br. O documento, de 230 páginas, foi lido integralmente, e cada dado citado foi conferido na página correspondente.

Fato observado. A estimativa de investimento do plano soma R$ 312,56 milhões até 2034, dos quais R$ 246,22 milhões para 2024 a 2028 e R$ 66,34 milhões para 2029 a 2034. O próprio plano informa que os custos operacionais e de sustentação não estão incluídos. Ele prevê cinco torres de gestão, incluindo portfólio de projetos e indicadores, metas trimestrais e quatro ondas de implantação. A seção 11.2.3 registra que o acompanhamento de indicadores ainda se apoiava em planilhas e que não havia sistema próprio para apoiar esse trabalho.

Fato observado, fonte secundária oficial. Um atestado de capacidade técnica emitido pela Secretaria Executiva de Inovação e Tecnologia de Osasco e anexado a processo de contratação da Prefeitura de Curitiba registra o Contrato 123/2022, de elaboração do PETCI, no valor de R$ 4.002.609,85, com execução de 13/01/2023 a 20/03/2024. O instrumento original da contratação de Osasco não foi localizado. O valor e as datas são atribuídos ao atestado, não apresentados como conferência direta do contrato.

Inferência analítica. O caso demonstra que um plano de tecnologia pode organizar projetos de várias secretarias, indicadores urbanos e governança de portfólio. Não demonstra que os 161 projetos foram executados, que os benefícios previstos foram obtidos ou que as ISO foram certificadas. É um caso de município grande e não representa a capacidade ou as necessidades dos municípios pequenos e médios. A inclusão de indicadores ISO demonstra seleção para planejamento, não auditoria ou certificação.
Recomendação. O PEDTC deve conectar carteira multissetorial, responsáveis, indicadores, orçamento, custos de operação e critérios de priorização. Para cada município, o escopo precisa ser dimensionado localmente e o avanço deve ser acompanhado por evidência de execução, sem tomar o plano de Osasco como pacote a replicar.
Referências de Plano Estratégico Diretor de Tecnologia e Cidade. Osasco e Pindamonhangaba são as referências deste relatório para o PEDTC porque seus planos abordam a cidade, e não ferramentas de tecnologia da informação. São os municípios que usam a abordagem de um Plano Estratégico Diretor de Tecnologia e Cidade, já tratada em artigos da Ana Smart Solutions, em especial Plano estratégico de tecnologia para cidades inteligentes: Osasco e Pindamonhangaba, e O que é PDTI, PDTIC e PDTCI: diferença e qual usar. O autor deste estudo foi secretário de Tecnologia, Inovação e Projetos de Pindamonhangaba; o plano do município é citado pelo conteúdo publicado e pela Lei Municipal 6.563 de 2022, que qualquer leitor pode verificar.

4.8.3 Caso de origem: Pindamonhangaba

Fato observado, vínculo declarado. O método que fundamenta o DIRECITY GOV foi desenvolvido e aplicado em Pindamonhangaba, município paulista de porte médio do Vale do Paraíba, de janeiro de 2019 a dezembro de 2024, período em que o autor deste estudo foi Secretário de Tecnologia, Inovação e Projetos da Prefeitura. O vínculo é declarado porque é ele que dá ao caso valor de evidência prática. Em 2019 a gestão estruturou o Programa Cidade Inteligente, com expansão da rede de dados nos prédios públicos, inteligência artificial no monitoramento urbano e telemedicina. Em 2024 a Prefeitura instituiu o Plano Diretor de Tecnologia e Cidade Inteligente, com horizonte de quatro anos e previsão de legislação para dar continuidade às diretrizes nas gestões seguintes.

Fato observado, registros oficiais. No i-Gov TI, Pindamonhangaba evoluiu de B para B+ e depois para A, a faixa mais alta, subindo ou mantendo faixa a cada ciclo do período, conforme o Relatório de Desempenho Municipal do TCESP. O município obteve, pela ABNT, as três certificações de cidades: ISO 37120, cidades sustentáveis, nível Platina, em novembro de 2022; ISO 37122, cidades inteligentes, nível Ouro, em outubro de 2023; e ISO 37123, cidades resilientes, nível Platina, em outubro de 2023. Segundo o TCESP, a receita consolidada passou de R$ 506.439.083,21 em 2019 para R$ 934.202.073,80 em 2024, crescimento nominal de 84,5% e real de cerca de 38% pelo IPCA do período, resultado do trabalho de toda a gestão.

Fato observado, registros da própria administração. Atendimento da ouvidoria reduzido de 45 para 2 dias; processos críticos que levavam 90 dias concluídos em minutos; economia estimada de R$ 70 milhões em cinco anos com o processo eletrônico; Wi-Fi público ampliado de 5 para 110 pontos; mais de 1.500 câmeras de videomonitoramento com inteligência artificial implantadas.

Inferência analítica. O caso mostra que o método foi aplicado em uma prefeitura real, por uma equipe municipal, durante seis anos, e que nesse período o município alcançou a faixa máxima do i-Gov TI e a tripla certificação ISO de cidades. Os resultados são do trabalho de toda a gestão e não se transferem automaticamente a outro município. O método atende do pequeno ao grande município, e os resultados de cada um são medidos com linha de base própria. O DIRECITY GOV organiza em plataforma as práticas aplicadas nesse período.

Fontes. TCESP, Portal da Transparência Municipal, Pindamonhangaba, exercícios 2019 a 2024, transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/pindamonhangaba; TCESP, Relatório de Desempenho Municipal de Pindamonhangaba, tce.sp.gov.br/sites/default/files/rdm/pindamonhangaba.pdf; ABNT, certificados ISO 37120 de 2022 e ISO 37122 e ISO 37123 de 2023; Prefeitura de Pindamonhangaba, Plano Diretor de Tecnologia e Cidade Inteligente, 2024.

5. O plano vivo e a proposta de apoio

5.1 O que exige um plano vivo

Visão de longo prazo. O município opera um **Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia e Cidade, PEDTC**, que articula serviços, dados, pessoas, riscos, orçamento, contratação, carteira de projetos, indicadores, evidências e revisão, e que permanece verificável por terceiros a qualquer momento.

O que o PEDTC não é. Ele não substitui planos setoriais, instrumentos urbanísticos, orçamento, legislação nem decisões políticas. Ele conecta as dependências tecnológicas e operacionais desses instrumentos.

O que significa um plano vivo. Um plano é vivo quando se observa, na rotina do governo: prioridades vinculadas a responsáveis, prazos e recursos; projetos com etapas, dependências, custos, riscos e critérios de decisão; indicadores e evidências produzidos durante a execução; registro das mudanças, bloqueios e decisões; revisão periódica diante de mudanças de governo, orçamento, tecnologia e necessidade pública; e aprendizagem com as entregas realizadas e os benefícios verificados. Uma plataforma pode apoiar essas rotinas, mas a continuidade depende de governança, da participação das áreas e das decisões e da execução municipais.

Instrumento ou capacidade	Papel no argumento
PDTIC	Planeja a tecnologia da informação e atende à exigência do controle externo. É componente importante, mas delimitado.
PEDTC	Direção estratégica municipal que relaciona tecnologia, cidade, prioridades e planos setoriais. Permanece conectado à execução e é atualizado.
DIRECITY GOV	Plataforma de apoio à gestão continuada da jornada: planejamento, projetos, recursos, contratação, execução, evidências e resultados, conforme as capacidades e os limites descritos na seção 5.3.2.

Relação entre os nomes. PDTIC é o plano de tecnologia da informação exigido pelo controle externo. PEDTC é o termo proposto neste estudo para a direção estratégica que relaciona tecnologia, cidade, serviços e prioridades do governo, da qual o PDTIC é um componente. PDTCI, Plano Diretor de Tecnologia e Cidade Inteligente de Pindamonhangaba, e PETCI, Plano Estratégico de Tecnologia para Cidades Inteligentes de Osasco, são nomes locais de planos com o escopo que este estudo chama de PEDTC.

> **O precedente jurídico existe**
>
> Pindamonhangaba instituiu por lei municipal própria um plano diretor de tecnologia de cidade, com competência atribuída em lei de estrutura administrativa, vigência plurianual declarada e publicação. O documento traz ações orçadas em mobilidade, meio ambiente, resíduos, assistência social, esporte e qualificação profissional, com secretarias finalísticas nomeadas como responsáveis.
>
> Um caso prova viabilidade jurídica e prática dentro da competência municipal do artigo 30, inciso V da Constituição, sem depender de norma estadual ou federal nova.

Fato observado, a âncora de contratação. A Lei 14.133 de 2021, artigo 12, inciso VII, relaciona o planejamento das contratações ao planejamento estratégico quando houver plano anual de contratações na forma regulamentar.

Inferência analítica. A âncora sustenta o alinhamento entre necessidade, planejamento e contratação. **Ela não cria obrigação universal de PDTIC ou PEDTC para os 644 municípios**, os dados mostram o impacto de não ter.

Conteúdo mínimo do PEDTC, e o que cada capítulo resolve

Capítulo do PEDTC	Resolve qual lacuna medida
Diagnóstico territorial e institucional	A base de PDTIC não mede linha de base territorial; 529 de 644 estão fora do recorte documental elegível
Arquitetura de serviços e dados	Saúde com 42,0% e ensino com 43,7% de integração, e 338 mais 247 ilhas
Inventário de necessidades por secretaria	A maioria dos municípios informou ao TCESP não possuir PDTIC, Achado 3; sem plano informado, não há inventário de necessidades publicado
Carteira de serviços urbanos instrumentados	2.761 pontos mandatórios fora do i-Gov TI, 80,4%

Capítulo do PEDTC	Resolve qual lacuna medida
Exigências de dado em contratos e concessões	410 de 644 sem sistema de informações de saneamento, 63,7%
Pessoas, papéis e plano de capacitação	237 de 391 pequenos com zero ou uma pessoa e 235 de 489 sem capacitação
Matriz de riscos e plano de continuidade	197 de 289 sem ISO 31000 e 154 de 289 sem plano de continuidade
Programa de privacidade e segurança	355 de 644 sem política de segurança e 422 de 644 sem encarregado
Estratégia de contratação e orçamento	241 de 644 sem declaração afirmativa de participação da TI
Indicadores de cidade e do IEGM	Indicadores mensuráveis presentes em 53 de 186 PDTI lidos, 28,5%
Evidências, governança e ciclo de revisão	115 de 644 com documento integral confirmado e vigente em 2024, 17,9%

Princípios arquiteturais não negociáveis

1. Toda ação nasce de necessidade comprovada, com origem rastreável.
2. Toda ação tem responsável nomeado, custo estimado, risco e evidência esperada.
3. Toda evidência tem endereço estável, versão, vigência e prova de publicação.
4. Uma evidência atende quantas obrigações couberem, e o reuso é medido.
5. Nada que dependa de decisão de terceiro é apresentado como resultado garantido.

A proposta de apoio: o DIRECITY GOV

O DIRECITY GOV é uma plataforma de apoio à gestão da jornada que vai da prioridade à comprovação: prioridade, diagnóstico, convergências e alternativas, projeto, recursos e contratação, execução, evidência, avaliação e revisão. Além de estruturar o PDTIC, reúne capacidades relacionadas ao planejamento, à convergência entre necessidades, à preparação de projetos, aos recursos e contratações, ao acompanhamento e à organização de evidências. A decisão permanece com a autoridade pública. As capacidades e o que cabe ao gestor validar estão na seção 5.3.2, e os resultados ainda precisam ser avaliados em implantação ou piloto, conforme a seção 7.6.

Da captação à medição do resultado. Não basta planejar de forma integrada se o município não consegue captar os recursos para executar o que planejou. E não basta ter o plano se ele não pode ser executado, acompanhado e medido. O DIRECITY GOV foi desenhado para cobrir esse caminho inteiro, da preparação para captar recursos à medição do resultado entregue à população, servindo às secretarias em conjunto: o que uma registra serve às demais, e o que é feito já produz a evidência de que foi feito.

As três camadas do DIRECITY GOV

Fato observado. A Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP, Secretaria de Governo Digital, gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/sisp/documentos/metodologia-de-gerenciamento-de-projetos-do-sisp-mgp-sisp, consulta em 24 de setembro de 2026, descreve equipes, gerentes funcionais e escritório de projetos, e admite uso por outros níveis de governo, inclusive municípios. A Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, cmd.mg.gov.br/portal/secretarias-paginas/38/escritorio-de-projetos, consulta em 24 de setembro de 2026, atribui ao seu escritório de projetos, por norma local, padronização, priorização, coordenação e acompanhamento do portfólio municipal, apoio à elaboração de projetos, capacitação, captação de recursos, monitoramento físico e financeiro, gestão de riscos e relatórios.

Inferência analítica. As duas fontes confirmam que escritório de projetos é prática institucionalizável em nível municipal, com metodologia federal replicável e precedente normativo real em outro município. Elas não sustentam obrigação legal universal para todo município paulista, nem entrega já comprovada dessa capacidade por nenhum produto de software, incluindo o DIRECITY GOV.

Recomendação, arquitetura. O DIRECITY GOV organiza-se em três camadas, e as capacidades de cada frente estão descritas na seção 5.3.2. Estratégia, o PEDTC e os princípios arquiteturais desta seção 5.1. Inteligência, o conjunto de indicadores, riscos e comparáveis que sustentam a decisão, descrito na seção 5.2 e seguintes. Gestão do escritório de projetos do mandato, a função permanente de coordenação de portfólio já prevista no princípio de

desenho da seção 5.2, aqui nomeada como camada distinta porque concentra papéis, método e cronograma que as duas primeiras camadas não cobrem sozinhas. As capacidades específicas do DIRECITY GOV estão descritas na seção 5.3.2.

5.2 Modelo operacional da carteira municipal de investimentos

Princípio de desenho. O município mantém uma função permanente de gestão de investimentos e projetos. A estrutura pode ser um escritório, núcleo, comitê ou arranjo consorciado. Ela coordena o ciclo e preserva as competências formais de cada secretaria.

Capacidade	Produto verificável	Falha controlada
Inventário de necessidades	Problema, público, linha de base e responsável	Projeto criado pela oportunidade
Carteira única	Prioridade, estágio, dependências e prazo	Listas concorrentes e duplicidade
Radar de fontes	Programa, janela, elegibilidade e itens financiáveis	Prospecção dispersa
Matriz projeto e fonte	Compatibilidade técnica, fiscal e temporal	Fonte inadequada ao objeto
Dossiê de prontidão	Estudos, orçamento, licenças, certidões e validade	Diligência e perda de prazo
Controle de requisitos	Pendência, responsável, vencimento e alerta	Documento vencido ou sem dono
Viabilidade	Ciclo de vida, cenários, ROI, TIR, VPL e equilíbrio	Projeto sem sustentabilidade financeira
Gestão de riscos	Probabilidade, impacto, tratamento e responsável	Surpresa na execução
Planejamento da contratação	DFD, ETP, termo de referência, mercado e aceite	Licitação frágil
Monitoramento físico e financeiro	Parcela, medição, marco, desvio e evidência	Recurso sem entrega
Repositório auditável	Versão, autoria, data, integridade e vigência	Prestação de contas tardia
Painel de benefícios	Linha de base, resultado previsto e realizado	Conclusão física sem efetividade

5.2.1 Oito níveis de maturidade

Nível	Conteúdo mínimo	Decisão permitida
M0, ideia	Problema preliminar e área responsável	Registrar e solicitar diagnóstico
M1, necessidade comprovada	Linha de base, público, urgência e alinhamento	Priorizar para análise
M2, análise preliminar	Alternativas, estimativa, benefício, risco e fontes possíveis	Autorizar estruturação
M3, estruturado	Escopo, estudos, orçamento, cronograma, licenças e ciclo de vida	Buscar fonte compatível
M4, elegível	Regularidade, contrapartida, documentos e plano de trabalho	Submeter ou negociar
M5, contratável	Peças de contratação, mercado e critérios de aceite	Iniciar seleção
M6, em execução	Contrato, fiscalização, marcos e evidência ativa	Liberar por entrega
M7, concluído	Aceite, contas, operação e resultados iniciais	Encerrar e avaliar benefício

5.2.2 Índice interno de prontidão

Dimensão	Peso em 100 pontos	Evidência mínima
Problema, linha de base e resultado	10	Diagnóstico e indicador
Alinhamento estratégico e orçamentário	10	Plano, programa e previsão

Dimensão	Peso em 100 pontos	Evidência mínima
Escopo e alternativas	10	Opções analisadas e escolha motivada
Estudos e projeto técnico	15	Peças compatíveis com o estágio
Orçamento e cronograma	10	Referência atual e fluxo físico financeiro
Fundiário, ambiental e regulatório	10	Titularidade, licenças e autorizações
Viabilidade fiscal e ciclo de vida	10	Contrapartida, custeio e cenários
Elegibilidade e documentação	10	Requisitos válidos e rastreáveis
Contratabilidade e mercado	5	Oferta, competição e estratégia
Riscos, governança e evidência	10	Matriz, papéis e plano de prova
Total	100	Rubrica interna, sem equivalência com chance de aprovação

Regra de decisão. A nota mede completude interna. Licença, titularidade, limite fiscal ou requisito obrigatório podem bloquear o avanço mesmo quando a soma é alta. Toda evidência recebe data, validade e responsável. O projeto perde prontidão quando orçamento, licença, certidão ou pesquisa de mercado vence.

5.2.3 Adequação da fonte

Teste	Pergunta de decisão
Natureza do gasto	A fonte admite capital, custeio ou ambos?
Escala e prazo	O valor e o calendário são compatíveis com o projeto?
Capacidade fiscal	Há espaço para contrapartida, dívida, garantia e operação futura?
Elegibilidade	Todos os itens financiados e beneficiários atendem às regras?
Risco e contratação	A fonte aceita a matriz de risco e o modelo contratual proposto?
Custo de transação	Preparação, controle e prestação de contas compensam a fonte?
Sustentabilidade	O ativo continuará operando depois do investimento?

Limite comercial. O DIRECITY GOV organiza o município para a decisão e mantém o projeto pronto. A plataforma não decide a seleção, não garante financiamento e não substitui parecer jurídico, avaliação fiscal, engenharia ou decisão política.

5.2.4 Escala compartilhada para municípios pequenos

Fato observado. Entre os 391 municípios pequenos, 237 declararam zero ou uma pessoa em TI, 60,6%. A mesma escassez limita a manutenção de engenharia, análise financeira, segurança, dados, convênios e prestação de contas em estruturas isoladas.

Inferência analítica. Cooperação regional e consórcios reduzem o custo fixo de competências raras e dão escala à preparação de projetos. O ganho depende de prioridade comum, regra de rateio, papéis formais, segregação de funções e adaptação local.

Competência compartilhável	Arranjo possível	Controle que permanece local
Engenharia e revisão de projetos	Equipe regional ou contratação consorciada	Definição da necessidade e aceite
Convênios e prestação de contas	Escritório regional de projetos	Responsável pelo instrumento
Análise financeira e PPP	Núcleo especializado	Decisão fiscal e autorização
Pesquisa de preços e compras	Inteligência compartilhada	Processo de contratação

Competência compartilhável	Arranjo possível	Controle que permanece local
Segurança, dados e integração	Serviço técnico comum	Governança, acesso e responsabilidade
Capacitação e modelos	Academia regional e biblioteca comum	Aplicação e evidência municipal

Recomendação. Admitir carteiras municipais e consorciadas, mantendo origem, decisão, responsável, rateio e evidência separados por ente. A proposta do DIRECITY GOV prevê esse desenho.

5.3 Estruturação de projetos, concessões e PPPs

Regra de arquitetura. A plataforma não começa pela modalidade. Ela começa pelo problema, compara modelos de entrega e só promove o projeto quando as evidências do gate estão completas e válidas.

Gate	Pergunta de decisão	Evidência mínima	Saída
0. Elegibilidade institucional	O município pode conduzir o processo?	Competência, lei local, equipe, orçamento e dados	Autorizar diagnóstico
1. Problema e prioridade	Há problema mensurável e prioritário?	Linha de base, beneficiário, território e indicador	Incluir na carteira
2. Alternativas	Qual modelo merece estudo?	Execução direta, Lei 14.133, concessão, PPP, parceria social e inovação	Selecionar alternativas
3. Análise preliminar	Existe plausibilidade técnica, fiscal e comercial?	CAPEX, OPEX, demanda, receita, risco, licença e mercado	Autorizar estruturação
4. Viabilidade	O modelo cria valor e pode ser financiado?	Engenharia, PSC, VfM, fluxo, risco, indicador, garantia e consulta	Aprovar modelagem
5. Prontidão para licitar	Estudos, edital e contrato são coerentes?	Aprovações, sala de dados, competição, fiscalização e cronograma	Publicar licitação
6. Contratação e mobilização	O vencedor cumpriu condições?	Proposta, habilitação, SPE, garantias e plano de transição	Emitir ordem de início
7. Execução e operação	Serviço e pagamento seguem desempenho?	Marco, indicador, pagamento, risco, usuário e dados	Operar e corrigir
8. Encerramento e reversão	Ativos, dados e serviço terão continuidade?	Inventário, condição, portabilidade, passivo e avaliação	Reverter, renovar ou relicitar

5.3.1 Matriz de escolha do instrumento

Situação dominante	Instrumento a avaliar	Teste crítico
Objeto definível e pago pelo orçamento	Contrato da Lei 14.133	Planejamento, competição e preço
Obra com operação curta associada	Fornecimento e serviço associado	Ciclo de vida e prazo legal
Economia mensurável remunera o contratado	Contrato de eficiência	Linha de base e medição independente
Solução complexa ainda não definível	Diálogo competitivo	Complexidade real e governança do diálogo
Estudos privados para futura contratação	PMI	Neutralidade, dados abertos e validação independente
Serviço sustentado por tarifa	Concessão comum	Demanda, tarifa, modicidade e financiabilidade
Tarifa exige complemento público	Concessão patrocinada	VfM, capacidade de pagamento e garantia
Serviço pago pelo governo por desempenho	Concessão administrativa	Capacidade fiscal e indicadores de longo prazo
Finalidade recíproca com OSC	MROSC	Cooperação sem mera compra de serviço

Situação dominante	Instrumento a avaliar	Teste crítico
Problema com risco tecnológico	ETEC ou CPSI	Risco tecnológico, teste e propriedade intelectual
Município sem escala	Consórcio ou cooperação	Governança, custos e competências

5.3.2 Capacidades do DIRECITY GOV e validação do gestor

Leitura por jornada, antes da leitura por capacidade. O quadro abaixo mostra em que momento o gestor usa cada frente; a tabela seguinte mostra o que cada frente faz e o que o gestor valida.

Momento do gestor	O que ele faz na plataforma	Frente correspondente
Registra um problema priorizado	Descreve necessidade, público, linha de base e responsável	Originação
Vê tudo o que está em andamento	Compara estágio, prazo e dependências entre projetos	Portfólio
Testa se o projeto se sustenta	Preenche custos, receitas, cenários e comparação de modelos de entrega	Viabilidade
Decide quem assume cada risco	Aloca probabilidade, impacto financeiro e tratamento por responsável	Riscos
Compara com contratações semelhantes	Consulta modelos e premissas de contratos observados	Comparáveis
Acompanha prazo e execução	Consulta marcos, dependências, responsáveis e evidência por etapa	Prazo e execução
Confere contrato e desembolso	Compara estimado e realizado por contrato, fornecedor, valor e vigência	Financeiro e contratos
Procura fonte compatível	Confronta o projeto com convênios, emendas e parcerias do recorte disponível	Fontes e território
Reúne a prova do que foi feito	Localiza relatórios e endereços de evidência do projeto	Documentos

Validação do gestor. A plataforma calcula, organiza e propõe; a lei reserva ao gestor e às áreas competentes a responsabilidade de determinar o resultado. A coluna final indica o que cabe ao usuário validar, com o trabalho já preparado pela plataforma.

Frente	Capacidade	O que o gestor valida
1. Originação	Banco de ideias, necessidades, PPA, metas e indicadores	Confirma a linha de base e a prioridade de cada necessidade, já organizadas e propostas pela plataforma
2. Portfólio	Programas, projetos, status e visão consolidada	O patrocinador ou comitê aprova a passagem de cada projeto entre etapas, com as evidências de cada etapa reunidas pela plataforma
3. Viabilidade	CAPEX, OPEX, receitas, desconto, PSC, VfM e cenários	As áreas técnica e de finanças conferem e aprovam as premissas dos cálculos feitos pela plataforma
4. Riscos	Alocação, probabilidade, impacto financeiro e totais retidos e transferíveis	O gestor e o jurídico confirmam a alocação e o tratamento de cada risco e sua correspondência com cláusulas, seguros e gatilhos do contrato
5. Comparáveis	Modelos e premissas de contratos observados	O usuário confirma que o comparável se aplica ao projeto, pela data-base e pela semelhança de objeto, antes de usá-lo como referência
6. Prazo e execução	Gantt, dependências, etapas, responsáveis e evidência	O fiscal registra o aceite de cada marco; as medições de obra e a supervisão de campo são lançadas por quem as realiza
7. Financeiro e contratos	Estimado e realizado, contrato, fornecedor, valor e vigência	O gestor do contrato valida níveis de serviço, garantias, penalidades e reequilíbrios, que são atos de sua competência

Frente	Capacidade	O que o gestor valida
8. Fontes e território	Convênios, emendas, parcerias e organizações locais	A prefeitura decide com quais fontes e parceiros formaliza relação; a plataforma indica os compatíveis
9. Documentos	Relatórios e endereço de evidência	O responsável valida e publica a evidência; a plataforma organiza versão, data e localização

Limite operacional. Autoridades, procuradores, reguladores, controladores, fiscais e responsáveis técnicos conservam as competências definidas em lei. O DIRECITY GOV organiza informação, cálculo, fluxo e evidência. Parecer, responsabilidade técnica, regulação, fiscalização, sanção e aprovação permanecem com os agentes competentes.

5.3.3 Cinco decisões que não podem ser confundidas

Fato observado. O estudo de projetos e parcerias separa cinco decisões: problema público, modelo de entrega, fonte de financiamento, instrumento de contratação e forma de remuneração. A PPP é uma alternativa de concessão, não uma fonte genérica de dinheiro nem um sinônimo de contratação complexa.

Decisão	Pergunta que precisa ser respondida	Erro evitado
Problema e resultado público	Qual necessidade mensurável deve mudar, para quem e em qual território?	Começar por tecnologia, obra ou fornecedor
Modelo de entrega	Execução direta, contrato comum, concessão, PPP, parceria social ou inovação produz mais valor?	Escolher a modalidade antes de comparar alternativas
Financiamento	Tesouro, transferência, dívida, tarifa, aporte privado ou combinação suporta o ciclo?	Confundir origem do capital com natureza do contrato
Contratação	Qual regime jurídico distribui obrigações, prazos e riscos de forma adequada?	Usar um instrumento incompatível com objeto e escala
Remuneração e governança	Quem paga, por qual desempenho, com quais dados, garantias e controles?	Pagar por insumo sem verificar serviço e benefício

Inferência analítica. Separar essas decisões reduz o risco de enquadramento prematuro e permite que o município compare custo total, prazo, qualidade, capacidade fiscal, risco e benefício público antes de escolher a forma jurídica.

Recomendação. Exigir uma decisão documentada para cada camada e conservar as alternativas recusadas, as premissas, os responsáveis e a evidência que sustentou a escolha. A proposta do DIRECITY GOV prevê esse registro.

5.3.4 Onde os projetos perdem valor e prontidão

Fato observado. As falhas descritas no estudo começam antes da licitação e continuam durante décadas de execução. Projeto sem linha de base, dono, engenharia, licença, capacidade de pagamento, teste de mercado e memória da matriz de riscos chega ao edital com incertezas que o mercado converte em preço, condição, garantia ou ausência de proposta.

Fase	Falha estrutural	Efeito provável	Controle exigido
Originação	Necessidade não convertida em problema mensurável	Objeto desconectado do benefício público	Linha de base, beneficiário, território e indicador
Carteira	Projeto nasce apenas quando surge recurso ou proponente	Prioridade oportunista e perda de prazo	Carteira permanente ligada ao PPA e aos planos setoriais
Preparação	Engenharia, demanda, receita, licenças ou terreno incompletos	Preço de risco, atraso e reprogramação	Estudos integrados, validade e responsável
Modelagem	Modalidade escolhida antes de PSC, VfM e análise de mercado	Custo de transação e baixa competição	Comparação de alternativas e justificativa formal
Contratação	Dados insuficientes ou matriz de riscos desequilibrada	Poucas propostas, litígio e pedido de reequilíbrio	Sala de dados, consulta, risco quantificado e minutas coerentes
Execução	Cronograma, pagamento, risco e	Despesa sem visão do	Medição, evidência, alerta e decisão

Fase	Falha estrutural	Efeito provável	Controle exigido
	indicador desconectados	benefício entregue	no mesmo fluxo
Operação	Fiscalização sem equipe, dados ou independência	Desempenho não verificado e dependência do operador	Dados acessíveis, verificador, sanção e plano de correção
Reequilíbrio	Ausência de linha de base e memória da alocação original	Renegociação opaca e custo fiscal	Nexo causal, memória de cálculo e novo teste de VfM
Encerramento	Bens, dados e continuidade tratados no fim	Perda de serviço, valor residual e conhecimento	Inventário, reversão, portabilidade e transição

5.3.5 O que converte prontidão em financiabilidade

Fato observado. Investidores e financiadores avaliam previsibilidade de fluxo, qualidade da demanda, capacidade de pagamento, licenças, garantias, alocação de riscos, estabilidade regulatória, executabilidade contratual, dados e saída. O investimento privado não elimina o custo público: contraprestações, garantias, fiscalização, contingências e recomposições permanecem relevantes ao longo do contrato.

Inferência analítica. Prontidão não garante aporte. Ela reduz assimetria de informação, torna projetos comparáveis e permite que preço, risco e benefício sejam examinados com menor incerteza. Uma carteira madura pode ampliar o universo de interessados e a qualidade da competição, dependendo do setor, da escala e das condições de mercado.

Recomendação. Manter a carteira como memória decisória. Cada gate registra premissas, fonte, data, validade, responsável, análise de sensibilidade, ROI, TIR, VPL, ponto de equilíbrio, risco fiscal, benefício público e decisão. A proposta do DIRECITY GOV prevê mostrar prontidão e pendências; as autoridades e os responsáveis técnicos aprovam os atos que a lei lhes reserva.

5.4 Comparação de cenários

> **Como comparar os três cenários**
>
> As linhas descrevem o que passa a ser verificável em cada cenário e a evidência que cada um produz. Custo, prazo, dedicação de pessoal e quantidade de ações são dimensionados pela estrutura da seção 5.4.1, com parâmetros do próprio município.
>
> Melhora de nota, certificação, economia e captação dependem de execução local e de decisão de terceiro. Elas permanecem como objetivos a medir por projeto e não entram na comparação como ganho projetado.

Critério	Cenário inercial	Cenário pragmático	Cenário transformacional
Escopo	Manter PDTIC como entrega documental pontual	PDTIC com cadeia documental verificável e controle de vigência	PEDTC de escopo municipal com carteira de projetos e execução acompanhada
Pontuação alcançada pelo instrumento	675 de 3.436 pontos mandatórios, 19,6%, no i-Gov TI; equivalem a 675 de 7.030 pontos totais, 9,6%	675 mais evidência reaproveitável nas demais dimensões	Até 3.436 pontos mandatórios e 2.517,5 habilitadores endereçáveis por desenho
O que passa a ser verificável	Situação inicial: 529 de 644 fora do recorte documental elegível	Endereço estável, versão, vigência, hash e ato de aprovação	O anterior mais indicador com linha de base, risco tratado e evidência por ação
Dado da política pública	Saúde 42,0% e ensino 43,7% de integração	Inventário de bases e proprietários, sem alterar integração por si só	Arquitetura de dados e cláusula contratual de entrega para serviço delegado
Capacidade de pessoas	237 de 391 pequenos com zero ou uma pessoa	Ponto focal por secretaria e matriz de papéis	O anterior mais trilha de governança por função e apoio especializado

Critério	Cenário inercial	Cenário pragmático	Cenário transformacional
Complexidade de gestão	Baixa	Moderada	Alta, exige governança formal e patrocínio
Risco principal	Apontamento por ausência de prova e de continuidade	Plano verificável que não se converte em execução	Escopo largo sem priorização vira carteira inexequível

Inferência analítica. O cenário inercial não é neutro. Ele mantém, se nada mudar, o desafio observado em 529 de 644 municípios fora do recorte documental elegível e mantém a exposição a apontamento por ausência de política de segurança, de plano de continuidade e de encarregado de dados, que hoje atinge 55,1%, 53,3% dos respondentes condicionados e 65,5% respectivamente.

Recomendação. Iniciar pelo cenário pragmático, porque ele produz prova em prazo curto e cria a base de evidência que o cenário transformacional consome. Migrar para o transformacional apenas com patrocínio formal e carteira priorizada.

5.4.1 Estrutura de orçamento e dimensionamento a preencher

Método declarado antes da tabela. Custo, prazo, dedicação de pessoal e quantidade de ações variam com porte, equipe instalada, escopo escolhido e regras locais de contratação. Este estudo não dispõe de base de despesa municipal nem de implantação medida que autorize publicar valores. A tabela entrega a estrutura que o município preenche com os seus próprios parâmetros, e é ela que torna os três cenários comparáveis em termos operacionais.

Campo a dimensionar	Unidade	Onde obter o parâmetro	Cenário em que o campo pesa mais
Ações priorizadas no primeiro ciclo	Quantidade	Oficina de priorização da seção 1.6	Transformacional, por ampliação de escopo
Dedicação do patrocinador e dos pontos focais	Horas por semana e por papel	Matriz de papéis da seção 6.2 e escala de trabalho local	Pragmático, que cria rotina nova sem estrutura nova
Dedicação da equipe de apoio técnico	Horas por semana ou posto de trabalho	Quadro existente e contrato de apoio, quando houver	Transformacional
Assessoria externa, quando contratada	Reais por período de vigência	Pesquisa de preços do município, com objeto e vigência declarados	Pragmático e transformacional
Assinatura da plataforma, quando contratada	Reais por período de vigência	Proposta comercial específica, com escopo e vigência declarados	Pragmático e transformacional
Integração e migração de dados	Reais e horas	Inventário de sistemas da seção 4.2 e contratos vigentes	Transformacional
Capacitação por função	Horas por servidor e custo do programa	Plano de capacidades da seção 5.1	Pragmático
Prazo até a primeira entrega verificável	Meses	Roteiro da seção 6.1, ajustado à capacidade local	Inercial, em que o prazo não se encerra
Custeio recorrente após o primeiro ciclo	Reais por exercício	LOA e projeção plurianual das finanças	Transformacional

Limite desta tabela. Nenhuma célula traz valor produzido por este estudo. Preencher a estrutura com parâmetros locais é condição para comparar os três cenários e para submeter o custo à dotação orçamentária correspondente.

6. Roteiro de implementação, governança e riscos

6.1 Quatro ondas de implantação

Onda	Decisões e trabalho	Entregável verificável
Onda 1	Nomear patrocinador e pontos focais; consolidar instrumentos, projetos, prazos, saldos e pendências; criar matriz de regularidade; separar valor anunciado, aprovado, transferido e executado	Inventário único, riscos críticos, responsáveis e repositório
Onda 2	Inventariar necessidades; priorizar; classificar maturidade; selecionar carteira inicial; fechar lacunas de base, escopo, orçamento, licença e contrapartida	Carteira priorizada, RACI e mapa de fontes compatíveis
Onda 3	Avançar as prioridades de maior maturidade em direção a M4 ou M5, conforme licenças, estudos e orçamento permitam; revisar dossiês com áreas competentes; submeter às janelas adequadas; implantar evidência por marco	Projetos elegíveis ou contratáveis e painel físico financeiro
Onda 4	Integrar carteira a PPA, LDO, LOA e contratações; avaliar projetos; formalizar transição; calibrar pesos com falhas observadas	Processo institucional, carteira contínua e avaliação de benefícios

6.2 Governança e matriz de decisão

Papel	Responsabilidade no ciclo	Decisão ou evidência
Patrocinador	Define prioridade e remove impedimentos	Decisão de carteira
Secretaria finalística	Define problema, resultado e operação futura	Linha de base e aceite funcional
Planejamento ou escritório de projetos	Coordena carteira, método, maturidade e cronograma	Gate e consolidação
Finanças e orçamento	Valida espaço fiscal, contrapartida, fluxo e custeio	Parecer fiscal e reserva
Engenharia ou área técnica	Elabora ou valida estudos e projetos	Responsabilidade técnica
Compras e licitações	Testa mercado, estratégia e seleção	Contratabilidade
Jurídico	Valida instrumento, competência e risco jurídico	Parecer e condicionantes
Controle interno	Revisa controles, rastreabilidade e contas	Teste de conformidade
Fiscal ou gestor do contrato	Registra execução, medição, aceite e risco	Evidência por marco
Tecnologia e dados	Mantém integração, segurança, acesso e repositório	Integridade e disponibilidade

Inferência analítica. A responsabilidade legal do agente público é indelegável. A assessoria externa executa trabalho técnico e sustenta a evidência, mas **não substitui o servidor na responsabilidade**, e nenhum documento de trabalho deve sugerir o contrário.

6.3 Matriz de riscos e sinais de alerta

Risco	P	I	Sinal de alerta	Controle	Responsável típico
Oportunidade incompatível	M	A	Objeto nasce após anúncio	Carteira e teste de aderência	Planejamento
Perda de prazo	A	A	Documento sem dono ou validade	Alerta e dossiê prévio	Escritório de projetos
Regularidade vencida	M	A	Certidão próxima do vencimento	Painel contínuo	Finanças
Projeto técnico insuficiente	A	C	Muitas diligências	Gate e revisão independente	Área técnica
Contrapartida subestimada	M	C	Reserva ausente	Teste fiscal e estresse	Finanças
Fonte inadequada	M	A	Item não financiável	Matriz projeto e fonte	Planejamento
Licitação fracassada	M	A	Orçamento antigo	Mercado e orçamento atual	Compras
Execução divergente	M	C	Medição sem prova	Fiscalização e trilha digital	Fiscal do contrato
Mudança de governo ou equipe	A	A	Conhecimento concentrado	RACI e transição formal	Patrocinador
Prestação de contas incompleta	M	C	Prova reunida no fim	Evidência por marco	Controle interno
Ativo sem operação	M	C	OPEX ou equipe ausentes	Plano de operação e ciclo de vida	Área finalística
Demanda ou receita superestimada	M	C	Premissa sem série ou estresse	Cenários, sensibilidade e auditoria	Finanças e área setorial
Exposição fiscal e passivo contingente	M	C	Contraprestação sem projeção plurianual	RCL, garantia, contingência e cenário	Finanças
Risco transferido sem capacidade privada de controle	M	A	Preço alto ou ausência de proposta	Alocar pelo menor custo de gestão	Estruturação
Competição insuficiente	M	A	Um interessado ou garantia excessiva	Consulta, dados e revisão do edital	Compras e poder concedente
Reequilíbrio sem linha de base	M	C	Memória de cálculo incompleta	Matriz original, nexo e teste de eficiência	Gestor e jurídico
Dependência de dados do operador	M	C	Formato fechado ou acesso tardio	Propriedade, API, portabilidade e custódia	Regulação e tecnologia

P é probabilidade e I é impacto, classificados por letras: M, médio; A, alto; C, crítico. A probabilidade usa M e A; o impacto usa A e C.

6.4 Governança decisória para concessões e PPPs

Decisão	Responsável pela aprovação	Prova antes da decisão
Incluir projeto na carteira	Patrocinador e comitê de carteira	Problema, prioridade e capacidade institucional
Autorizar estruturação	Autoridade competente	Alternativas, custo de preparação e análise preliminar
Aprovar viabilidade	Governança definida em lei local	Engenharia, fiscal, jurídico, ambiental, VfM e riscos
Abrir consulta e mercado	Poder concedente	Dados, premissas, conflito de interesses e transparência
Publicar edital	Autoridade competente	Coerência entre estudos, edital, contrato, orçamento e fiscalização
Adjudicar e contratar	Autoridade competente	Competição, habilitação, proposta e condições precedentes
Autorizar início	Gestor do contrato	SPE quando aplicável, garantias, financiamento e mobilização
Pagar por desempenho	Gestor e fiscal	Indicador independente, medição, aceite e desconto
Reequilibrar	Autoridade definida no contrato	Nexo causal, matriz original, memória de cálculo e VfM
Encerrar ou relicitar	Poder concedente	Bens, dados, passivos, continuidade e avaliação final

7. Painel de mensuração de valor

7.1 Indicadores de esforço e de resultado

Como ler os indicadores

Cada indicador mede o que a implantação produz e o que o serviço público apresenta depois, com a mesma população e o mesmo método de cálculo da linha de base. É assim que o município confere o benefício por conta própria, sem depender da palavra do fornecedor.

Nota, certificação, economia, captação e atração de investimento dependem também de execução local e de decisão de terceiro, e por isso aparecem como objetivos a medir por projeto, e não como resultado atribuído a este conjunto de indicadores.

Indicadores de esforço, preditivos

Indicador	Numerador	Denominador
Cobertura diagnóstica	Evidências municipais validadas	Evidências requeridas no escopo
Aproveitamento multiobrigação	Ações que atendem duas ou mais necessidades mapeadas	Ações priorizadas
Capacidade instalada	Funções com responsável treinado e competência verificada	Funções críticas definidas
Prontidão de projetos	Projetos com problema, dado de base, alternativa, custo, risco, governança, contratação, ROI, TIR, VPL e ponto de equilíbrio documentados	Projetos priorizados

Indicadores de resultado, consequentes

Indicador	Numerador	Denominador
Execução comprovada	Ações concluídas com evidência aceita	Ações previstas no período
Integração operacional	Interfaces implantadas e testadas	Integrações priorizadas
Tratamento de risco	Riscos prioritários com plano executado e risco residual revisto	Riscos prioritários
Resultado do serviço	Indicador setorial após a ação	Mesmo indicador na linha de base

Indicadores do processo de adoção, declarados como tais. Diagnósticos aceitos sobre municípios qualificados; pilotos iniciados sobre diagnósticos aceitos; implantações iniciadas sobre pilotos concluídos. **Estes medem a adoção do método e não o resultado da política pública.**

7.1.1 Funil de investimento público

Etapa	Indicador	Numerador	Denominador
Preparação	Necessidades com linha de base válida	Necessidades com diagnóstico e indicador	Necessidades registradas
Preparação	Projetos em M3, M4 ou M5	Projetos nesses três níveis	Projetos ativos na carteira
Captação	Conversão de oportunidade em proposta	Propostas submetidas	Oportunidades aderentes
Captação	Conversão de proposta em instrumento	Instrumentos celebrados	Propostas submetidas
Execução	Marcos aceitos no prazo	Marcos aceitos dentro do prazo	Marcos previstos no período
Execução	Valor executado com evidência	Despesa com evidência aceita	Valor desembolsado
Encerramento	Prestação de contas regular	Projetos com contas regulares	Projetos encerrados
Benefício	Resultado realizado	Valor do indicador realizado	Valor projetado para o mesmo período

Regra de leitura. Valor anunciado, aprovado, contratado, transferido, executado e convertido em benefício são medidas distintas. O painel preserva cada etapa e impede que ingresso financeiro seja apresentado como resultado final.

7.1.2 Financiabilidade, competição e mobilização de capital

Indicador	Numerador	Denominador	Leitura
Projetos financiáveis	Projetos aprovados no gate de viabilidade	Projetos avaliados para parceria	Qualidade da carteira
Interesse de mercado	Participantes com contribuição válida	Participantes convidados ou inscritos	Profundidade da consulta
Competição	Propostas habilitadas	Propostas recebidas	Teste de mercado
Fechamento financeiro	Projetos com dívida e equity contratados	Projetos de parceria contratados	Conversão do contrato em financiamento
Capital privado comprometido	Valor privado contratado	CAPEX total dos projetos contratados	Participação privada no investimento
Capital privado executado	Aporte privado realizado	Aporte privado contratado para o período	Conversão financeira real
Custo de capital	WACC ou custo de dívida contratado	Premissa aprovada na modelagem	Diferença entre mercado e estudo

Indicador	Numerador	Denominador	Leitura
Value for Money	Custo ajustado ao risco da parceria	Custo ajustado ao risco do PSC	Comparação do modelo de entrega
Pressão fiscal	Contraprestações e contingências do período	RCL do mesmo período	Sustentabilidade municipal
Benefício entregue	Resultado realizado	Resultado projetado para o mesmo período	Efetividade depois do aporte

Regra de comunicação. O estudo atual não calcula percentual de investimento privado atraído pelo DIRECITY GOV. A implantação deve medir consulta, propostas, custo de capital, fechamento financeiro, aporte executado, VfM e benefício realizado. Somente uma série longitudinal com grupo comparável permitirá atribuir efeito à plataforma.

7.2 Cronograma de realização de benefícios

O cronograma abaixo descreve **quando cada benefício se torna verificável**, não quando um valor financeiro é capturado. A captura financeira não é projetada porque não existe implantação longitudinal medida.

Trimestre	Benefício que se torna verificável	Como se verifica
T1	Linha de base fechada e cadeia documental do instrumento existente	Endereço estável, versão, vigência, hash e ato de aprovação resolvem para terceiro
T2	Necessidades inventariadas e carteira priorizada	Cada item da carteira rastreia até uma necessidade com origem
T3	Primeiras ações executadas com evidência aceita	Execução comprovada maior que zero, com responsável e data
T4	Reuso normativo medido	Aproveitamento multiobrigação calculado sobre a carteira do período
T5 e T6	Risco tratado e continuidade testada	Registro de teste real, não apenas plano formal
T7 e T8	Resultado do serviço comparável à linha de base	Indicador setorial com mesma população e mesmo método

Travas de correção de rota

Se ao fim do T3 a execução comprovada for zero, a causa é priorização acima da capacidade e a carteira é reduzida.

Se ao fim do T4 o aproveitamento multiobrigação ficar abaixo do observado no cadastro para o mesmo conjunto de quesitos, o desenho das ações não está reaproveitando evidência e volta para revisão.

Se em qualquer trimestre uma evidência publicada deixar de resolver, a cadeia documental falhou e é reaberta antes de qualquer nova ação.

7.3 Escala para outros estados

Fato observado. O Índice de Efetividade da Gestão Municipal, IEGM, indicador padrão da Rede Nacional de Indicadores Públicos, Rede Indicon, foi idealizado em 2015 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e disponibilizado aos Tribunais de Contas pelo Instituto Rui Barbosa, IRB. Consulta em 15 de setembro de 2026.

Limite da comparação nacional. A disseminação do IEGM a outros tribunais pelo Instituto Rui Barbosa está documentada. Este relatório não calcula cobertura nacional nem compara notas de populações estaduais heterogêneas.

Recomendação. Protocolo de implantação por estado: importar a base local, validar o dicionário de perguntas, recalcular denominadores, adaptar as relações normativas, estratificar por porte e produzir linha de base própria.
Percentuais paulistas não são transportados para outro estado. O piloto deve incluir municípios de portes distintos, linha de base congelada, grupo de comparação quando viável e período de acompanhamento definido.

Fato observado, mudança de edição. O Comunicado AUDESP 58/2025 abriu o questionário relativo ao exercício 2025. O estudo comparativo local das instruções de preenchimento contou 893 linhas nessa edição, frente a 894 no exercício 2024, pela retirada do item F22 de fim de mandato. Esses números descrevem versões do instrumento, não nova medição dos municípios. Fonte: tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/preenchimento-questionarios-ieg-m-2026-dados-exercicio-2025.
Recomendação. Parametrizar o questionário por exercício e recalcular as classificações normativas a cada edição. Os resultados observados no exercício 2024 não são atribuídos ao exercício 2025.

7.4 Quatro portas de entrada por estágio de maturidade

Fato observado. As lacunas aparecem em estágios diferentes de maturidade municipal, e um único discurso não atende a todos.

Porta	Perfil do município	Entregável	Indicador de aceite
1. Diagnóstico orientado por evidência	Não sabe por onde começar	Matriz de linha de base e mapa de lacunas por dimensão	Cobertura diagnóstica
2. Assessoria de estruturação e PEDTC	Conhece a dor, não tem equipe para coordenar	Inventário de necessidades, PEDTC, matriz de papéis, plano de capacidades	Prontidão de projetos
3. Inteligência de projeto, contratação e execução	Reconhece o problema e pode financiar a ação	Carteira priorizada, plano de contratação, mapa de riscos, painel de execução	Execução comprovada
4. Dossiê de prontidão e busca de fontes compatíveis	Precisa confrontar projeto com programas, editais, crédito ou parceria	Dossiê por projeto e confronto com elegibilidade publicada	Projetos com dossiê completo

O que a entrega faz, o que depende do município e o que fica com terceiros

A entrega organiza o município para ser elegível e mantém o projeto pronto quando a janela abre, com dossiê, prazos, pendências, responsáveis e evidência reunidos em um só lugar.

Depende do município a decisão de prioridade, a contrapartida, a execução do projeto e a apuração dos indicadores. Depende de terceiros a aprovação do concedente, do banco ou do investidor. Por isso captação, aprovação, economia e investimento atraído são objetivos medidos por projeto, e não compromissos assumidos nesta oferta.

7.5 Viabilidade econômica obrigatória, e a separação entre projeção e garantia

Tese. O estudo é transversal e não mede retorno realizado do DIRECITY GOV. Isso não dispensa o cálculo econômico, faz o contrário: torna obrigatório que cada projeto traga o seu, antes da decisão, com premissas revisadas pelo município. A perenidade das ações depende disso. Um plano sem viabilidade econômica vira carteira de intenções, e é assim que o município chega ao fim do mandato com o documento aprovado e nada executado.

7.5.1 A regra de liberação do produto

Fato observado, definição funcional informada pelo responsável pelo produto. Nenhum projeto desenhado pelo DIRECITY GOV é liberado sem apresentar, antes da decisão municipal, os doze itens abaixo.

Item obrigatório	O que ele responde
ROI projetado	Quanto do custo total retorna como benefício líquido acumulado, com período e itens declarados
TIR projetada	Qual taxa zera o valor presente líquido do fluxo incremental
VPL financeiro projetado	Quanto vale hoje o efeito do projeto no caixa do município
VPL socioeconômico projetado	Quanto vale hoje o efeito sobre a sociedade, quando houver benefício social monetizável
Ponto de equilíbrio econômico financeiro	Qual benefício anual mínimo torna o projeto defensável
Prazo de retorno descontado	Em que data o fluxo acumulado descontado deixa de ser negativo
Índice benefício e custo	Valor presente dos benefícios sobre valor presente dos custos
Cenários conservador, central e favorável	Qual é a faixa, e não apenas o ponto
Contratações e resultados comparáveis	Em que evidência externa a premissa se apoia, com fonte e limite de transferência
Premissas revisadas pelo usuário	Custo, demanda, capacidade, tarifa, orçamento e risco conferidos contra a realidade do município
Responsável, data e versão das premissas	Quem assumiu a premissa e quando
Plano de confronto entre projetado e realizado	Como o número será cobrado depois, e por quem

Inferência analítica. Essa lista muda a natureza do cálculo econômico. Ele deixa de ser justificativa escrita depois da decisão e passa a ser **critério de prontidão antes dela**. É também o que separa o instrumento proposto de um plano documental: o plano documental aprova ações, o instrumento com esta regra **recusa a liberação de ação que não se sustente**.

> **A fronteira, e ela vem no mesmo bloco**
>
> Isto é **regra de liberação e prontidão do projeto, não é garantia de retorno.** Projeção construída com premissas continua sendo projeção depois de aprovada.
>
> A garantia que o produto oferece é metodológica: nenhum projeto sai sem o cálculo, as premissas revisadas e o plano de verificação posterior. A garantia que ele não oferece, e que nenhum fornecedor honesto oferece, é a de que o número projetado vai acontecer.

Regra de honestidade da TIR, obrigatória. Quando o fluxo de caixa muda de sinal mais de uma vez, a taxa interna de retorno pode não ser única. Nesse caso o campo registra literalmente **não definível como taxa única**, a série de fluxos que produziu o resultado, a causa matemática e uma medida complementar, como valor presente líquido a taxa declarada ou índice benefício e custo. **Nenhuma taxa é fabricada para preencher o campo.**

7.5.2 Nove distinções que precisam permanecer explícitas

1. **O cálculo é por projeto**, e só depois consolidado em carteira.
2. **Índice benefício e custo não é ROI e não é TIR.** São três medidas diferentes, e a troca entre elas é o erro mais comum nesse tipo de material.
3. **Benefício fiscal direto e benefício socioeconômico indireto são demonstrativos separados**, porque quem recebe um não é necessariamente quem recebe o outro.
4. **Tempo de servidor liberado não é economia de caixa.** Ele vira economia quando reduz despesa contratada, hora extra, temporário, reposição ou quadro necessário. Sem essa conversão, é aumento de capacidade, e deve ser registrado com esse nome.
5. **Recurso captado, empréstimo ou transferência não é benefício social integral.** Empréstimo se paga, e transferência move dinheiro entre entes sem criar valor social por si.
6. **O benefício do ativo implantado pertence ao projeto setorial**, não à plataforma. A luminária economiza energia, e quem a instalou foi o projeto de iluminação.
7. **À plataforma cabe apenas a parcela incremental demonstrável**, aquela causada pela seleção, preparação, contratação, execução ou acompanhamento que ela melhorou.
8. **Comparável externo é referência e sensibilidade**, nunca transferência automática para o município.
9. **Taxa social de desconto e custo financeiro municipal são parâmetros distintos**, e usar um no lugar do outro muda o resultado sem mudar o projeto.

7.5.3 Comparáveis externos, com fonte, denominador e limite

Método declarado antes dos números. Cada linha abaixo mede um projeto específico, em um território específico, num período específico. Nenhuma delas é previsão para município paulista, e nenhuma delas é retorno do DIRECITY GOV. Elas servem para dois usos legítimos: descrever o mecanismo econômico e alimentar análise de sensibilidade.

Fato observado, o caso municipal brasileiro mais próximo, lido em documento primário. O Banco Interamericano de Desenvolvimento avaliou **15 serviços digitais da cidade de São Paulo, cerca de 22% do volume de solicitações digitais da prefeitura**. O custo unitário caiu **73,9% para a sociedade** e **39,9% para a administração municipal**. Sobre investimento de **R$ 19.745.730,23**, em valores de março de 2022, o estudo estimou economia administrativa de **R$ 534.501.340,95 no primeiro ano**, **R$ 2.751.489.625,58 em cinco anos** e **R$ 5.522.724.981,39 em dez anos**, sem desconto. As razões entre benefício e investimento registradas no documento são **27,07, 139,35 e 279,69**, e o resumo executivo arredonda a primeira para R$ 27,10 por R$ 1,00.

> **O dado que mais importa nesse caso não é o retorno alto**
>
> **Cinco dos quinze serviços, 33,3%, não apresentaram retorno financeiro satisfatório para o governo ou tiveram prazo de retorno impraticável**, e o documento os nomeia: castração gratuita de cães e gatos, carteirinha de centros esportivos, devolução de quota parte do IPVA de veículo híbrido, elétrico ou a hidrogênio, cadastro de administradora de imóveis no IPTU, e primeira licença especial de transporte de produtos perigosos.
>
> Um portfólio realista contém os dois tipos, e a decisão precisa saber qual é qual **antes** de contratar, não depois.

Registro obrigatório sobre a natureza da medida. A razão de 27,07 é **razão entre benefício administrativo bruto e investimento**. Ela não é taxa interna de retorno, não é ROI líquido e não é margem. Usá-la como se fosse qualquer uma dessas três é erro técnico que o controle externo identifica.

Comparável	Resultado publicado	O que sustenta	O que não sustenta
BID, serviços digitais, São Paulo	73,9% e 39,9% de queda no custo unitário, razão 27,07 no ano 1, em 15 serviços	Que serviço digital de alto volume pode gerar economia administrativa relevante	Previsão para outro município, retorno da plataforma, leitura como TIR
BID, transações públicas na América Latina	74% menos tempo na transação digital, presencial podendo custar até 40 vezes o digital	O mecanismo de custo por canal	Qualquer número paulista

Comparável	Resultado publicado	O que sustenta	O que não sustenta
Comissão Europeia, contratação eletrônica	Compradores relatam economia de 5% a 20%, sem denominador declarado	Faixa para análise de sensibilidade	Previsão de economia sobre o valor comprado
Banco Mundial, iluminação pública	40% a 70% com LED e até 80% com controle inteligente	Retorno potencial de um projeto de iluminação	Retorno do plano ou da plataforma
BID e Banco Mundial, perdas de água	15% de redução em piloto de Joinville, 50% de vazamentos em Olinda	Que dado, setorização e contrato por desempenho produzem efeito material	Previsão de perda evitada em outro município
NIST, NISTIR 8286B	Comparação entre custo da resposta e exposição provável à perda	Que o benefício de segurança é perda esperada evitada	Qualquer ROI universal de cibersegurança
Banco Mundial, preparação de projeto	Financiabilidade construída na fase de desenvolvimento	Que informação melhor reduz assimetria e percepção de risco	Percentual universal de aumento de investimento
Fundo Monetário Internacional e McKinsey Global Institute, eficiência do investimento público	Ineficiência média de cerca de 30% nos processos, 39% no caso brasileiro, e potencial de cerca de 40% menos custo com a mesma entrega, concentrado em seleção e preparação	Faixa de referência para análise de sensibilidade sobre o custo de processo de um projeto municipal	Previsão de economia para o município, retorno da plataforma, ou leitura como taxa interna de retorno

7.5.4 Limiar de equilíbrio, calculado e rotulado como limiar

Fato observado, o parâmetro e a fonte primária. A nota técnica do governo federal sobre taxa social de desconto para infraestrutura, publicada em 22 de maio de 2020, recomenda literalmente: para projetos de investimento em infraestrutura avaliados a partir de 2020, o valor recomendado para a taxa social de desconto é de **8,5% real ao ano**. **Essa taxa é social e não substitui o custo financeiro municipal.**

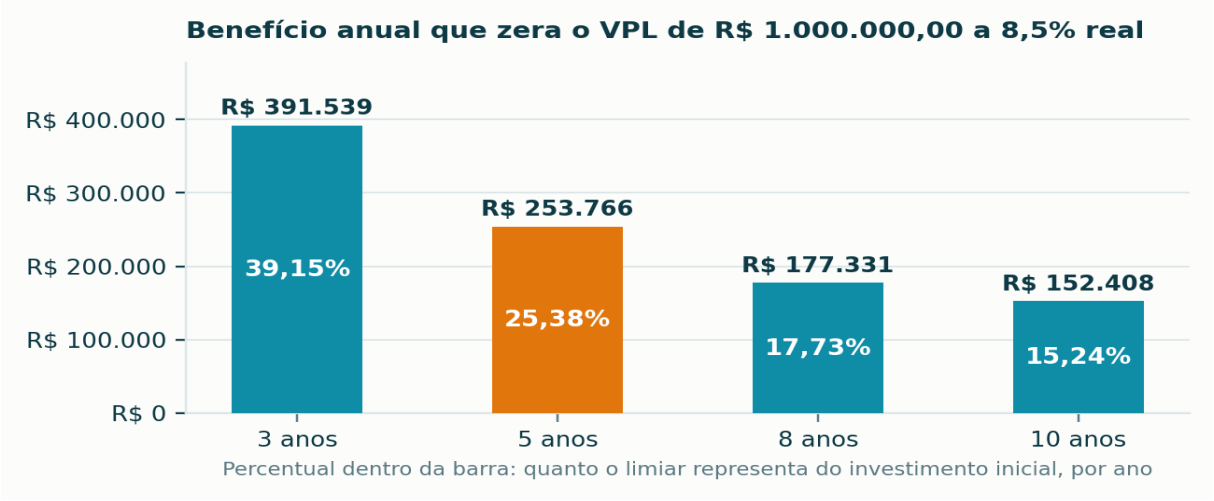

Figura 8. Benefício líquido anual constante que zera o valor presente líquido de um investimento inicial de R$ 1.000.000,00, sem valor residual e sem custo anual adicional, à taxa real de 8,5% ao ano. O horizonte de cinco anos está destacado por ser o citado no corpo do relatório.

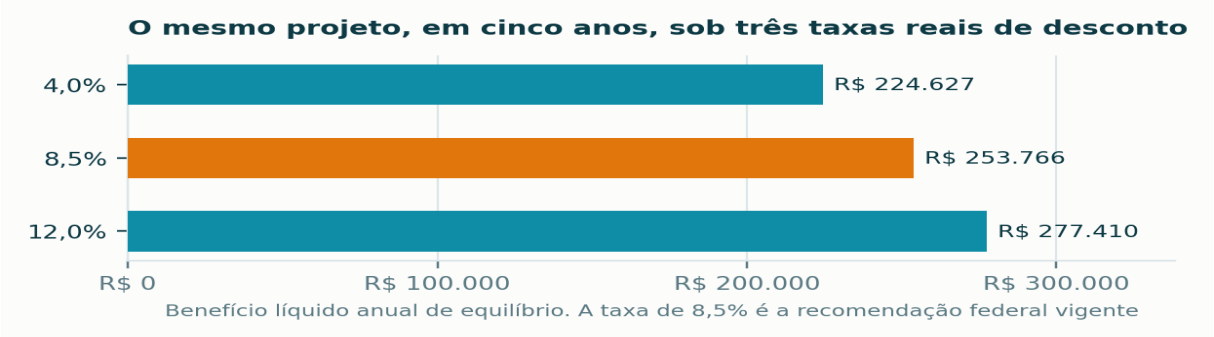

Figura 9. O mesmo projeto de cinco anos sob três taxas reais. A comparação isola o efeito da taxa, e é por isso que a taxa precisa ser declarada em qualquer ficha de viabilidade.

Inferência analítica. No ponto de equilíbrio o valor presente líquido é zero e a taxa interna de retorno é exatamente a taxa de desconto usada.

> **Recomendação, e ela é uma proibição**
>
> Estes valores são **limiares matemáticos, não previsão de retorno e não promessa.** Se o projeto tiver custo operacional anual, ele se soma ao benefício bruto necessário.
>
> **Nenhuma peça de comunicação pode apresentar o limiar como economia esperada.**

7.5.5 O comparável contratual, e o que ele permite dizer

Fato observado. O termo de referência do programa Goiás Inteligente, lido integralmente, fixa o valor de R$ 1.969.700,00, com vigência de 16 meses, cinco etapas e natureza de serviço não continuado. O contrato assinado, eventuais aditivos e relatórios de execução não foram examinados por este estudo.

Inferência analítica, rotulada como ilustração. Se esse valor fosse tratado apenas como investimento no instante inicial, sem custo recorrente, com benefício anual constante por cinco anos e taxa real de 8,5%, seria necessário benefício líquido anual de aproximadamente **R$ 499.842** para zerar o valor presente líquido. **Esta é uma ilustração**

financeira sobre um contrato comparável. Não é preço do DIRECITY GOV, não é estimativa de retorno e não é proposta.

Inferência analítica, sobre os dois mercados. Um contrato estadual de consultoria de quase dois milhões e contratos municipais de dezenas de milhares para entrega documental pontual descrevem mercados diferentes. **Nenhum dos dois é base de preço para operação continuada**, e a diferença entre eles é o espaço que o instrumento proposto ocupa.

7.5.6 Quatro fatores que impedem previsão inflada

Recomendação de método. Multiplique o benefício potencial por quatro fatores, todos entre zero e um, e publique cada fator com a sua justificativa.

Fator	Pergunta que ele responde
Adoção	Que fração do público usa efetivamente a solução
Persistência	Que fração do efeito permanece depois do primeiro ano
Atribuição	Que fração do efeito é causada pelo projeto, e não por mudança que ocorreria de qualquer modo
Conversão em caixa	Que fração do efeito vira redução de despesa ou receita, e não apenas capacidade

> **Controles obrigatórios que acompanham os fatores**
>
> Linha de base de pelo menos doze meses quando houver sazonalidade, e alternativa sem projeto explicitada.
>
> Cenários conservador, central e favorável, com custos de transição, integração, dados, treinamento, suporte, segurança, fiscalização e encerramento incluídos no fluxo.
>
> Proibição de contar empréstimo ou transferência como benefício social, e proibição de atribuir integralmente à plataforma o resultado do ativo implantado.

7.5.7 O que este relatório não afirma, e o desenho que tornaria possível afirmar

Fato observado. O estudo oferece linha de base transversal de 644 municípios e não acompanha municípios contratantes antes e depois da implantação.

Inferência analítica. Comparação apenas antes e depois permanece vulnerável a mudança de gestão, de orçamento e de legislação. Sem grupo de comparação, o efeito medido não é separável do que teria acontecido de qualquer forma.

Recomendação, o desenho mínimo. Selecionar municípios por porte e maturidade, definir projetos e métricas antes da contratação, congelar doze meses de linha de base quando necessário, acompanhar um grupo de comparação semelhante e publicar resultados fiscais, sociais e de execução separadamente. O relatório desse piloto deve informar quantos municípios e projetos entraram, quantos concluíram e **quantos apresentaram retorno negativo**, porque um piloto que só publica o que deu certo não é evidência.

> **Declaração final deste capítulo, e ela vale sobre todo o documento**
>
> O compromisso deste relatório é de método: cada projeto sai da plataforma com cálculo econômico completo, premissas revisadas pelo município, comparáveis identificados com os seus limites e plano de confronto entre o valor projetado e o valor realizado.
>
> A prontidão para captação é capacidade institucional a comprovar antes da decisão. Captação efetiva, certificação, economia e atração de investimento são resultados a medir por projeto, pois dependem da execução local e de decisões de terceiros. O desenho que tornaria possível afirmar efeito está na seção 7.6.

7.6 Desenho do piloto proposto, e o que ele precisa registrar

Situação. O desenho abaixo é a proposta que tornaria possível afirmar efeito, e ele precisa ser pactuado com o município antes da contratação, para que o primeiro contrato já nasça com a medição combinada.

Elemento do piloto	Conteúdo mínimo a pactuar antes do início
Hipótese	O método de carteira com evidência por ação eleva a proporção de ações concluídas com evidência aceita e a proporção de projetos que alcançam os níveis M4 ou M5, comparado à linha de base do próprio município e ao grupo de comparação
Linha de base	Doze meses de série quando houver sazonalidade, congelada e publicada antes do início, com o mesmo método de cálculo que será usado na apuração posterior
Escopo	Municípios de portes distintos, com quantidade e critérios de seleção declarados, número limitado de projetos por município e áreas finalísticas nomeadas
Grupo de comparação	Municípios semelhantes em porte, faixa IEGM e capacidade declarada de pessoal, acompanhados sem a intervenção
Responsáveis	Patrocinador municipal, ponto focal por secretaria, responsável técnico da assessoria e responsável pela apuração dos indicadores, todos nomeados no termo de início
Recursos	Dedicação de pessoal, custo de assessoria, custo de plataforma e custo de apuração, dimensionados pela estrutura da seção 5.4.1 e previstos em dotação orçamentária
Critérios de aceite	Indicadores do capítulo 7 apurados no mesmo método da linha de base, com meta pactuada por indicador e prazo de apuração definido em contrato
Acompanhamento	Apuração trimestral publicada, registro de desvios, travas de correção de rota da seção 7.2 e revisão datada das premissas
Publicação do resultado	Quantos municípios e projetos entraram, quantos concluíram e quantos apresentaram retorno negativo, com benefício fiscal, benefício socioeconômico e execução apresentados separadamente
Limite do desenho	Mesmo concluído, o piloto mede efeito no conjunto e no período acompanhados. Ele não transporta resultado para outro estado, outro porte ou outro setor sem nova linha de base

O que este desenho ainda não é

Nenhuma linha acima descreve piloto contratado, iniciado ou com resultado apurado. O desenho é publicado para que a proposta possa ser avaliada, negociada e cobrada.

Enquanto o piloto não existir, a evidência disponível sobre o DIRECITY GOV é escopo documentado e capacidades descritas na seção 5.3.2.

8. Conclusão: o que os dados permitem afirmar

8.1 A posse de PDTIC associa-se à efetividade, com significância nos portes pequeno e grande

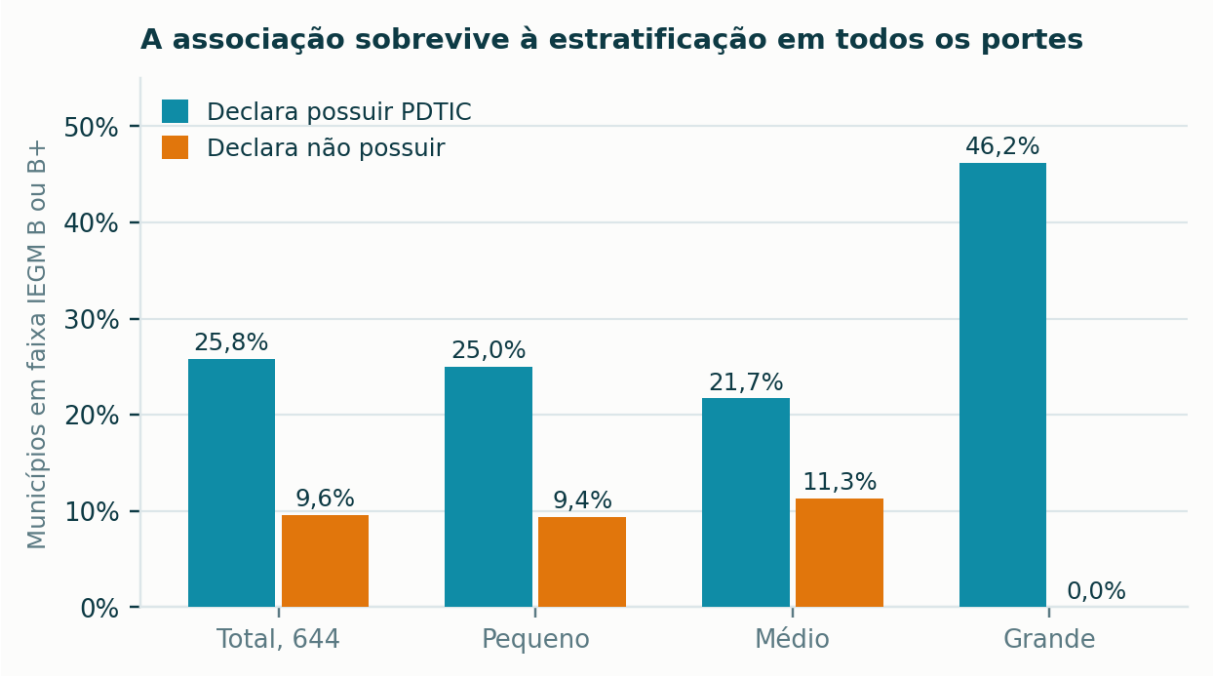

Figura 7. Municípios em faixa IEGM B ou B+, separados pela declaração de posse de PDTIC. Entre os 41 municípios grandes, nenhum dos 15 sem PDTIC alcançou B ou B+.

Porte	Com PDTIC em B ou B+	Sem PDTIC em B ou B+	Diferença	p
Total, 644	61 de 236, 25,8%	39 de 408, 9,6%	16,3 p.p.	< 0,0001
Pequeno	26 de 104, 25,0%	27 de 287, 9,4%	15,6 p.p.	0,0002
Médio	23 de 106, 21,7%	12 de 106, 11,3%	10,4 p.p.	0,063
Grande	12 de 26, 46,2%	**0 de 15, 0,0%**	46,2 p.p.	0,0014

p.p. significa pontos percentuais; p é o resultado do teste estatístico descrito no Anexo A.3.

Fato observado. No porte médio a diferença é positiva, 10,4 p.p., mas sem significância estatística, p = 0,063.

> **O limite mais importante deste relatório**
>
> A associação é positiva nos três portes e significativa nos portes pequeno e grande, e entre os grandes nenhum dos 15 municípios sem PDTIC alcançou faixa B ou B+. **Isso é associação, não causalidade.**
>
> A leitura defensável é que a declaração de PDTIC funciona como marcador de capacidade de gestão: a prefeitura que consegue produzir, publicar, manter vigente e manter localizável um plano plurianual normalmente também sustenta os outros processos que o índice mede. **Nada aqui afirma que escrever um plano eleva a nota.**

8.2 Conclusão e próximo passo

Ficam fora das conclusões deste relatório a comparação de médias entre populações documentais heterogêneas, a contagem de termos no documento inteiro como medida dos planos, a leitura de respostas isoladas em 8.2, 8.3 ou 8.4 como capacidade completa, a busca temática no PNCP como levantamento exaustivo e qualquer alegação de efeito causado pela plataforma sem piloto longitudinal.

Uma tese recusada com evidência aumenta a credibilidade do que permanece. O que permanece está inteiro neste documento, com numerador, denominador, origem e data.

O que os dados permitem afirmar. No exercício 2024, 544 de 644 municípios paulistas ficaram nas faixas C ou C+ do IEGM, e 408 de 644 informaram ao tribunal não possuir PDTIC. Nos 186 planos lidos, falta em sua maioria a

informação que liga objetivo a custo, indicador e acompanhamento. Os pontos que dependem de tecnologia estão em todas as dimensões, com 2.761 de 3.436 pontos mandatórios fora do i-Gov TI, e as frentes de capacidade aparecem juntas na base do tribunal. São associações, não causalidade.

Que capacidade a gestão precisa considerar. A de manter uma direção estratégica que conecte tecnologia, cidade e serviços públicos às prioridades do governo, e convertê-la continuamente em projetos, decisões, entregas e resultados verificáveis. O PDTIC é parte dessa capacidade, não o seu limite.

Por que o plano precisa permanecer vivo. O valor do plano está em orientar decisões e execução ao longo do tempo, com responsáveis, indicadores, riscos, evidências e revisão periódica. Um documento, isoladamente, não garante execução, conformidade, captação, economia nem serviços melhores.

Como avaliar o DIRECITY GOV. Como uma das respostas possíveis: uma plataforma de apoio à jornada, com as capacidades descritas neste relatório e resultados ainda a medir em piloto com linha de base e grupo de comparação.

O desafio, portanto, não termina com a publicação de um plano. Está em mantê-lo conectado às decisões e às entregas do governo. Cada município pode começar verificando onde essa cadeia se interrompe e quais capacidades precisa fortalecer. O DIRECITY GOV é uma proposta para apoiar esse trabalho, cuja adequação deve ser examinada diante das prioridades, alternativas e condições locais.

Anexos: dados base

Todos os números do corpo do relatório são reproduzíveis a partir das tabelas desta seção. O Anexo I registra a fonte oficial, o identificador e a transformação aplicada a cada conjunto de evidências.

Anexo A. Dicionário de medidas e premissas

Termo	Definição operacional neste relatório
Dependência mandatória	Na rubrica estrita, quesito cuja resposta esperada não é produzível sem solução tecnológica. O cenário ampliado do Anexo C inclui sete vínculos funcionais ao SIAFIC cuja necessidade tecnológica não foi demonstrada apenas pelo vínculo normativo.
Dependência habilitadora	Quesito cuja resposta é produzível sem tecnologia, porém com custo, prazo ou risco materialmente maiores
Dependência de governança	Necessidade de decisão, papéis, norma, procedimento, supervisão e evidência para sustentar a prática, independentemente do grau de dependência tecnológica
Identidade documental confirmada	O arquivo obtido é o documento declarado, verificado por conteúdo e não pelo nome do link
Vigência no ano base	O período declarado no documento cobre o exercício 2024
Documento próprio	Documento que não está embutido em diário oficial ou em página de portal
Ilha de integração	Município que possui sistema na área e não o integra à contabilidade
Escopo completo	Área com sistema, integração, base sob gestão direta e controle de acesso, simultaneamente
Aproveitamento multiobrigação	Ação cuja evidência atende duas ou mais obrigações mapeadas
Cobertura normativa	Percentual de quesitos IEGM mapeados com ao menos um vínculo à normativa, denominador 282
Porte	Pequeno até 20 mil habitantes; médio de 20.001 a 200 mil; grande acima de 200 mil, população 2024

A.2 Siglas e termos técnicos

Esta lista reúne siglas e termos técnicos de finanças públicas, parcerias e tecnologia usados ao longo do relatório. Não repete o que já está definido no corpo do texto, apenas remete à seção correspondente quando aplicável.

Sigla ou termo	Significado
VfM	Value for Money, sigla em inglês. Compara o custo total esperado de um projeto pela via tradicional com o custo esperado pela via de parceria com o setor privado, para verificar qual entrega mais valor pelo mesmo investimento
PSC	Public Sector Comparator, em português Comparador do Setor Público. Estimativa do custo total, a valor presente, de um projeto se fosse inteiramente executado, financiado e operado pelo setor público, usada como referência no cálculo do VfM
ROI	Retorno sobre o Investimento, Return on Investment. Razão entre o ganho líquido obtido com um investimento e o valor investido, expressa em percentual
TIR	Taxa Interna de Retorno. Taxa de desconto que zera o valor presente líquido dos fluxos de caixa de um projeto, usada para avaliar sua rentabilidade esperada
VPL	Valor Presente Líquido. Soma dos fluxos de caixa futuros de um projeto trazidos a valor presente por uma taxa de desconto, descontado o investimento

Sigla ou termo	Significado
	inicial
RCL	Receita Corrente Líquida. Receita corrente total do ente federativo, deduzidas as parcelas legalmente excluídas, usada como referência para os limites fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101 de 2000
CAPEX	Capital Expenditure, despesa de capital. Gasto para adquirir, expandir ou substituir um ativo com vida útil superior a um exercício, como obras e equipamentos
OPEX	Operational Expenditure, despesa operacional. Gasto recorrente para manter um ativo ou serviço em funcionamento, como manutenção, pessoal e insumos
PPP	Parceria Público-Privada. Regime de contratação disciplinado pela Lei 11.079 de 2004, nas modalidades concessão patrocinada e concessão administrativa
PMI	Procedimento de Manifestação de Interesse. Instrumento pelo qual a administração pública autoriza a iniciativa privada a apresentar, por conta e risco próprios, estudos técnicos, projetos ou levantamentos que subsidiem a estruturação de uma futura concessão ou PPP, sem compromisso de contratação
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei 13.019 de 2014. Regime jurídico que disciplina as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, por termo de fomento, termo de colaboração ou acordo de cooperação
OSC	Organização da Sociedade Civil. Termo genérico da Lei 13.019 de 2014 para entidades privadas sem fins lucrativos, associações e fundações que podem firmar parceria com o poder público sob o MROSC
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Qualificação jurídica prevista na Lei 9.790 de 1999 para entidades sem fins lucrativos que podem celebrar termo de parceria com o poder público
OS	Organização Social. Qualificação jurídica prevista na Lei 9.637 de 1998 para entidades privadas sem fins lucrativos que celebram contrato de gestão com o poder público em áreas como saúde, educação e cultura
ETEC	Encomenda Tecnológica. Instrumento do marco legal de ciência, tecnologia e inovação, Lei 13.243 de 2016, regulamentado pelo Decreto 9.283 de 2018, pelo qual a administração pública contrata o desenvolvimento de solução tecnológica inovadora ainda não disponível no mercado
CPSI	Contrato Público para Solução Inovadora. Instrumento também do marco legal de ciência, tecnologia e inovação, Lei 13.243 de 2016 e Decreto 9.283 de 2018, pelo qual a administração pública contrata o desenvolvimento e o fornecimento de solução inovadora para um problema definido, com pagamento condicionado ao desempenho
AUDESP	Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos. Sistema mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para o envio eletrônico de dados contábeis, financeiros e de obras pelos jurisdicionados

Sigla ou termo	Significado
i-Gov TI	Índice de Governança da Tecnologia da Informação, uma das sete dimensões do IEGM, ao lado de i-Educ, i-Saúde, i-Fiscal, i-Amb, i-Cidade e i-Planejamento
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal. Definição completa e origem na seção 7.3 deste relatório
SIAFIC	Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle. Definição completa e base legal na seção 2.4 deste relatório
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação. Documento de planejamento que orienta as ações e os investimentos de tecnologia da informação de um órgão ou ente por um período determinado
PEDTC	Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia e Cidade, termo proposto neste estudo. PDTIC é o plano de tecnologia da informação exigido pelo controle externo. PEDTC é o termo proposto neste estudo para a direção estratégica que relaciona tecnologia, cidade, serviços e prioridades do governo, da qual o PDTIC é um componente. PDTCI, Plano Diretor de Tecnologia e Cidade Inteligente de Pindamonhangaba, e PETCI, Plano Estratégico de Tecnologia para Cidades Inteligentes de Osasco, são nomes locais de planos com o escopo que este estudo chama de PEDTC.
PDTCI	Plano Diretor de Tecnologia e Cidade Inteligente de Pindamonhangaba, nome local de plano com o escopo do PEDTC. Ver PEDTC
PETCI	Plano Estratégico de Tecnologia para Cidades Inteligentes de Osasco, nome local de plano com o escopo do PEDTC. Ver PEDTC
MECE	Mutually Exclusive, Collectively Exhaustive. Definição completa no Anexo A.3

A.3 Notas técnicas

Nota conceitual. O que significa MECE. A decomposição MECE, sigla em inglês para Mutually Exclusive, Collectively Exhaustive, é uma técnica estruturada de resolução de problemas que consiste em dividir um tema ou problema complexo em categorias menores, sem sobreposições e sem deixar nada de fora. O termo, criado pela consultoria McKinsey & Company, traduz-se em português como Mutuamente Exclusivos e Coletivamente Exaustivos.
Para que uma decomposição seja considerada MECE, ela precisa atender rigidamente a dois critérios:
- **Mutuamente Exclusivo, ME.** As categorias não podem se sobrepor. Cada elemento ou dado do problema deve pertencer a apenas um grupo. Se houver dúvida sobre onde colocar uma informação, a estrutura falhou.
- **Coletivamente Exaustivo, CE.** A soma de todas as categorias deve cobrir 100% das possibilidades, o total de linhas da tabela da seção 2.3. Nada importante pode ficar de fora do cenário geral.

Códigos do NIST CSF 2.0 citados na seção 2.4.1. GV.PO-01 trata de política, ID.RA-05 de priorização de riscos, PR.AA-05 de autorização e segregação, PR.DS-11 de cópias testadas e RC.RP-03 de integridade das cópias antes da recuperação.

Por que a contagem de termos no documento inteiro não foi usada. A contagem acompanhava o tamanho do arquivo, com correlação de postos rho de mais 0,772 e R quadrado de 0,558, e pontuava documentos que não eram planos.

Teste estatístico das associações. As diferenças entre grupos das seções 4.8 e 8.1 e do Anexo N foram testadas pelo teste exato de Fisher bilateral. O valor p é a probabilidade de observar diferença igual ou maior se não houvesse associação; abaixo de 0,05, a diferença é considerada estatisticamente significativa.

Anexo B. Cascata documental completa

Etapa	Numerador	Denominador	Percentual	Origem
Responderam ‘NÃO POSSUI PDTIC’ no quesito i-Gov TI 2.0	408	644	63,4%	Base bruta
Declaram possuir PDTIC	236	644	36,6%	Base bruta
Camada A, documento integral elegível	48	644	7,5%	Leitura documental inicial
Camada B, documento integral elegível adicional	67	644	10,4%	Reextração, OCR e leitura documental
A mais B, elegíveis em 2024	115	644	17,9%	Classes exclusivas
Camada C, documento posterior	35	644	5,4%	Vigência posterior a 2024
Camada C, vigência não declarada	41	644	6,4%	Documento confirmado
Documentos confirmados nas quatro classes	191	644	29,7%	A mais B mais C
Fora da elegibilidade documental	529	644	82,1%	Complemento de A mais B
Sem documento confirmado nas quatro classes	453	644	70,3%	Complemento de A mais B mais C

Nota sobre os três municípios recuperados

Andradina tem PDTI 2023 a 2027 homologado por decreto e Cruzália tem PDTI 2024 a 2027 homologado por decreto, ambos planos integrais publicados dentro de diário oficial. Eles integram a Camada B de planos integrais elegíveis: a publicação em diário oficial atende à publicidade.

Um terceiro município, de porte médio, permanece como evidência parcial. A página oficial oferece o anexo de monitoramento de janeiro de 2021, sem plano integral nem vigência formal, e o município publicou em março de 2026 contratação para elaborar novo PDTI.

Anexo C. Dependência tecnológica do IEGM

As tabelas C.1 a C.4 apresentam o cenário ampliado por sete vínculos funcionais ao SIAFIC. A rubrica estrita, as sete reclassificações e a sensibilidade das conclusões estão na seção C.0. A classe de dependência é autoral e não mede conformidade municipal ao Decreto 10.540/2020.

C.0 Sete quesitos reclassificados e sensibilidade

A rubrica estrita classifica como mandatório o quesito cuja resposta é impossível sem tecnologia. O cenário ampliado acrescenta sete quesitos com vínculo funcional ao SIAFIC. O vínculo com o SIAFIC e a dependência tecnológica do enunciado são variáveis diferentes, e por isso o cenário ampliado é uma análise de sensibilidade, não classificação do TCE-SP.

Quesito	Classe anterior	Classe publicada	Pontos	Leitura
i-Fiscal 1.5, segregação entre setores	Habilitadora	Mandatória	5,0	A segregação pode ser definida sem sistema; o controle de permissões está no 1.5.1
i-Fiscal 21.0, remuneração individualizada	Não tecnológica	Mandatória	3,0	A divulgação eletrônica é pertinente ao Decreto 10.540/2020, mas

Quesito	Classe anterior	Classe publicada	Pontos	Leitura
				o enunciado isolado não prova necessidade tecnológica universal
i-Fiscal 22.0, diárias e passagens	Não tecnológica	Mandatória	3,0	Mesma leitura do 21.0
i-Gov TI 3.0, política de segurança	Habilitadora	Mandatória	50,0	A execução da política em sistemas digitais exige controles técnicos; o quesito observa a instituição formal da política
i-Gov TI 3.5, política formal de backup	Não tecnológica	Mandatória	30,0	Cópia recuperável da base do SIAFIC depende de sistemas de cópia e restauração; o quesito registra a política formal
i-Planejamento 10.0, compatibilidade das peças	Não tecnológica	Mandatória	17,0	A compatibilidade entre PPA, LDO e LOA pode ser aferida por processo administrativo
i-Planejamento 14.4.5, relatórios de controle interno	Habilitadora	Mandatória	5,0	Relatórios periódicos podem ser elaborados sem sistema

Medida	Cenário original, rubrica estrita	Cenário ampliado, sete vínculos SIAFIC
Quesitos mandatórios	252 de 894, 28,2%	259 de 894, 29,0%
Pontos mandatórios	3.323,0 de 7.030,0, 47,3%	3.436,0 de 7.030,0, 48,9%
Pontos mandatórios fora do i-Gov TI	2.728,0 de 3.323,0, 82,1%	2.761,0 de 3.436,0, 80,4%
Pontos mandatórios no i-Gov TI	595,0 de 3.323,0, 17,9%	675,0 de 3.436,0, 19,6%

Quesito	O que depende de governança	Onde entra tecnologia
i-Fiscal 1.5	Separar atribuições e aprovar responsabilidades entre setores	Configurar permissões e trilhas no sistema, objeto do 1.5.1
i-Fiscal 21.0 e 22.0	Definir responsável, periodicidade, conferência e critérios de publicidade	Publicar e manter os dados em meio eletrônico quando exigido
i-Gov TI 3.0	Instituir política de segurança, papéis e revisão	Implementar controles técnicos de acesso, registro, proteção e monitoramento
i-Gov TI 3.5	Aprovar política de backup, escopo, responsáveis e rotina de testes	Produzir cópias, proteger o armazenamento e testar a restauração
i-Planejamento 10.0	Conciliar PPA, LDO e LOA e responsabilizar quem verifica a compatibilidade	Automatizar conferências e manter dados consistentes no SIAFIC
i-Planejamento 14.4.5	Definir programa, periodicidade, destinatários e providências dos relatórios	Extrair registros e manter trilha de auditoria quando o relatório usa o SIAFIC

A conclusão que resiste aos dois cenários é a distribuição multissetorial dos pontos classificados como tecnologicamente mandatórios. O percentual exato depende da rubrica escolhida.

C.1 Por nível de dependência

Nível	Quesitos	Quesitos pontuados	Pontos	% dos 7.030
Mandatória	259	153	3.436,0	48,9%
Habilitadora	310	97	2.517,5	35,8%
Não tecnológica	325	87	1.076,5	15,3%
Mandatória mais habilitadora	**569**	**250**	**5.953,5**	**84,7%**
Total	**894**	**337**	**7.030,0**	**100,0%**

C.2 Por dimensão

Dimensão	Pontos mandatórios	Base da dimensão	Percentual
i-Fiscal	905,5	1.000	90,6%
i-Planejamento	736,5	1.000	73,7%
i-Gov TI	675,0	1.000	67,5%
i-Saúde	627,0	1.000	62,7%
i-Educ	411,0	1.000	41,1%
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	50,0	1.000	5,0%
i-Amb	31,0	1.030	3,0%

Nota de arredondamento: 905,5 sobre 1.000 e 736,5 sobre 1.000 caem no meio da casa decimal. Este relatório aplica arredondamento decimal para cima na primeira casa, com numeradores e denominadores preservados. No cenário ampliado, i-Gov TI ultrapassa i-Saúde por efeito das sete reclassificações funcionais ligadas ao SIAFIC, i-Fiscal 1.5, 21.0 e 22.0, i-Gov TI 3.0 e 3.5, i-Planejamento 10.0 e 14.4.5. A necessidade tecnológica de cada uma é discutida na justificativa metodológica.

C.3 Por eixo de capacidade

Eixo de capacidade	Pontos	Base	Percentual	Quesitos
Pessoas	7.030,0	7.030	100,0%	894
Software	2.535,0	7.030	36,1%	265
Treinamento	1.187,0	7.030	16,9%	104
Comunicação contínua e publicidade	740,0	7.030	10,5%	157
Infraestrutura de TIC	181,0	7.030	2,6%	14

Um quesito pode ter mais de um eixo, portanto a coluna de pontos não soma 7.030.

C.4 Classificação completa, quesito a quesito

Esta lista reproduz a classificação de dependência tecnológica aplicada a cada um dos 894 quesitos e subquesitos do questionário do IEGM, base do resumo apresentado em C.1, C.2 e C.3. Cada linha traz a dimensão, o número do quesito conforme o questionário oficial, o texto do quesito, a pontuação máxima que ele pode receber, o nível de dependência atribuído por rubrica autoral, mandatória, habilitadora ou não tecnológica, e o eixo ou eixos de capacidade aos quais ele foi associado. A ordem segue a planilha fonte, agrupada por dimensão. A tabela publicada aplica à classificação original as sete alterações descritas na seção C.0; a planilha completa integra o pacote de dados do estudo.

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Planejamento	1.0	A Prefeitura realizou audiências públicas para elaboração das peças orçamentárias?	0,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	1.1	Assinale para quais peças orçamentárias foram realizadas as audiências públicas:	3,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Planejamento	1.2	Assinale o dia e horário de realização das audiências públicas:	4,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Planejamento	1.3	As audiências públicas são transcritas em atas ou outro documento de registro das demandas/sugestões apresentadas pela participação popular?	0,0	Habilitadora	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	1.3.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação das atas de audiências públicas:	3,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	1.4	Assinale os elementos considerados no processo de planejamento e organização das audiências públicas:	5,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	2.0	Houve a realização de consulta pública	6,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade,

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		online para coleta de sugestões para a elaboração do PPA 2022-2025?			Pessoas
i-Planejamento	2.1	Na consulta pública online de elaboração do Plano Plurianual (PPA) foi disponibilizado glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	2,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	3.0	Além das audiências públicas, a Prefeitura realizou diagnóstico anteriormente ao planejamento, através do levantamento formal de seus problemas, necessidades e deficiências?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	3.1	A elaboração do diagnóstico levou em conta algum plano do governo federal e/ou estadual?	14,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	3.1.1	Descreva quais programas do governo federal ou estadual foram utilizados para elaboração do diagnóstico:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	3.2	Os programas do PPA 2022-2025 tiveram diagnóstico prévio?	10,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	4.0	Há o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas	10,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		ações previstas no PPA?			
i-Planejamento	4.1	Os programas finalísticos articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade?	15,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Planejamento	4.1.1	Houve avaliação da implementação dos programas finalísticos em relação a seus indicadores, objetivos e metas?	10,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	4.1.1.1	Houve a elaboração de Relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA?	7,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	4.1.1.1.1	Assinale os aspectos analisados no processo de acompanhamento e avaliação do PPA:	60,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	4.1.1.2	Houve publicação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA?	4,0	Habilitadora	Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	4.1.1.2.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	4.2	Os indicadores	25,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas?			
i-Planejamento	4.3	Assinale os Planos Setoriais que foram incorporados no Plano Plurianual (PPA):	15,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Planejamento	5.0	É realizado estudo/análise para previsão de receitas, no mínimo, anualmente?	6,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	5.1	Assinale os tipos de tributos e repasses/transferências avaliados na análise e estudo da previsão da receita:	4,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	5.1.1	A estimativa de transferências obrigatórias leva em consideração o cálculo de previsão de repasse do ICMS realizado periodicamente pela Fazenda Pública Estadual?	2,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Planejamento	5.2	A metodologia utilizada para projeção da receita varia de acordo com a espécie da receita orçamentária projetada?	6,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	6.0	Assinale os itens que a LDO dispõe:	4,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Planejamento	7.0	Houve alteração orçamentária decorrente de remanejamento, transposição ou transferência	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro por decreto?			
i-Planejamento	7.1	Assinale a classificação funcional da despesa, objeto de alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferências realizadas por decreto:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Planejamento	8.0	O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal?	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	8.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Metas Fiscais:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	8.2	Assinale os demonstrativos contidos no Anexo de Metas Fiscais:	4,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Planejamento	9.0	O Anexo de Riscos Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal?	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	9.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Riscos	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Planejamento	9.2	Fiscais: Assinale as etapas para gerenciamento dos riscos contidas Anexo de Riscos	3,5	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	10.0	Fiscais: Assinale os itens capazes de atestar a compatibilidade entre a LOA, PPA e LDO:	17,0	Mandatória	Pessoas
i-Planejamento	11.0	Na Lei Orçamentária Anual (LOA), há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Planejamento	11.1	Qual o percentual autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para abertura de crédito adicional suplementar?	6,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Planejamento	12.0	Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	12.1	A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento?	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Planejamento	12.1.1	Os servidores da equipe de planejamento possuem qualificação técnica para o exercício das atividades de planejamento, gestão e orçamento?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Planejamento	12.1.2	Os servidores responsáveis	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?			
i-Planejamento	13.0	Há acompanhamento da execução do planejamento?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	13.1	A prefeitura demonstra e avalia, com periodicidade quadrimestral, o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas?	6,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	13.1.1	Foram elaborados os Relatórios Quadrimestrais das metas fiscais para as audiências públicas?	3,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	13.1.1.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação dos Relatórios Quadrimestrais de Metas Fiscais:	2,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	13.2	Houve acompanhamento mensal da execução orçamentária com participação do Prefeito?	4,0	Habilitadora	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	13.3	O acompanhamento e avaliação da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças	20,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		orçamentárias?			
i-Planejamento	14.0	Houve a instituição e regulamentação das operações do Sistema de Controle Interno?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Planejamento	14.1	Informe o instrumento normativo de regulamentação do Sistema de Controle Interno, Número e Data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	14.2	Página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento de regulamentação do sistema de controle interno:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	14.3	Assinale as funções atribuídas ao sistema controle interno:	15,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Planejamento	14.4	A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades do sistema de controle interno?	0,5	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Planejamento	14.4.1	O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	5,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	14.4.2	O quadro funcional do Sistema de Controle Interno recebe treinamento específico para execução das	6,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		atividades inerentes ao cargo?			
i-Planejamento	14.4.3	Na Prefeitura existe formalização da segregação de funções financeiras e de controle?	5,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Planejamento	14.4.4	A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) possui autonomia e independência para o exercício de suas funções?	6,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	14.4.4.1	A estrutura organizacional da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) está associada ou subordinada a qual secretaria/diretoria?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	14.4.4.2	A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) procedeu com alguma comunicação de irregularidade ou ilegalidade em 2024?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	14.4.4.2.1	Informe a quantidade de irregularidades ou ilegalidades comunicadas ao:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	14.4.5	O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) apresentou relatórios periódicos que demonstram efetivo exercício de suas atribuições?	5,0	Mandatória	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Planejamento	14.4.5.1	Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis diante das irregularidades e ilegalidades apontadas?	6,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	14.4.5.1.1	O Controle Interno acompanhou as medidas e os prazos das providências determinadas pelo Prefeito diante dos apontamentos do relatório do Controle Interno?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	14.5	Houve a elaboração de Plano Operativo Anual?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	14.5.1	Assinale as atividades previstas no Plano Operativo Anual:	5,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	15.0	Houve a criação da ouvidoria pública no âmbito do Poder Executivo Municipal?	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	15.1	Informe o instrumento normativo de criação da ouvidoria pública, número e data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	15.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo de criação da Ouvidoria	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		Pública:			
i-Planejamento	15.3	Assinale as características que a ouvidoria dispõe para a execução de suas atribuições:	0,0	Mandatória	Software, Infraestrutura de TIC, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	15.4	A ouvidoria elaborou Relatório de Gestão do exercício de 2024 contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos, e com base nelas, apontou falhas e sugeriu melhorias em sua prestação?	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	15.4.1	Assinale as informações constantes nos relatórios gerenciais elaborados pela ouvidoria:	0,0	Habilitadora	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	15.4.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Relatório de Gestão do exercício de 2024:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	15.5	Assinale as iniciativas de divulgação e mobilização social das ouvidorias:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	16.0	A prefeitura elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e	4,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2ºe 3º, da Lei Federal nº 13.460/2017?			
i-Planejamento	16.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário":	2,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	16.2	A "Carta de Serviço ao Usuário" está atualizada?	2,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	16.3	A prefeitura regulamentou a operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário, conforme o artigo 7º, § 5º, da Lei Federal nº 13.460/2017?	4,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	16.3.1	Informe o instrumento normativo que regulamentou a "Carta de Serviço ao Usuário", Número e Data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	16.3.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo que regulamentou a "Carta de Serviço ao Usuário":	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	17.0	A prefeitura regulamentou e	4,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade,

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos artigos 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017?			Pessoas
i-Planejamento	17.1	Informe o instrumento normativo que regulamentou os Conselhos de Usuários, Número e Data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	17.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da regulamentação do Conselho de Usuários:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Planejamento	18.0	O município elaborou Plano Diretor conforme Lei nº 10.257/01?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	18.1	Informe a data da última atualização do Plano Diretor:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	19.0	Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	19.1	Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário.	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Planejamento	P1	Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações:	250,0	Mandatória	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Planejamento	P2	Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados:	250,0	Mandatória	Treinamento, Pessoas
i-Planejamento	P3	Percentual de alteração do planejamento inicial:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Planejamento	P4	Pontualidade na Entrega dos Documentos relativos às Peças de Planejamento	150,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Planejamento	P5	O município possui Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	1.0	Há estrutura administrativa voltada para a administração tributária?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	1.1	O Município possui lei que defina a estrutura organizacional da Administração Tributária?	0,5	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	1.2	Qual o número de cargos de fiscais/auditores tributários preenchidos?	1,5	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Fiscal	1.3	Os fiscais tributários recebem treinamento específico para execução das atividades inerentes ao cargo?	10,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Fiscal	1.4	O Município possui Plano de Cargos e Salários específico para seus fiscais tributários?	3,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Fiscal	1.4.1	Informe o instrumento normativo de regulamentação do Plano de Cargos e Salários específico para seus fiscais tributários, Número e Data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	1.4.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Plano de Cargos e Salários específico os fiscais tributários:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	1.5	Há segregação de funções entre os setores de lançadoria, arrecadação, fiscalização e contabilidade?	5,0	Mandatória	Pessoas
i-Fiscal	1.5.1	Há segregação nas permissões de acesso do sistema, com identificação do usuário e registro das transações efetuadas?	5,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	2.0	O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?	4,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	3.0	O Município adotou medidas efetivas para aumento da arrecadação?	30,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	3.1	Assinale as medidas implementadas para aumento da arrecadação:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Fiscal	4.0	Foi instituído procedimento de revisão do cadastro imobiliário estabelecendo a sua periodicidade?	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	4.1	Informe o instrumento normativo (número e data da aprovação) e endereço eletrônico de divulgação do procedimento de revisão do cadastro imobiliário:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	4.2	Qual a periodicidade da revisão geral do Cadastro Imobiliário?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	4.3	O cadastro imobiliário está com a revisão periódica ou geral atualizada?	5,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	5.0	O instrumento da Planta Genérica de Valores (PGV) foi aprovado por lei, conforme previsto no Código Tributário Nacional (CTN)?	3,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	5.1	Informe o Instrumento normativo de aprovação da Planta Genérica de Valores (PGV), Número e Data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	5.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Instrumento	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		Normativo de aprovação da Planta Genérica de Valores (PGV):			
i-Fiscal	5.3	O Código Tributário Municipal ou Lei específica que tenha instituído o IPTU prevê a revisão periódica obrigatória da Planta Genérica de Valores (PGV)?	3,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	5.3.1	Informe o instrumento normativo de revisão da Planta Genérica de Valores (PGV), Número e Data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	5.3.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Instrumento normativo de revisão da Planta Genérica de Valores (PGV):	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	5.3.3	Informe a data da última revisão da PGV:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	5.3.4	Informe a periodicidade de revisão da PGV:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	5.4	Os dados da Planta Genérica de Valores (PGV) e do Cadastro Imobiliário atualizam a base de cálculo do IPTU?	6,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	6.0	Sobre a alíquota do IPTU, quais critérios o município	2,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		instituiu para a cobrança do imposto?			
i-Fiscal	7.0	O município adotou programa de isenção do IPTU?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	7.1	Informe o instrumento normativo de regulamentação do programa de isenção do IPTU, Número e Data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	7.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Instrumento normativo de regulamentação do programa de isenção do IPTU:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	7.3	Assinale os critérios estabelecidos para a concessão de isenção total ou parcial do IPTU:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	8.0	O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) foi instituído no município?	1,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	8.1	O Município atualizou sua legislação conforme as novas hipóteses de incidência de ISS previstas na LC 157/2016?	2,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	8.2	Houve rotina de fiscalização para detectar contribuintes que deixaram de emitir a Nota Fiscal de Serviços por determinado	15,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		período ou que apresentaram queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do ISSQN?			
i-Fiscal	8.3	A pesquisa de autenticidade de notas fiscais eletrônicas está disponível ao público?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	9.0	O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) foi regulamentado?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	9.1	Informe o instrumento normativo de regulamentação do ITBI, Número e Data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	9.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da regulamentação do ITBI:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	9.3	Assinale a forma de registro e emissão da guia de recolhimento do ITBI:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	9.4	O município instituiu normativo que obrigue o(s) Cartório(s) de Registro de Imóveis e Distribuidor(es) a informar periodicamente as transmissões imobiliárias realizadas no seu território, para fins de incidência do ITBI?	2,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Fiscal	9.4.1	O município aplica penalidade ou multa aos Cartórios, quando não cumpridos os termos da lei mencionada na resposta do item anterior?	3,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	9.5	Assinale a forma de recolhimento da guia do ITBI:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	9.6	O município estabelece alíquotas progressivas para o ITBI, com base no valor venal do imóvel?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	10.0	A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP) foi instituída?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	10.1	Informe o instrumento normativo de instituição da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), número e data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	10.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo de instituição da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP):	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	10.3	Os recursos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		Pública (CIP) foram movimentados em contas específicas?			
i-Fiscal	11.0	Houve regulamentação sobre a retenção de IRRF das contratações efetuadas pelo município nas compras de bens e serviços?	3,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	12.0	No exercício de 2024, foram concedidos benefícios e incentivos de natureza tributária, financeira e creditícia da qual decorram em renúncia de receitas?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	12.1	Há normas e procedimentos relativos à renúncia de receita?	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	12.1.1	Informe o instrumento normativo de regulamentação dos procedimentos relativos à renúncia de receita, Número e Data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	12.1.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo de regulamentação dos procedimentos relativos à renúncia de receita:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	12.2	A Prefeitura	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		Municipal realizou acompanhamento e (re)avaliação das renúncias de receita?			
i-Fiscal	12.3	O Anexo de Metas Fiscais, que integra a LDO, contém demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita para o respectivo exercício orçamentário?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	12.3.1	O valor da renúncia de receita de 2024 está compatível com a estimativa constante no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	12.4	Informe o valor das renúncias no exercício de 2024:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	12.5	Houve publicidade e transparência dos benefícios concedidos por Renúncia de Receitas em 2024?	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	12.5.1	Assinale as informações divulgadas referente aos benefícios concedidos por Renúncia de Receitas em 2024:	0,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	12.5.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação das informações	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		referente aos benefícios concedidos por Renúncia de Receitas em 2024:			
i-Fiscal	13.0	O município possui regulamentação sobre dívida ativa?	1,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	13.1	Instrumento normativo de regulamentação da dívida ativa, Número e Data da publicação:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	13.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da regulamentação da dívida ativa:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	13.3	Assinale os critérios estabelecidos na legislação sobre dívida ativa:	9,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	14.0	O Município possui dívida ativa executada de forma judicial em 2024?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	14.1	Informe o valor total da dívida ativa executada de forma judicial no exercício de 2024:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	15.0	A prefeitura realiza cobrança de dívida ativa de forma extrajudicial?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	15.1	Informe o valor total da dívida ativa cobrada de forma extrajudicial no exercício de 2024:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	15.2	Assinale as modalidades de	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		cobrança extrajudicial da dívida ativa:			
i-Fiscal	16.0	No exercício de 2024 houve dívidas prescritas?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	16.1	Informe o valor da dívida ativa prescrita na execução judicial em 2024:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	16.2	Informe o valor da dívida ativa cobrada de forma extrajudicial prescrita no exercício de 2024:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	16.3	O montante da dívida ativa prescrita cobrada de forma judicial e extrajudicial estava registrado na conta de Provisão para Perdas de Dívida Ativa?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	17.0	A Prefeitura possui controle das ações judiciais em que é parte (polo passivo)?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	17.1	Descreva de que forma é realizado o controle das ações judiciais em que é parte (polo passivo):	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	17.2	Qual o valor atualizado em 31/12/2024 de todas as ações judiciais em que é parte (polo passivo)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	18.0	Os dados relativos à transparência na gestão fiscal	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		são divulgados na página eletrônica do Município?			
i-Fiscal	18.1	Assinale os itens que são divulgados na página eletrônica do Município:	15,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	19.0	Houve divulgação das receitas arrecadadas em tempo real?	3,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	19.1	Assinale os itens da receita divulgados em tempo real:	3,0	Não tecnológica	Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	20.0	Houve divulgação das despesas executadas em tempo real?	3,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	20.1	Assinale os itens das despesas divulgados em tempo real:	6,0	Não tecnológica	Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	21.0	Houve divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público, contendo dados sobre os vencimentos, descontos, indenizações e valor líquido?	3,0	Mandatória	Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	21.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da remuneração individualizada por nome do agente público:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	22.0	Houve divulgação de diárias e passagens por nome de favorecido e constando data, destino, cargo e	3,0	Mandatória	Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		motivo de viagem?			
i-Fiscal	22.1	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação de diárias e passagens:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	23.0	Os repasses para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) da competência de 2024 foram realizados em qual prazo?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	24.0	A Prefeitura aderiu a algum parcelamento de encargos sociais (Regime Geral de Previdência Social - RGPS)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	24.1	As parcelas referentes ao parcelamento para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) com vencimento em 2024 foram realizados em qual prazo?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	25.0	O Município efetuou, no exercício de 2024, compensação de encargos sociais junto à Receita Federal do Brasil?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Fiscal	25.1	Houve autorização formal administrativa da Receita Federal do Brasil (RFB) ou decisão judicial para realizar as compensações?	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Fiscal	26.0	Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	26.1	Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário.	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	F11	Pontualidade na Prestação de Contas:	50,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F14	Alertas do Sistema AUDESP	25,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F15	Balancetes rejeitados	25,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F1	Análise da Receita (execução orçamentária):	75,0	Mandatória	Pessoas
i-Fiscal	F1.1	Análise da Receita (execução orçamentária) - Resultado Isolado da Prefeitura:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	F2	Análise da Despesa (execução orçamentária):	75,0	Mandatória	Pessoas
i-Fiscal	F2.1	Análise da Despesa (execução orçamentária) - Resultado Isolado da Prefeitura:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	F3	Análise do resultado da execução orçamentária:	100,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F3.1	Análise do resultado da execução orçamentária - Resultado Isolado da Prefeitura:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Fiscal	F4	Análise do Nível de Cancelamento de Restos a Pagar:	25,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F4.1	Análise do Nível de Cancelamento de Restos a Pagar, Resultado Isolado da Prefeitura:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F4A	Análise do Esforço de Pagamentos de Restos a Pagar:	25,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F4A.1	Análise do Esforço de Pagamentos de Restos a Pagar - Resultado Isolado da Prefeitura:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F5	Despesas com Pessoal - Poder Executivo:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F6	Despesa com pessoal - Poder Legislativo:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F7	Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit):	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F7.1	Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit) - Resultado Isolado da Prefeitura:	75,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F8	Apuração da dívida fundada (aumento/redução):	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F9	Apuração dos pagamentos dos precatórios:	75,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F10	Repasse de duodécimos às Câmaras:	0,0	Habilitadora	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Fiscal	F12	Dívida Ativa: percentual de recebimento	50,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F13	Dívida Ativa: percentual de	50,0	Mandatória	Software, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		cancelamento			
i-Fiscal	F16	Resultado Primário (Operacional)	75,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F17	Índice de Liquidez Imediata	75,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Fiscal	F18	Limites de Endividamento: Regra de Ouro	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Fiscal	F19	Taxa de investimento:	50,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F20	Relação entre despesas correntes e receitas correntes	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Fiscal	F21	Liquidez dos Restos a Pagar	0,0	Habilitadora	Software, Treinamento, Pessoas
i-Fiscal	F22	Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres do mandato	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	1.0	A Prefeitura municipal oferece Creche?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	1.1	Algum estabelecimento que oferece Creche possui brinquedos no Pátio Infantil?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	1.1.1	Informe quantos estabelecimentos que oferecem Creche possuem:	2,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	1.1.2	Informe:	3,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	1.2	A Prefeitura disponibiliza brinquedos/materiais pedagógicos para as crianças em todos os estabelecimentos de Creche do município?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	1.2.1	Realiza higienização dos brinquedos/mat	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		eriais pedagógicos?			
i-Educ	1.2.1.1	Qual a frequência de higienização?	5,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	1.2.2	Possui cronograma para compra de brinquedos/materiais pedagógicos?	5,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	1.2.3	Informe a data da última entrega de brinquedos/materiais pedagógicos:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	1.3	Informe a quantidade de turmas de Creche em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo n° de alunos) era:	10,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	1.4	Informe a quantidade de professores de Creche que:	18,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Educ	1.5	Qual o piso salarial mensal dos professores de Creche no município?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	1.6	Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para Creches - QTA:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	1.7	Os profissionais de Creche da rede municipal participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2024?	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Educ	1.7.1	Informe a quantidade de profissionais de Creche:	7,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade,

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Educ	1.7.2	Assinale a forma de capacitação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas Treinamento, Pessoas
i-Educ	1.8	Quanto a regularidade do corpo docente, informe o número de escolas em que houve rotatividade de professores de Creches:	3,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	1.9	Quanto a regularidade de gestores, indique a quantidade de escolas municipais cujo diretor/gestor de Creche, ao final de 2024, permanecia à frente da mesma unidade por:	2,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	1.10	Os professores realizam reuniões periódicas com os pais dos alunos de Creche sobre planejamento/projeto escolar e desempenho/desenvolvimento da criança?	2,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Educ	1.10.1	Qual a periodicidade das reuniões?	0,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Educ	1.11	Houve entrega do Kit escolar às Creches municipais no ano de 2024?	18,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	1.11.1	Informe a data da última entrega na escola:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	1.11.2	Informe o motivo de não ter sido entregue o kit escolar:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	1.12	Houve entrega	18,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		do material didático (livros, apostilas, etc.) às Creches municipais em 2024?			
i-Educ	1.12.1	Informe a data da última entrega na escola:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	1.12.2	Informe o motivo de não ter sido entregue o material didático:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	1.13	A Prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de Creches em 2024?	50,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	1.13.1	Descreva a pesquisa/estudo realizada:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	1.14	Informe:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Educ	1.15	Informe a quantidade de turmas de Creche:	10,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	2.0	A Prefeitura municipal oferece Pré-escola?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	2.1	Algum estabelecimento o que oferece Pré-escola possui brinquedos no Pátio Infantil?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	2.1.1	Informe quantos estabelecimentos que oferecem Pré-escola possuem:	2,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	2.1.2	Informe:	3,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	2.2	A Prefeitura disponibiliza brinquedos/mat	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		eriais pedagógicos para as crianças em todos os estabelecimentos de Pré-escola do município?			
i-Educ	2.2.1	Realiza higienização dos brinquedos/materiais pedagógicos?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	2.2.1.1	Qual a frequência de higienização?	5,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	2.2.2	Possui cronograma para compra de brinquedos/materiais pedagógicos?	5,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	2.2.3	Informe a data da última entrega de brinquedos/materiais pedagógicos:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	2.3	Informe a quantidade de turmas de Pré-escola em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo n° de alunos) era:	10,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	2.4	Informe a quantidade de professores de Pré-escola que:	18,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Educ	2.5	Qual o piso salarial mensal dos professores de Pré-escola no município?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	2.6	Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para Pré-Escola - QTA:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	2.7	Os profissionais de Pré-escola da	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		rede municipal participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2024?			
i-Educ	2.7.1	Informe a quantidade de profissionais de Pré-escola:	7,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	2.7.2	Assinale a forma de capacitação:	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Educ	2.8	Quanto a regularidade do corpo docente, informe o número de escolas em que houve rotatividade de professores de Pré-escola:	3,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	2.9	Quanto a regularidade de gestores, indique a quantidade de escolas municipais cujo diretor/gestor de Pré-escola, ao final de 2024, permanecia à frente da mesma unidade por:	2,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	2.10	Os professores realizam reuniões periódicas com os pais dos alunos de Pré-escola sobre planejamento/projeto escolar e desempenho/desenvolvimento da criança?	2,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	2.10.1	Qual a periodicidade das reuniões?	0,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	2.11	Houve entrega do Kit escolar às Pré-Escolas municipais em 2024?	18,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Educ	2.11.1	Informe a data da última entrega na escola:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	2.11.2	Informe o motivo de não ter sido entregue o kit escolar:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	2.12	Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) às Pré-Escolas municipais em 2024?	18,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	2.12.1	Informe a data da última entrega na escola:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	2.12.2	Informe o motivo de não ter sido entregue o material didático:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	2.13	A Prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de Pré-escola em 2024?	50,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	2.13.1	Descreva a pesquisa/estudo realizada:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	2.14	Informe:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Educ	2.15	Informe a quantidade de turmas de Pré-escola:	10,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	3.0	A Prefeitura Municipal oferece os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.1	Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais em que o espaço	10,0	Mandatória	Software, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo nº de alunos) era:			
i-Educ	3.2	Informe a quantidade de professores dos Anos Iniciais que:	19,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Educ	3.3	Qual o piso salarial mensal dos professores dos Anos Iniciais?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.4	Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais - QTA:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.5	Os profissionais dos Anos Iniciais da rede municipal participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2024?	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Educ	3.5.1	Informe a quantidade de profissionais dos Anos Iniciais:	7,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	3.5.2	Assinale a forma de capacitação:	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Educ	3.6	Quanto a regularidade do corpo docente, informe o número de escolas em que houve rotatividade de professores dos Anos Iniciais:	3,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	3.7	Quanto a regularidade de gestores, indique a quantidade de escolas	2,0	Mandatória	Software, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		municipais cujo diretor/gestor dos Anos Iniciais, ao final de 2024, permanecia à frente da mesma unidade por:			
i-Educ	3.8	Os professores realizam reuniões periódicas com os pais dos alunos dos Anos Iniciais sobre planejamento/projeto escolar e desempenho/desenvolvimento da criança?	2,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	3.8.1	Qual a periodicidade das reuniões?	0,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	3.9	Qual a média de dias letivos do ano de 2024 para as turmas dos Anos Iniciais?	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Educ	3.10	O município utilizou algum programa/atividade/projeto específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?	12,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.10.1	Descreva o programa/atividade/projeto específico:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.11	O Município possui, no planejamento, ações governamentais para enfrentamento ao bullying?	2,0	Não tecnológica	Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	3.11.1	Descreva as ações governamentais para	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		enfrentamento ao bullying:			
i-Educ	3.12	Houve entrega do Kit escolar nas escolas dos Anos Iniciais em 2024?	20,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.12.1	Informe a data da última entrega na escola:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.12.2	Informe o motivo de não ter sido entregue o kit escolar:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.13	Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) nas escolas dos Anos Iniciais em 2024?	20,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.13.1	Informe a data da última entrega na escola:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.13.2	Informe o motivo de não ter sido entregue o material didático:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.14	Houve entrega do uniforme escolar nas escolas dos Anos Iniciais em 2024?	20,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.14.1	Informe a data da última entrega na escola:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.14.2	Informe o motivo de não ter sido entregue o uniforme escolar:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.15	O Município possui seu próprio indicador de qualidade de ensino?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.15.1	Especifique, descrevendo	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		sua composição e forma de avaliação:			
i-Educ	3.15.2	O indicador próprio de qualidade de ensino do Município classifica os alunos por nível de desempenho?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.15.2.1	Especifique como são classificados os alunos por nível de desempenho:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.15.3	O indicador próprio de qualidade de ensino do Município possui metas específicas?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.15.3.1	Informe as metas e os resultados da última edição do indicador próprio de qualidade de ensino do Município:	18,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.15.4	É possível avaliar a quantidade de participantes da última edição da avaliação municipal própria?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.15.4.1	Em relação aos alunos matriculados nas escolas municipais, que integraram o público-alvo da última edição da avaliação municipal própria, informe:	18,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	3.16	A Prefeitura municipal fez uma	20,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais escolar em 2024?			
i-Educ	3.16.1	Descreva a pesquisa/estudo realizada:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.17	Informe:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Educ	3.18	Informe o número de alunos matriculados dos Anos Iniciais por turno:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.19	Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais:	10,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	3.20	O município utilizou processo de sondagem ou avaliação diagnóstica para os Anos Iniciais do ensino fundamental?	2,5	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.20.1	Qual foi a periodicidade da aplicação do processo de sondagem ou avaliação diagnóstica para os Anos Iniciais do ensino fundamental?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.21	Qual foi o número de aulas vagas nos Anos Iniciais durante o ano de 2024?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.22	Há alunos dos Anos Iniciais, matriculados em escolas municipais, que participaram, durante o ano de 2024, de projetos de	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		recuperação ou reforço escolar?			
i-Educ	3.22.1	Informe o número de alunos dos Anos Iniciais que participaram de projetos de recuperação ou reforço escolar:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.22.2	Existem metas traçadas que visem à melhoria dos resultados dos projetos de recuperação ou reforço escolar?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.22.2.1	As metas estão sendo atingidas?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	3.23	A Prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Iniciais)?	25,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	3.23.1	Assinale as ações e medidas realizadas:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	3.23.2	Informe a quantidade de crianças que abandonaram a escola pelos seguintes motivos:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.0	A Prefeitura Municipal oferece os Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.1	Informe a quantidade de turmas dos Anos Finais em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo nº de alunos) era:	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Educ	4.2	Informe a quantidade de professores dos Anos Finais que:	0,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Educ	4.3	Qual o piso salarial mensal dos professores dos Anos Finais no município?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.4	Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Finais - QTA:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.5	Os profissionais dos Anos Finais da rede municipal participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2024?	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Educ	4.5.1	Informe a quantidade de profissionais dos Anos Finais:	0,0	Habilitadora	Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	4.5.2	Assinale a forma de capacitação:	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Educ	4.6	Quanto a regularidade do corpo docente, informe o número de escolas em que houve rotatividade de professores dos Anos Finais:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.7	Quanto a regularidade de gestores, indique a quantidade de escolas municipais cujo diretor/gestor dos Anos Finais, ao final de 2024, permanecia à frente da mesma unidade	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		por:			
i-Educ	4.8	Os professores realizam reuniões periódicas com os pais dos alunos dos Anos Finais sobre planejamento/projeto escolar e desempenho/desenvolvimento da criança?	0,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Educ	4.8.1	Qual a periodicidade das reuniões?	0,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Educ	4.9	Qual a média de dias letivos do ano de 2024 para as turmas dos Anos Finais?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.10	O Município possui, no planejamento, ações governamentais para enfrentamento ao bullying?	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	4.10.1	Descreva as ações governamentais para enfrentamento ao bullying:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.11	Houve entrega do Kit escolar nas escolas dos Anos Finais em 2024?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.11.1	Informe a data da última entrega na escola:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.11.2	Informe o motivo de não ter sido entregue o kit escolar:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.12	Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) nas escolas dos Anos Finais em 2024?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.12.1	Informe a data	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		da última entrega na escola:			
i-Educ	4.12.2	Informe o motivo de não ter sido entregue o material didático:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.13	Houve entrega do uniforme escolar nas escolas dos Anos Finais em 2024?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.13.1	Informe a data da última entrega na escola:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.13.2	Informe o motivo de não ter sido entregue o uniforme escolar:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.14	O Município possui seu próprio indicador de qualidade de ensino?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.14.1	Especifique, descrevendo sua composição e forma de avaliação:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.14.2	O indicador próprio de qualidade de ensino do Município classifica os alunos por nível de desempenho?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.14.2.1	Especifique como são classificados os alunos por nível de desempenho:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.14.3	O indicador próprio de qualidade de ensino do Município possui metas	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		específicas?			
i-Educ	4.14.3.1	Informe as metas e os resultados da última edição do indicador próprio de qualidade de ensino do Município:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.14.4	É possível avaliar a quantidade de participantes da última edição da avaliação municipal própria?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.14.4.1	Em relação aos alunos matriculados nas escolas municipais, que integraram o público-alvo da última edição da avaliação municipal própria, informe:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.15	A Prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Finais escolar em 2024?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.15.1	Descreva a pesquisa/estudo realizada:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.16	Informe:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.17	Informe o número de alunos matriculados dos Anos Finais por turno no ano de 2024:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.18	Informe a quantidade de turmas dos Anos Finais no ano de 2024:	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Educ	4.19	O município utilizou processo de sondagem ou avaliação diagnóstica para os Anos Finais do ensino fundamental?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.19.1	Qual foi a periodicidade da aplicação do processo de sondagem ou avaliação diagnóstica para os Anos Finais do ensino fundamental?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.20	Qual foi o número de aulas vagas nos Anos Finais durante o ano de 2024?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.21	Há alunos dos Anos Finais, matriculados em escolas municipais, que participaram, durante o ano de 2024, de projetos de recuperação ou reforço escolar?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.21.1	Informe o número de alunos dos Anos Finais que participaram de projetos de recuperação ou reforço escolar:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	4.21.2	Existem metas traçadas que visem à melhoria dos resultados dos projetos de recuperação ou reforço escolar?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.21.2.1	As metas estão sendo atingidas?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	4.22	A Prefeitura municipal	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Finais)?			
i-Educ	4.22.1	Assinale as ações e medidas realizadas:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	4.22.2	Informe a quantidade de crianças que abandonaram a escola pelos seguintes motivos:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	5.0	Informe a quantidade de estabelecimentos de ensino da rede municipal que oferecem Creche, Pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental:	75,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	5.1	Detalhe os dados dos estabelecimentos informados sobre os estabelecimentos com AVCB e as com necessidade de reparos:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	6.0	A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	6.1	Informe o Instrumento Normativo, Número e Data da publicação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	6.2	Assinale os requisitos contidos no	0,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Educ	7.0	Plano de Cargos e Salários dos professores: Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?	5,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	7.1	Especifique qual o programa de inibição ao absenteísmo de professores:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	8.0	Houve nutricionista atuando na rede municipal de ensino no ano de 2024?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	8.1	Quantos nutricionistas atuavam no município em 2024?	12,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	8.2	Os nutricionistas atuaram nas escolas estaduais?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	8.2.1	Informe a quantidade de escolas estaduais com atuação de nutricionistas:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	8.2.2	Informe a quantidade de alunos da rede estadual atendidos:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	9.0	O município divulga o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista na Secretaria de Educação e nas escolas?	2,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Educ	10.0	O município cumpre o cardápio pré-estabelecido	2,5	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		pela nutricionista?			
i-Educ	11.0	Existe controle formal pelo(a) nutricionista que permita atestar condições dos alimentos servidos?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	11.1	Assinale as condições atestadas pelo(a) nutricionista:	2,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	12.0	Existe um controle de acondicionamento dos alimentos?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	12.1	Assinale os tipos de controles:	6,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	13.0	O município oferece transporte escolar?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	13.1	O transporte escolar é realizado por meio de frota própria ou frota alugada / terceirizada?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	13.1.1	Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	13.1.1.1	Informe a média de tempo (em minutos):	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	13.1.2	Possui veículos para transporte escolar de alunos com mais de 10 anos de fabricação?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	13.1.2.1	Informe a quantidade de veículos para transporte escolar de alunos com mais de 10 anos de fabricação:	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Educ	13.1.3	Os veículos para transporte escolar de alunos estão em boas condições de uso?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	13.1.4	Os condutores possuem aprovação em curso de especialização sobre transporte escolar?	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Educ	13.1.5	Há condutores que cometeram alguma infração grave ou gravíssima, ou que são reincidentes em infrações médias nos últimos 12 meses?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	13.1.6	Os condutores apresentaram certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores dentro do prazo de validade (5 anos)?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	14.0	O município possui o Plano Municipal de Educação?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	14.1	Informe o Instrumento Normativo, Número e Data da publicação do Plano Municipal de Educação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	14.2	Informe a página eletrônica (link na internet) do	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		instrumento normativo do Plano Municipal de Educação:			
i-Educ	14.3	O Plano possui cronograma para execução das metas?	20,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	14.3.1	As metas estão sendo atingidas no prazo?	30,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	15.0	O município possui o Plano Municipal pela Primeira Infância?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	15.1	Informe o Instrumento Normativo, Número e Data da publicação do Plano Municipal pela Primeira Infância:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	15.2	Informe a página eletrônica (link na internet) do instrumento normativo do Plano Municipal pela Primeira Infância:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	15.3	Foram estipuladas metas?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	15.3.1	Há monitoramento das metas?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	15.3.2	Houve divulgação dos resultados do Plano?	0,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	15.4	Foram realizadas palestras/orientações sobre:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	16.0	O município possui Conselho Municipal de Educação?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	16.1	Assinale os recursos fornecidos pela Prefeitura Municipal para	3,0	Mandatória	Software, Infraestrutura de TIC, Treinamento, Comunicação/P

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		o funcionamento do Conselho Municipal de Educação:			ublicidade, Pessoas
i-Educ	16.2	Assinale as principais funções do Conselho Municipal de Educação:	3,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Educ	16.3	Assinale as atividades que o Conselho Municipal de Educação realizou no ano:	6,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Educ	16.3.1	Informe quantas irregularidades foram apontadas:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	16.3.2	Informe quantas irregularidades foram solucionadas:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	16.3.3	Informe as irregularidades apontadas:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	16.4	O Conselho Municipal de Educação aprovou as contas da Secretaria Municipal de Educação referente ao exercício de 2024?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	16.4.1	Informe quais os motivos da não aprovação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	16.5	Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício?	3,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Educ	17.0	O município possui Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB?	0,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Educ	17.1	Informe o Instrumento Normativo, Número e Data da publicação que instituiu o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	17.2	Informe a página eletrônica (link na internet) do instrumento normativo que instituiu o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:	1,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	17.3	A Prefeitura Municipal disponibilizou, em sítio na internet, informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS FUNDEB?	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	17.3.1	Assinale quais informações foram disponibilizadas em sítio na internet:	2,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	17.3.2	Informe a página eletrônica (link na internet) sobre a composição e funcionamento dos conselhos:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	17.4	Assinale os recursos fornecidos pela Prefeitura Municipal ao CACS FUNDEB a fim de garantir infraestrutura e	3,0	Mandatória	Software, Infraestrutura de TIC, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		condições materiais adequadas à execução plena de suas competências:			
i-Educ	17.5	Assinale as atividades que o CACS Fundeb realizou no ano:	6,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	17.6	Qual foi o parecer da prestação de contas emitido pelo CACS FUNDEB referente ao exercício de 2024?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	17.6.1	Informe quais os motivos da não aprovação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	17.7	Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho do FUNDEB no último exercício?	3,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	18.0	O município constituiu o CAE(Conselho de Alimentação Escolar)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	18.1	Assinale os recursos fornecidos pela Prefeitura Municipal para o funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar:	3,0	Mandatória	Software, Infraestrutura de TIC, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	18.2	A Prefeitura ofereceu formação aos conselheiros sobre a execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este Programa?	6,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	18.3	A Prefeitura divulgou as	0,0	Não tecnológica	Comunicação/Publicidade,

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		atividades do CAE por meio de comunicação oficial?			Pessoas
i-Educ	18.3.1	Assinale as atividades realizadas pelo CAE no ano:	6,0	Habilitadora	Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	18.3.1.1	Informe a quantidade de visitas realizadas pelo CAE nas escolas dos Anos Iniciais no ano:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	19.0	A Prefeitura Municipal (re)elaborou o currículo da rede municipal de ensino adequando-se às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	19.1	Assinale as etapas de ensino que estão com o currículo atualizado conforme a BNCC:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	19.2	Informe a página eletrônica (link na internet) do currículo da rede municipal de ensino:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	19.3	As escolas incorporaram em seus Projetos Político-Pedagógicos o atual currículo da rede municipal de ensino?	2,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	20.0	Gostaria de registrar suas impressões, comentários e	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		sugestões a respeito do presente questionário?			
i-Educ	20.1	Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário.	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E1.1	Informe quantos estabelecimentos que oferecem Creche possuem:	2,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E1.2	Informe quantos estabelecimentos que oferecem creche disponibilizam brinquedos/materiais pedagógicos:	4,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E1.3	Informe o número de crianças matriculadas na creche:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E1.4	Informe a data de início de funcionamento para as creches:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E1.5	Informe a quantidade de estabelecimentos que oferecem Creche na rede municipal de ensino:	6,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E1.6	Informe a quantidade de professores de Creche:	2,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E1.7	Informe a quantidade de profissionais de creche:	0,0	Habilitadora	Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	E1.8	Informe quantos	12,5	Mandatória	Software, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		estabelecimentos de Creche ofereciam turmas em tempo integral:			
i-Educ	E1.9	Informe quantos alunos de Creche foram matriculados em turmas de tempo integral (7 horas ou mais por dia):	12,5	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E1.10	Há alunos de Creche que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E1.10.1	Houve Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Rede Municipal de Ensino?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E2.1	Informe quantos estabelecimentos que oferecem Pré-escola possuem:	2,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E2.2	Informe quantos estabelecimentos que oferecem pré-escola disponibilizam brinquedos/materiais pedagógicos:	4,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E2.3	Informe o número de crianças matriculadas na pré-escola:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E2.4	Informe a data de início do ano letivo para a pré-escola:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E2.5	Informe a quantidade de	6,0	Mandatória	Software, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		estabelecimentos que oferecem Pré-escola na rede municipal de ensino:			
i-Educ	E2.6	Informe a quantidade de professores de Pré-escola:	2,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E2.7	Informe a quantidade de profissionais de pré-escola:	0,0	Habilitadora	Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	E2.8	Informe quantos estabelecimentos de Pré-escola ofereciam turmas em tempo integral:	12,5	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E2.9	Informe quantos alunos de Pré-escola foram matriculados em turmas de tempo integral (7 horas ou mais por dia):	12,5	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E2.10	Há alunos de Pré-escola que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E2.10.1	Houve Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Rede Municipal de Ensino?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E3.1	Informe o número de crianças matriculadas nos Anos Iniciais:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E3.2	Informe a data de início do ano letivo para as turmas dos	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Educ	E3.3	Anos Iniciais: Informe a quantidade de estabelecimentos que oferecem Anos Iniciais na rede municipal de ensino:	6,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E3.4	Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia dos Anos Iniciais, informe:	12,0	Mandatória	Software, Infraestrutura de TIC, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	E3.5	Informe a quantidade de professores dos Anos Iniciais:	2,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E3.6	Informe a quantidade de profissionais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano):	0,0	Habilitadora	Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	E3.7	Informe a taxa de reprovação para a etapa de ensino:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E3.8	Sobre os Anos Iniciais, informe:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Educ	E3.9	Informe quantos estabelecimentos dos Anos Iniciais ofereciam turmas em tempo integral:	12,5	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E3.10	Informe quantos alunos dos Anos Iniciais foram matriculados em turmas de tempo integral (7 horas ou mais por dia):	12,5	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E3.11	Informe quantos alunos dos Anos Iniciais foram matriculados em turmas de período	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		noturno:			
i-Educ	E3.12	Há alunos dos Anos Iniciais que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E3.12.1	Houve Atendimento Pedagógico Especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E3.13	O Município participou da última edição da Prova Brasil/SAEB?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E3.13.1	Informe as metas e resultados do IDEB do Município em sua última edição:	18,0	Mandatória	Pessoas
i-Educ	E3.13.2	Em relação aos alunos matriculados nas escolas municipais que integraram o público-alvo da última edição do Prova Brasil/SAEB, informe:	18,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E3.13.3	Informe o percentual de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental do Município cujo nível de desempenho na última edição do Prova Brasil/SAEB esteve nos seguintes níveis:	38,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E4.1	Informe o número de crianças	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		matriculadas nos Anos Finais:			
i-Educ	E4.2	Informe a data de início do ano letivo para as turmas dos Anos Finais:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E4.3	Informe a quantidade de estabelecimentos que oferecem Anos Finais na rede municipal de ensino:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E4.4	Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia dos Anos Finais, informe:	0,0	Mandatória	Software, Infraestrutura de TIC, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	E4.5	Informe a quantidade de professores dos Anos Finais:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E4.6	Informe a quantidade de profissionais dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano):	0,0	Habilitadora	Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Educ	E4.7	Informe a taxa de reprovação para a etapa de ensino:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E4.8	Sobre os Anos Finais, informe:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E4.9	Informe quantos estabelecimentos dos Anos Finais ofereciam turmas em tempo integral:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E4.10	Informe quantos alunos dos Anos Finais foram matriculados em turmas de tempo integral (7 horas ou mais por dia):	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E4.11	Informe quantos alunos	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		dos Anos Finais foram matriculados em turmas de período noturno:			
i-Educ	E4.12	Há alunos dos Anos Finais que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E4.12.1	Houve Atendimento Pedagógico Especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E4.13	O Município participou da última edição da Prova Brasil/SAEB?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E4.13.1	Informe as metas e resultados do IDEB do Município em sua última edição:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E4.13.2	Em relação aos alunos matriculados nas escolas municipais que integraram o público-alvo da última edição do Prova Brasil/SAEB, informe:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E4.13.3	Informe o percentual de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental do Município cujo nível de desempenho na última edição do Prova Brasil/SAEB	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		esteve nos seguintes níveis:			
i-Educ	E5	Informe a quantidade de estabelecimentos de ensino da rede municipal que oferecem Creche, Pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental:	75,0	Habilitadora	Pessoas
i-Educ	E6	As escolas compartilham espaços com a comunidade?	5,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E7	As escolas utilizam espaços e equipamentos do entorno escolar?	5,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E8	A Prefeitura realiza Exame de Seleção para ingresso em alunos nas escolas municipais?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Educ	E9	FUNDEB	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E10	FUNDEB Profissionais da Educação	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Educ	E11	Aplicação do mínimo constitucional em educação:	0,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Saúde	1.0	O Conselho Municipal de Saúde participou da elaboração do Plano Municipal de Saúde 2022-2025?	5,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	2.0	Quando ocorreu a aprovação do Plano Municipal de Saúde 2022-2025 pelo Conselho Municipal da Saúde?	10,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	3.0	Quando ocorreu a aprovação da Programação	10,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		Anual de Saúde de 2024 pelo Conselho Municipal de Saúde?			
i-Saúde	3.1	As ações previstas na Programação Anual de Saúde de 2024 foram executadas?	4,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	3.2	As metas previstas para os indicadores foram atingidas na Programação Anual de Saúde de 2024?	4,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	4.0	A Secretaria Municipal de Saúde ou similar ofereceu cursos/treinamento sobre saúde para qual público?	6,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Saúde	5.0	Os recursos financeiros municipais (fonte 1) destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) são movimentados em contas bancárias próprias?	4,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Saúde	5.1	Informe o Banco, Agência e nº da conta:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	6.0	As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade e específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados	5,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		somente pelo Fundo Municipal de Saúde?			
i-Saúde	7.0	O gestor municipal de saúde apresentou quais Relatórios Quadrimestrais de 2024 previstos no art. 36 da Lei Complementar 141/2012 em audiência pública na Câmara Municipal?	3,0	Habilitadora	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Saúde	8.0	O Relatório Anual de Gestão de 2024 foi encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde até 30/03/2025 (ano seguinte ao da execução financeira)?	2,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	9.0	O Parecer Conclusivo sobre o Relatório Anual de Gestão 2023 foi "aprovado sem ressalvas", "aprovado com ressalvas" ou "irregular/não aprovado"?	18,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	9.1	Informe a forma e Data da publicação do Parecer Conclusivo sobre o Relatório Anual de Gestão 2023:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	9.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Parecer Conclusivo sobre o	5,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Saúde	10.0	Relatório Anual de Gestão 2023: Sobre os estabelecimentos de saúde sob gestão municipal, em dezembro de 2024, informe:	100,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	11.0	O município possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) específico elaborado e implantado para seus profissionais de saúde?	10,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	11.1	Informe o instrumento normativo de regulamentação do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) específico para os profissionais da saúde, Número e Data da publicação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	11.2	Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) específico para os profissionais de saúde:	2,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Saúde	12.0	O município adotou a Estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços como a estratégia prioritária de organização da Atenção Básica?	10,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	12.1	Informe o total de equipes de saúde da família e equipes de	50,0	Mandatória	Software, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		atenção primária (eSF+eAP):			
i-Saúde	12.2	Informe:	40,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	13.0	A Prefeitura registra a frequência dos profissionais de saúde da Atenção Básica de forma eletrônica?	5,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	13.1	Os médicos da Atenção Básica cumprem integralmente sua jornada de trabalho?	15,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	14.0	Assinale o intervalo de agendamento das consultas médicas na Atenção Básica:	2,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	14.1	O município disponibilizou serviço de agendamento remoto para consulta médica na Atenção Básica?	10,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Saúde	14.2	O município possui controle de absenteísmo para as consultas médicas da Atenção Básica?	2,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Saúde	14.2.1	Informe a taxa de absenteísmo de consulta médica nas UBSs:	10,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	14.2.2	O município realiza medidas para a redução desta taxa de absenteísmo?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	14.2.2.1	Assinale as medidas utilizadas para a redução da taxa de absenteísmo de consultas médicas na	0,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Saúde	15.0	Atenção Básica: A Prefeitura Municipal possui controle de absenteísmo para os exames laboratoriais realizados sob sua gestão?	2,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	15.1	Informe a taxa de absenteísmo de exame médico da	7,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	15.2	Atenção Básica: O município realiza medidas para a redução desta taxa de absenteísmo?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	15.2.1	Assinale as medidas utilizadas para a redução da taxa de absenteísmo de exames médicos na	0,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Saúde	16.0	Atenção Básica: O município implantou o Prontuário Eletrônico do Paciente na Atenção Básica?	10,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	16.1	Assinale os serviços da Atenção Básica inseridos no Prontuário Eletrônico do Paciente:	5,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	17.0	O município possui atendimento de Atenção Especializada (média e/ou alta complexidade)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.1	Os profissionais de saúde da Atenção Especializada sob gestão municipal registram sua frequência de forma eletrônica?	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Saúde	17.1.1	Os médicos ambulatoriais da Atenção Especializada sob gestão municipal cumprem integralmente sua jornada de trabalho?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.1.2	Os médicos plantonistas da Atenção Especializada sob gestão municipal cumprem integralmente sua jornada de trabalho?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.2	Assinale o intervalo de agendamento das consultas médicas da Atenção Especializada sob gestão municipal:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	17.3	O município possui controle de absenteísmo de consultas médicas da Atenção Especializada sob gestão municipal?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	17.3.1	Informe a taxa de absenteísmo de consulta médica da Atenção Especializada sob gestão municipal em:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	17.3.2	O município realiza medidas para a redução desta taxa de absenteísmo?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	17.3.2.1	Assinale as medidas utilizadas para a redução da taxa de absenteísmo:	0,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Saúde	17.4	A Prefeitura	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		Municipal possui controle de absenteísmo para os exames médicos da Atenção Especializada sob sua gestão?			
i-Saúde	17.4.1	Informe a taxa de absenteísmo de exame médico da Atenção Especializada sob gestão municipal:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	17.4.2	O município realiza medidas para a redução desta taxa de absenteísmo?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	17.4.2.1	Assinale as medidas utilizadas para a redução da taxa de absenteísmo de exames médicos da Atenção Especializada sob gestão municipal:	0,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Saúde	17.5	O município utiliza sistema informatizado de regulação com oferta dos serviços da Atenção Especializada sob gestão municipal?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	17.5.1	Assinale os sistemas utilizados pela regulação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.5.2	O sistema informatizado de regulação utilizado pelo município permite conhecer a lista de espera (relação nominal de pacientes com	0,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		tempo de espera) dos serviços da Atenção Especializada sob gestão municipal?			
i-Saúde	17.5.2.1	Assinale os serviços da Atenção Especializada inseridos no sistema de regulação:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	17.5.2.1.1	Informe as 3 consultas médicas com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.5.2.1.2	Informe os 3 exames médicos com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.5.2.1.3	Informe as 3 terapias/tratamentos médicos com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.5.2.1.4	Informe as 3 OPM com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.5.2.1.5	Informe as 3 cirurgias eletivas com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.5.2.1.6	Informe os 3 Outros serviços da Atenção Especializada sob gestão municipal com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.6	O município implantou o Prontuário Eletrônico do Paciente na Atenção Especializada sob sua gestão?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	17.6.1	Assinale os serviços da	0,0	Mandatória	Software, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		Atenção Especializada inseridos no Prontuário Eletrônico do Paciente:			
i-Saúde	17.7	O município possui estabelecimentos de saúde da rede própria com mamógrafos?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.7.1	Informe:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	17.8	O município possui estabelecimentos de saúde da rede própria com equipamentos de ultrassom convencional?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.8.1	Informe:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	17.9	O município possui hospital ou Santa Casa sob sua gestão?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	17.9.1	Informe:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	17.9.2	Informe o nº de estabelecimentos de saúde (hospitais) da rede própria sob gestão municipal que tiveram taxa de ocupação hospitalar instalada superior a 100%:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	18.0	No município, há demanda de ações e de serviços voltados para a assistência aos portadores de transtornos mentais, bem como para usuários de substâncias	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		psicoativas?			
i-Saúde	18.1	Realizou Plano de Ação municipal para inclusão do município à sua RAPS?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	18.2	A Secretaria Municipal de Saúde (ou equivalente) está integrada com os outros órgãos municipais de forma a ampliar a oferta de ações e de serviços voltados para a assistência aos portadores de transtornos mentais?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	18.2.1	Assinale a forma de integração dos órgãos:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	18.2.1.1	As metas estabelecidas para o exercício 2024 foram atingidas?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	18.3	O Município formalizou termo de adesão com o Programa Recomeço (Art. 7º, Decreto nº 61.674/ 2015) ou outro programa que venha a substituí-lo?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	18.4	O município possui indicadores específicos para a Atenção Psicossocial?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	18.4.1	Assinale os tipos de indicadores da Atenção Psicossocial:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	18.5	O município possui população	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		superior a 15 mil habitantes?			
i-Saúde	18.5.1	A Quantidade de CAPS e Unidades de Acolhimento Adulto e Infanto-Juvenil segundo a totalidade de habitantes do município é adequada?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	18.5.2	Informe a quantidade de estabeleciment os do município:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	18.5.3	Todos os serviços assistenciais ofertados pelo CAPS e Unidades de Acolhimento (vagas) estão disponibilizados no sistema de regulação?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	18.5.3.1	Informe a quantidade de vagas cadastradas no sistema de regulação:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	18.5.4	A quantidade de vagas dos CAPS é suficiente para demanda da população que apresenta prioritariamente , intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	18.5.5	Informe a	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		quantidade de vagas ofertadas pelo município:			
i-Saúde	18.6	O município aderiu formalmente ao programa “De Volta para Casa” (PVC)?	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Saúde	19.0	No município, há demanda de moradia para portadores de transtornos mentais crônicos com necessidade de cuidados de longa permanência, prioritariamente egressos de internações psiquiátricas e de hospitais de custódia, que não possuam suporte financeiro, social e/ou laços familiares que permitam outra forma de reinserção?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	19.1	A Quantidade de SRTs ofertadas é adequada , inclusive quanto a distribuição geográfica, para a demanda de moradia para portadores de transtornos mentais crônicos com necessidade de cuidados de longa permanência, prioritariamente egressos de internações psiquiátricas e de hospitais de custódia, que	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		não possuam suporte financeiro, social e/ou laços familiares que permitam outra forma de reinserção?			
i-Saúde	19.2	Informe a quantidade de unidades:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	19.3	As vagas dos Serviços Residenciais Terapêuticos ou equivalente para os residentes do município estão cadastradas no sistema de informação de regulação?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	19.3.1	Informe a quantidade de vagas cadastradas no sistema de regulação:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	19.4	A Secretaria Municipal de Saúde (ou equivalente), com apoio técnico do Ministério da Saúde, tem rotinas estabelecidas de acompanhamento, supervisão, controle e avaliação para a garantia do funcionamento com qualidade dos Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	19.5	Informe:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	20.0	Sobre Vigilância em Saúde, a Prefeitura realiza gestão	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		de quais tipos de insumos?			
i-Saúde	20.1	A Prefeitura utiliza frigobar para refrigeração, manutenção, monitoramento e controle da temperatura dos imunobiológicos (soros, vacinas e imunoglobulinas)?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	20.2	A Prefeitura disponibilizou os materiais necessários para a coleta dos meios de diagnóstico laboratorial para as doenças sob monitoramento epidemiológico (coleta de sangue, fluidos orgânicos como: saliva, secreção, suor, urina, fezes)?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	20.3	A Prefeitura disponibilizou todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) para o manuseio dos insumos para controle de vetores (inseticidas e pesticidas)?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	21.0	O município analisa semanalmente os dados de casos de arboviroses, acompanhando a tendência dos casos e verificando as variações entre	10,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		as semanas epidemiológicas ?			
i-Saúde	22.0	O município investiga casos notificados, surtos e óbitos de arboviroses?	30,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	23.0	O município exerceu as atribuições relacionadas a vigilância entomológica e controle vetorial em 2024?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	23.1	Assinale as atribuições da vigilância entomológica e controle vetorial:	30,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	24.0	O município executou atividades de Educação em Saúde?	0,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Saúde	24.1	Assinale as campanhas realizadas em 2024:	10,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Saúde	25.0	O município desenvolve ações reguladoras em seu território, operacionalizando por meio de complexo regulador municipal e/ou participando em co-gestão da operacionalização dos Complexos Reguladores Regionais?	5,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	26.0	O município elaborou os protocolos de regulação de acesso formalizados?	10,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Saúde	27.0	O município regula a referência a ser	5,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		realizada em outros municípios, de acordo com a programação pactuada e integrada, integrando- se aos fluxos regionais estabelecidos?			
i-Saúde	28.0	O município possui controle da fila de espera para os atendimentos da Atenção Especializada que não foram inseridos no sistema de regulação do governo estadual (Portal CROSS)?	5,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Saúde	28.1	Assinale o tipo de controle da lista de espera para os atendimentos da Atenção Especializada que não foram inseridos no sistema de regulação do governo estadual:	5,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	28.2	Assinale os serviços da Atenção Especializada com lista de espera que não foram inseridos no sistema de regulação do governo estadual (Portal CROSS):	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	28.2.1	Informe as 3 consultas médicas com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	28.2.2	Informe os 3 exames médicos	0,0	Mandatória	Infraestrutura de TIC, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		com maior tempo de espera:			
i-Saúde	28.2.3	Informe os 3 terapias/tratamentos médicos com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	28.2.4	Informe os 3 medicamentos com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	28.2.5	Informe as 3 OPM com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	28.2.6	Informe as 3 Cirurgias eletivas da Atenção Especializada com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	28.2.7	Informe os 3 Outros serviços da Atenção Especializada com maior tempo de espera:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	29.0	O município mantém atualizado o Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde (CNES)?	15,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	30.0	O município possui Complexo Regulador Municipal?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	30.1	O Complexo Regulador Municipal possui Central de Regulação?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	30.1.1	Assinale os tipos de central de regulação municipal ou regional utilizados pelo	9,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		município:			
i-Saúde	31.0	O município possui serviços de atenção pré-hospitalar e Central Samu 192 ou integra Central Samu 192 de abrangência regional?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	31.1	Tempo de resposta em minutos dos atendimentos do SAMU (ou equivalente):	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	31.2	As equipes da Central de Regulação das Urgências tiveram ao menos a composição mínima estipulada na legislação no decorrer do exercício?	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Saúde	31.3	As equipes das Unidades Móveis tiveram ao menos a composição mínima estipulada na legislação no decorrer do exercício?	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Saúde	32.0	O município utiliza sistema informatizado para gerenciar o estoque de materiais e insumos médicos?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	32.1	Assinale as funções do sistema de gestão de estoque de materiais e insumos médicos:	45,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	33.0	O município possui	0,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade,

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		Ouvidoria da Saúde implantada?			Pessoas
i-Saúde	33.1	Assinale as características da Ouvidoria da Saúde:	10,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Saúde	34.0	O município utiliza o Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente que, além de permitir a disseminação de informações, o registro e o encaminhamento das manifestações dos cidadãos, possibilita troca de informações entre os órgãos responsáveis pela gestão do SUS?	5,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	35.0	O município possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	35.1	Assinale as características do componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria -SNA:	15,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	35.2	As auditorias concluídas (encerradas) do exercício de 2024 pelo componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA estão disponibilizadas em site para consulta?	10,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Saúde	35.2.1	Informe a página	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/P

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		eletrônica (site) de divulgação dos resultados das auditorias concluídas (encerradas) em 2024:			ublicidade, Pessoas
i-Saúde	36.0	O município utiliza sistema informatizado para gerenciar o estoque de itens de medicamentos?	40,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	36.1	Assinale as funções existentes no sistema próprio de gestão de estoque de medicamentos:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	37.0	Informe:	90,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	38.0	Houve a disponibilização do serviço de telemedicina em 2024?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	38.1	Assinale os serviços disponibilizados:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	38.2	Foi utilizado sistema informatizado para prescrição eletrônica, que possibilitasse a emissão de receitas e atestados, assinados eletronicamente ?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	38.2.1	Assinale a ferramenta utilizada para prescrição e assinatura eletrônica:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	38.3	Assinale as modalidades de consultas e registros realizados referentes aos serviços de telemedicina:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Saúde	39.0	Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	39.1	Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário.	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Saúde	S2	Informe:	20,0	Mandatória	Pessoas
i-Saúde	S3	Informe:	25,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	S4	Informe n° exames (pré-natal) realizados nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal:	20,0	Mandatória	Pessoas
i-Saúde	S5	N° de Inspeções Sanitárias (todo procedimento realizado pela autoridade de vigilância sanitária competente que busca levantar e avaliar “in loco” os riscos à saúde da população presentes na produção e circulação de mercadorias, na prestação de serviços e	10,0	Mandatória	Pessoas
i-Saúde	S6	Sobre o Calendário Nacional de Vacinação, informe o percentual de cobertura:	100,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	S7	Informe o percentual de cobertura	20,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade,

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		vacinal para "Influenza" nos idosos acima de 60 anos de idade:			Pessoas
i-Saúde	S8	Percentual de Internações por causas sensíveis à atenção básica no total de internações (%) nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	S9	Sobre as internações SUS, informe a quantidade de internações em estabelecimentos de saúde sob Gestão Municipal:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	S10	Sobre a especialidade Obstétrica em estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2024, informe:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	S11	Sobre a especialidade Pediátrica em estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2024, informe:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	S12	Sobre a especialidade Clínica Médica em estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2024, informe:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Saúde	S13	Sobre a especialidade Cirúrgica em estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		2024, informe:			
i-Saúde	S14	Sobre os pacientes internados em estabelecimentos de saúde sob gestão municipal, informe:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	S15	Informe:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	S16	Informe:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Saúde	S17	Informe:	25,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	S18	Informe:	25,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	S19	Informe:	25,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	S20	Informe:	25,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Saúde	S1	Aplicação do mínimo constitucional em saúde:	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Amb	1.0	A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	1.1	A Prefeitura possui recursos humanos para operacionalização dos assuntos ligados ao Meio Ambiente?	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Amb	1.1.1	Informe:	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Amb	1.1.2	Os servidores responsáveis pelo Meio Ambiente receberam treinamento específico voltado ao Meio Ambiente em 2024?	20,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Amb	1.1.3	A Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou similar	10,0	Não tecnológica	Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		ofereceu cursos/treinamento sobre educação ambiental para qual público?			
i-Amb	1.2	Assinale os recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades de meio ambiente:	20,0	Mandatória	Infraestrutura de TIC, Treinamento, Pessoas
i-Amb	2.0	O Município participa de algum Programa de Educação Ambiental?	10,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Amb	2.1	Sobre programa ou ação de educação ambiental na rede escolar municipal, informe:	50,0	Habilitadora	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Amb	3.0	A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais?	10,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Amb	3.1	Assinale quais tipos de ações realizadas pela Prefeitura para o uso racional de recursos naturais:	20,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Amb	4.0	O município fiscalizou a emissão de poluentes de combustíveis fósseis (diesel) na frota da Prefeitura Municipal?	20,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	5.0	A Prefeitura Municipal	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		possui contrato de prestação de serviço de poda e corte de árvores, arbustos e outras plantas lenhosas em áreas urbanas?			
i-Amb	5.1	Informe o número do contrato e o prestador de serviço:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	5.2	A Prefeitura mantém uma periodicidade de poda/manutenção das árvores?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	5.2.1	Qual a destinação dos resíduos das podas de árvores?	20,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	5.3	O pessoal da prefeitura responsável por manutenção das árvores é devidamente orientado/treinado para realizar a poda de maneira correta?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	6.0	Existem ações e medidas preventivas de contingenciamento para os períodos de estiagem executados pela Prefeitura?	20,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Amb	6.1	Assinale as ações e medidas preventivas de contingenciamento para os períodos de estiagem executados pela Prefeitura:	50,0	Habilitadora	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Amb	6.2	Em quais setores existem ações e medidas	25,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		de contingenciamento específicos para provisão de água potável?			
i-Amb	7.0	O município possui seu Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico instituído?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	7.1	Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	7.2	Informe a página eletrônica (link na internet) do Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico:	2,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Amb	7.3	O Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico possui metas de abastecimento de água potável?	10,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	7.3.1	Assinale quais as metas estabelecidas sobre abastecimento de água potável:	20,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	7.3.2	Qual a data prevista para universalização do abastecimento de água potável no município?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	7.4	O Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico possui metas de coleta de esgoto?	10,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	7.4.1	Assinale quais as metas	20,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		estabelecidas sobre coleta de esgoto:			
i-Amb	7.4.2	Qual a data prevista para universalização da coleta de esgoto no município?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	7.5	O Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico possui metas de tratamento de esgoto?	30,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	7.5.1	Qual a data prevista para universalização do tratamento de esgoto no município?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	7.6	O Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico possui metas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	7.6.1	Assinale quais as metas estabelecidas sobre drenagem e manejo de águas pluviais urbanas:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	7.7	Realiza monitoramento e avaliação das ações e metas relacionadas ao abastecimento de água potável e esgotamento sanitário?	30,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Amb	7.7.1	De que forma é realizado o monitoramento e avaliação relacionadas ao abastecimento de água potável e esgotamento	0,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		sanitário?			
i-Amb	7.8	O Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico possui cronograma com as metas a serem cumpridas?	20,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	7.8.1	As metas do Plano relacionadas ao abastecimento de água potável e esgotamento sanitário estão sendo cumpridas no prazo estipulado?	50,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	7.8.1.1	Assinale os motivos pelos quais as metas relacionadas ao abastecimento de água potável e esgotamento sanitário não estão sendo cumpridas:	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Amb	7.9	Possui previsão para áreas prioritárias/críticas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário do município?	3,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	7.10	Qual a data da última revisão do Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	8.0	Foi elaborado o Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	8.1	Informe o	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		Instrumento normativo, Número e Data da publicação:			
i-Amb	8.2	Informe a página eletrônica (link na internet) do instrumento normativo do Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:	2,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Amb	8.3	A Prefeitura realizou a caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos sólidos urbanos gerados no município, identificando ainda sua origem?	10,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	8.3.1	Assinale a forma utilizada para caracterizar os resíduos sólidos do município:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	8.4	Possui cronograma com as metas a serem cumpridas de resíduos sólidos?	20,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	8.4.1	Assinale quais as metas estabelecidas sobre resíduos sólidos:	10,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	8.4.2	Realiza monitoramento e avaliação das ações e metas de resíduos sólidos?	30,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	8.4.2.1	De que forma é realizado o monitoramento e avaliação das ações e metas de resíduos	0,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		sólidos?			
i-Amb	8.4.3	As metas do Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos estão sendo cumpridas no prazo estipulado?	50,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	8.4.3.1	Assinale os motivos pelos quais as metas do Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não estão sendo cumpridas:	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Amb	8.4.4	Qual a data da última revisão do Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	9.0	A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	9.1	A coleta seletiva ocorre de forma programada (determinados os horários e dias da semana)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	9.2	Todas as regiões do município são atendidas pela coleta seletiva?	100,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	9.3	A Prefeitura incentiva e orienta a população por meio de Ações e/ou Campanhas sobre a	5,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		importância da coleta seletiva?			
i-Amb	9.3.1	Assinale quais Ações e/ou Campanhas foram realizadas:	5,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Amb	10.0	É realizada a coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	10.1	A coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares) ocorre de forma programada (determinados os horários e dias da semana)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	10.2	Todas as regiões do município são atendidas pela coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares)?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	10.3	Existe Área de Transbordo e Triagem (ATT) para os Resíduos Sólidos Urbanos no município?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	10.3.1	Existe licença de operação da CETESB para a Área de Transbordo e Triagem (ATT) de Resíduos Sólidos Urbanos?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	10.3.1.1	Informe o prazo de validade da licença:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	11.0	A prefeitura possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado de acordo com a	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		resolução CONAMA 307/2002 e suas alterações?			
i-Amb	11.1	Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	11.2	Informe a página eletrônica (link na internet) do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC):	2,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Amb	11.3	Possui cronograma com as metas a serem cumpridas?	30,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	11.3.1	Informe quais metas estão previstas:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	11.3.2	Realiza monitoramento e avaliação das ações e metas?	20,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	11.3.2.1	De que forma é realizado o monitoramento e avaliação?	0,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Amb	11.3.3	As metas do Plano estão sendo cumpridas no prazo estipulado?	40,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	11.3.3.1	Assinale os motivos pelos quais as metas não estão sendo cumpridas:	0,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Amb	11.4	Quem é o responsável pela triagem dos resíduos da construção civil?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	11.5	A Prefeitura realiza fiscalizações das atividades envolvidas no gerenciamento dos resíduos da	10,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		construção civil?			
i-Amb	11.5.1	Em quais atividades são realizadas essas fiscalizações?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	11.6	Existe Área de Transbordo e Triagem (ATT) para os Resíduos da Construção Civil no município?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	11.6.1	Existe licença de operação da CETESB para a Área de Transbordo e Triagem (ATT) de Resíduos da Construção Civil?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	11.6.1.1	Informe o prazo de validade da licença:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	12.0	Antes de aterrar o lixo, o município realiza algum tipo de processamento de resíduos?	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Amb	12.1	Assinale qual a forma realizada de processamento de resíduos:	54,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Amb	13.0	Existe aterro para os resíduos sólidos urbanos (lixo doméstico e limpeza urbana) no município?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	13.1	Assinale as características do local de destinação final dos resíduos sólidos urbanos do município (aterro):	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Amb	13.1.1	Informe a data provável de fechamento do aterro:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	13.2	Existe licença de operação da	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		CETESB para a área de aterro?			
i-Amb	13.2.1	Informe o prazo de validade da licença:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	14.0	Existem pontos de descarte irregular de lixo no munícipio?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	14.1	Informe a quantidade de pontos identificados:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	14.2	Informe o endereço dos locais identificados:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	14.3	Assinale as ações promovidas pela Prefeitura para combater o descarte irregular de lixo no ano:	30,0	Habilitadora	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Amb	15.0	O Município definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico?	2,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	15.1	Assinale quais os serviços que possuem entidade responsável pela regulação e fiscalização:	3,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	15.1.1	Informe a entidade responsável pela regulação e fiscalização do abastecimento de água potável do município:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	15.1.2	Informe a entidade responsável pela regulação e fiscalização do esgotamento sanitário do	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		município:			
i-Amb	15.1.3	Informe a entidade responsável pela regulação e fiscalização de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do município:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	15.1.4	Informe a entidade responsável pela regulação e fiscalização de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas do município:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	16.0	Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	16.1	Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário.	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	A1	Informe o ICTEM - Indicador de Coleta de Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	A2	Utilização do IQR (Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos):	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	A3	Informe o IQT - Índice de Qualidade de Estações de Transbordo:	0,0	Habilitadora	Software, Pessoas
i-Amb	A4	Foram	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		enviados / informados os dados relativos ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais urbanas ao SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico)?			
i-Amb	A4.1	Informe quais dados foram enviados ao SINISA:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	A4.1.1	Dados sobre abastecimento de água e esgotamento sanitário:	90,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	A4.1.2	Dados sobre limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	20,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	A4.1.3	Dados sobre limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	22,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	A4.1.4	Dados sobre drenagem e manejo de águas pluviais urbanas:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Amb	A5	Foi instituída taxa / tarifa de cobrança dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Amb	A6	O município utiliza balança para pesagem rotineira dos resíduos sólidos coletados?	5,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades	1.0	Foi criada a Coordenadoria	40,0	Não tecnológica	Comunicação/ Publicidade,

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
Protegidas (rótulo analítico)		Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC ou órgão similar responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no município?			Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	1.1	Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação da criação da COMPDEC ou órgão similar:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	1.2	Informe a página eletrônica (link na internet) do instrumento normativo que criou a COMPDEC ou órgão similar:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	1.3	A COMPDEC ou órgão similar está associada ou subordinada a qual secretaria/diretoria?	5,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	1.4	Os órgãos e entidades da administração pública municipal atuam de forma sistêmica, articulados com a COMPDEC, nas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de acordo com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC?	50,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade,	1.5	Informe o	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
Cidades Protegidas (rótulo analítico)		motivo de a COMPDEC ou órgão similar ainda ter sido instituída:			
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	2.0	Sobre treinamento e capacitação sobre Proteção e Defesa Civil, a Prefeitura capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil?	20,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	2.1	Qual a data da última capacitação dos agentes municipais para ações de Defesa Civil?	30,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	2.2	A Prefeitura Municipal ofereceu cursos/treinamento sobre Proteção e Defesa Civil para qual público?	10,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	3.0	O Município realiza ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações de proteção e defesa civil?	10,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	3.1	Assinale quais ações foram realizadas:	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Cidade, Cidades	3.1.1	Qual a data do último	10,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
Protegidas (rótulo analítico)		treinamento de associações de voluntários?			
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	4.0	O Município recebeu a Carta Geotécnica de Suscetibilidade, Aptidão à Urbanização e Risco?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	4.1	Assinale quais os tipos de ameaças potenciais identificadas na Carta Geotécnica:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	4.2	A Carta Geotécnica de Suscetibilidade, Aptidão à Urbanização e Risco consta no Plano Diretor?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	5.0	O Município realizou, por conta própria, o mapeamento e identificação das principais ameaças existentes em seu território?	200,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	5.1	Assinale as principais ameaças identificadas:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	5.1.1	As secretarias setoriais realizaram a fiscalização das áreas de risco?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	5.1.2	O município possui áreas de risco com possibilidade de ocupação/invasão?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	5.1.2.1	Assinale os mecanismos para vedar novas ocupações nas áreas de riscos:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades	5.2	A população foi informada sobre	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
Protegidas (rótulo analítico)		todas as ameaças identificadas pelo município?			
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	6.0	A Secretaria responsável realizou vistorias em edificações vulneráveis com o objetivo de identificar a necessidade de intervenção preventiva nos imóveis?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	7.0	O Município possui Plano de Contingência Municipal, PLANCON, de Defesa Civil?	50,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	7.1	Foi elaborado um PLANCON específico para cada ameaça identificada?	5,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	7.2	São realizados regularmente exercícios simulados para as contingências previstas no PLANCON?	80,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	7.3	O Município possui sistema de alerta para desastres?	50,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	7.3.1	Assinale os tipos de sistemas de alerta utilizados pelo Município:	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	7.4	O Município dispõe de sinal, dispositivo ou sistema de alarme para desastres?	50,0	Mandatória	Infraestrutura de TIC, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	7.4.1	Assinale os tipos de sinal, dispositivo ou sistema de alarme utilizado pelo Município:	0,0	Mandatória	Software, Infraestrutura de TIC, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Cidade,	7.5	Possui cadastro	10,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
Cidades Protegidas (rótulo analítico)		dos locais para abrigo à população em situação de desastre junto à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC)?			
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	7.6	O Município possui cadastro da lista de fornecedores para coleta e distribuição de suprimentos de ajuda humanitária para o caso de desastre?	10,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	7.7	Qual a data da última atualização do PLANCON?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	8.0	O Município possui um canal de atendimento de emergência à população para registro de ocorrências de desastres?	50,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	8.1	Assinale os canais que possui:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	8.1.1	Sobre o número de telefone de emergência, utiliza o número 199 da Defesa Civil?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	8.1.1.1	O telefone 199 tem atendimento 24 horas por dia?	20,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	8.2	O Município registra as ocorrências de Defesa Civil de forma eletrônica?	50,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade,	9.0	O Município	100,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
Cidades Protegidas (rótulo analítico)		realizou um estudo de avaliação da estrutura de todas as escolas e unidades de saúde para garantir que, em caso de desastre, esses locais estejam preparados para abrigar e atender a população afetada?			
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	10.0	O Município elaborou seu Plano de Mobilidade Urbana?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	11.0	No Município existe transporte público coletivo?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	11.1	Foram estabelecidas metas de qualidade e desempenho para o transporte público coletivo municipal?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	11.1.1	As metas de qualidade e desempenho do transporte público coletivo estão sendo atingidas?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	11.1.1.1	Foi aplicada penalidade pela meta não cumprida?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	11.2	Foi realizada pesquisa de satisfação dos usuários do transporte público coletivo em 2024?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas	11.2.1	Foram realizadas ações com base nesta	0,0	Habilitadora	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
(rótulo analítico)		pesquisa?			
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	11.3	Quanto ao custo do transporte público (tarifa de remuneração da prestação de serviço de transporte público) e o preço de passagem (tarifa pública cobrada do usuário), informe qual o resultado no ano de 2024:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	11.3.1	Informe a página eletrônica (link na internet) em que os benefícios tarifários concedidos no valor das tarifas do transporte público foram divulgados:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	12.0	O Município possui transporte remunerado privado individual de passageiros (táxi por aplicativos)?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	12.1	O Município regulamentou o transporte remunerado privado individual de passageiros (táxi por aplicativos)?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	12.1.1	Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	12.1.2	Informe a página eletrônica (link na internet) do instrumento normativo de transporte	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		remunerado privado individual de passageiros:			
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	12.1.3	O Município fiscaliza regularmente o transporte remunerado privado individual de passageiros (táxi por aplicativo)?	0,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	12.1.3.1	Informe a periodicidade:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	13.0	Foram realizadas ações para estimular a adoção/uso dos meios de transporte não motorizados em 2024?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	13.1	Assinale as ações realizadas para estimular a adoção/uso dos meios de transporte não motorizados em 2024:	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	13.1.1	Possui um cronograma de manutenção da infraestrutura das ciclovias ou ciclofaixas?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	13.1.1.1	As manutenções preventivas da infraestrutura das ciclovias ou ciclofaixas foram realizadas dentro do prazo?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	14.0	O Município adequou os calçamentos públicos para acessibilidade das pessoas com deficiência e restrição de mobilidade?	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	14.1	Informe os recursos de acessibilidade oferecidos pela Prefeitura:	0,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	15.0	As vias públicas pavimentadas estão devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação?	50,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	16.0	Há manutenção adequada das vias públicas no Município?	50,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	17.0	Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	17.1	Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário.	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	C1	O Município estava inscrito no Programa Construindo Cidades Resilientes 2030 da ONU?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico)	C1.1	O Município foi classificado em qual estágio do Programa?	50,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	1.0	A Prefeitura possui uma área ou setor que cuida de Tecnologia da	30,0	Habilitadora	Treinamento, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		Informação e Comunicação (TIC)?			
i-Gov TI	1.1	Informe a quantidade:	30,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Gov TI	1.2	A prefeitura municipal definiu formalmente as atribuições do pessoal do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)?	30,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	1.3	A prefeitura disponibilizou capacitação para o pessoal da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)?	30,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Gov TI	1.3.1	Informe em quais áreas houve capacitação:	30,0	Mandatória	Software, Infraestrutura de TIC, Treinamento, Pessoas
i-Gov TI	1.4	Nas licitações e contratos que tenham como soluções o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação, houve participação formalizada do pessoal de TIC?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	1.4.1	Assinale as etapas que o pessoal de TIC participa:	40,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	1.4.2	Sobre programas de computador (softwares) adquiridos ou licenciados nos últimos 5 anos, foi realizada análise ou estudo antes de sua contratação com a	20,0	Mandatória	Software, Infraestrutura de TIC, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		participação do pessoal de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)?			
i-Gov TI	2.0	A prefeitura municipal possui um PDTIC, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?	40,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	2.1	Informe a página eletrônica (link na internet) do PDTIC:	20,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	2.2	O plano de TIC vigente contempla:	40,0	Não tecnológica	Treinamento, Pessoas
i-Gov TI	2.3	Qual a data da última atualização do PDTIC?	20,0	Habilitadora	Pessoas
i-Gov TI	3.0	A Prefeitura dispõe de Política de Segurança da informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório?	50,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Gov TI	3.1	A Prefeitura estabelece procedimentos e responsabilidades quanto ao uso da tecnologia da informação pelos funcionários municipais, conhecido como Termo de Responsabilidade/Compromisso	20,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
i-Gov TI	3.1.1	O Termo de Responsabilidade/Compromisso dispõe sobre o uso da assinatura eletrônica pelos funcionários municipais?	40,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Gov TI	3.1.1.1	Informe o tipo de assinatura eletrônica utilizada nos documentos digitais:	10,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Gov TI	3.2	Os riscos de TIC são identificados de acordo com as normas brasileiras da família ISO/IEC 27000?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	3.2.1	Informe quais normas da família ISO/IEC 27000 são utilizadas nos processos de segurança no uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC):	10,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	3.3	Os riscos de TIC são identificados de acordo com as normas da ABNT NBR ISO/IEC 31000?	30,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Gov TI	3.4	A Prefeitura possui um Plano de Continuidade dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)?	30,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Gov TI	3.5	A Prefeitura dispõe de política de cópias de segurança (backup)	30,0	Mandatória	Software, Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório?			
i-Gov TI	3.6	A Prefeitura possui inventário atualizado dos ativos de TIC?	20,0	Habilitadora	Pessoas
i-Gov TI	3.6.1	Como é composta a base de ativos:	0,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Gov TI	4.0	O município regulamentou a Lei de Acesso à Informação?	40,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	4.1	Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	4.2	Página eletrônica (link na internet) do instrumento normativo:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	5.0	O município regulamentou a Lei sobre Eficiência Pública (Governo Digital)?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Gov TI	5.1	Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	5.2	Página eletrônica (link na internet) do instrumento normativo :	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	5.3	A Prefeitura implantou soluções digitais para trâmite de processos administrativos?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	6.0	A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas?	20,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	6.1	O site eletrônico da prefeitura	20,0	Mandatória	Software, Comunicação/P

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		continha ferramenta de pesquisa/busca interna de conteúdo?			ublicidade, Pessoas
i-Gov TI	6.2	O site possibilita o download de dados/informações em formatos abertos e não proprietários?	20,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	6.3	O site disponibiliza as respostas a perguntas mais frequentes da sociedade?	10,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	6.4	O site disponibiliza acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência?	30,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	7.0	A Prefeitura disponibiliza no site o Serviço de Informação ao Cidadão/e-SIC (LF nº 12.527/11)?	25,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	7.1	A solicitação por meio do e-SIC é simplificada (sem a exigência de itens de identificação do requerente e demais dados desnecessários à solicitação)?	10,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Gov TI	7.2	O Serviço de Informação ao Cidadão/e-SIC apresentou possibilidade de acompanhamento da solicitação?	10,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Gov TI	7.3	Há necessidade de ser informado os motivos para a solicitação de informações de interesse	5,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		público?			
i-Gov TI	8.0	A Prefeitura possui programas de computador (softwares) para gestão de processos?	40,0	Mandatória	Software, Infraestrutura de TIC, Pessoas
i-Gov TI	8.1	Os programas de computador (softwares) englobam quais processos/setores?	0,0	Mandatória	Software, Infraestrutura de TIC, Treinamento, Pessoas
i-Gov TI	8.2	Informe quais sistemas encontram-se integrados ao Sistema de Contabilidade do município:	0,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Gov TI	8.2.1	Informe o nível de integração entre o Sistema da Dívida Ativa e o de Contabilidade:	50,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Gov TI	8.2.2	Informe o nível de integração entre o Sistema de Precatórios e o de Contabilidade:	30,0	Mandatória	Software, Pessoas
i-Gov TI	8.3	Assinale quais bases de dados encontram-se sob gestão direta da Prefeitura:	0,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Gov TI	8.4	Assinale quais sistemas possuem controle de acesso à informação:	0,0	Mandatória	Software, Treinamento, Pessoas
i-Gov TI	9.0	A Prefeitura ofereceu serviços de forma online?	0,0	Habilitadora	Comunicação/ Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	9.1	Quais tipos de serviços?	120,0	Mandatória	Software, Treinamento, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	9.2	Quais as formas de atendimento à distância	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade,

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		disponibilizadas ao público pela Prefeitura?			Pessoas
i-Gov TI	10.0	A Prefeitura Municipal regulamentou o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, segundo a LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018)?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	10.1	Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	10.2	Informe a página eletrônica (link na internet):	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	10.3	Os contratos com os prestadores de serviços contêm cláusulas de observância à LGPD?	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	10.4	A Prefeitura Municipal realizou mapeamento de dados (data mapping)?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Gov TI	10.5	Foram adotadas medidas de segurança, técnicas e administrativas a fim de proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Gov TI	10.5.1	Informe as medidas adotadas:	0,0	Não tecnológica	Pessoas
i-Gov TI	11.0	A Prefeitura Municipal designou um encarregado	0,0	Não tecnológica	Pessoas

Dimensão	Quesito	Texto do quesito	Pontuação máxima	Classificação	Eixo ou eixos
		para as operações de tratamento de dados pessoais?			
i-Gov TI	11.1	Informe a página eletrônica (link no site da prefeitura), que contenha a identidade e as informações de contato do encarregado:	0,0	Mandatória	Software, Comunicação/Publicidade, Pessoas
i-Gov TI	12.0	Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?	0,0	Habilitadora	Pessoas
i-Gov TI	12.1	Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário.	0,0	Habilitadora	Pessoas

**Verificação de consistência.* A soma desta lista reproduz exatamente os totais de C.1: 259 quesitos mandatórios somando 3.436,0 pontos, 310 habilitadores somando 2.517,5 pontos, e 325 não tecnológicos somando 1.076,5 pontos, com 894 quesitos e 7.030,0 pontos no total.*

Anexo D. Governança de TI, quesitos reproduzidos da base bruta

Quesito	Indicador	Respondentes	Sim	Não	% Não
1.0	Área ou setor de TIC	644	489	155	24,1%
1.2	Atribuições formais	489	395	94	19,2%
1.3	Capacitação do pessoal de TIC	489	254	235	48,1%
1.4	Participação de TIC nas contratações	489	403	86	17,6%
2.0	PDTIC vigente	644	236	408	63,4%
3.0	Política de segurança	644	289	355	55,1%
3.3	Riscos de TIC segundo ISO 31000	289	92	197	68,2%
3.4	Plano de continuidade	289	135	154	53,3%
8.0	Software de gestão de processos	644	637	7	1,1%

Recomputado em 17 de setembro de 2026 sobre a exportação oficial de respostas do TCE SP, exercício 2024. Os nove quesitos apresentaram apenas respostas sim e não após a normalização declarada.

Anexo E. Escopo e integração dos sistemas municipais

Área	Possui	Integra	Base própria	Controle de acesso	Completo	% possui	% completo
Recursos humanos / Departamento pessoal	636	561	594	619	517	98,8%	81,3%
Gestão de tributos (arrecadação)	635	584	594	616	537	98,6%	84,6%
Contabilidade	634	n/a	593	630	591	98,4%	93,2%
Compras, licitações e contratos	634	614	593	619	565	98,4%	89,1%
Dívida Ativa	626	513	581	591	463	97,2%	74,0%
Gestão patrimonial (bens e equipamentos)	625	541	577	589	484	97,0%	77,4%
Almoxarifado	606	520	565	568	465	94,1%	76,7%
Certidões e alvarás	585	329	527	532	294	90,8%	50,3%
Saúde	583	245	493	505	219	90,5%	37,6%
Planejamento	534	474	486	485	415	82,9%	77,7%
Controle de frotas	529	318	482	479	287	82,1%	54,3%
Controle Interno	524	354	480	467	320	81,4%	61,1%
Ensino (educação)	439	192	350	371	168	68,2%	38,3%
Cemitérios	422	221	382	372	201	65,5%	47,6%
Precatórios	345	222	280	279	184	53,6%	53,3%
Saneamento	234	129	191	196	107	36,3%	45,7%
Gestão de negócios (Business Intelligence)	196	140	159	163	113	30,4%	57,7%

Denominador de posse: 644 municípios. Denominador de completude: municípios que possuem sistema na área. Contabilidade não tem medida de integração a si mesma.

Anexo F. Presença textual das 25 práticas nos 191 PDTI encontrados, metodologia Ana Smart Solutions com referência no Guia SISP

Id	Prática	Presente	Incerto	Não evid.	% presença	% presença, 113 elegíveis A e B
P01	Contextualização institucional do município	38	26	122	20,4%	23,9%
P02	Justificativa da necessidade do plano	27	40	119	14,5%	16,8%
P03	Glossário de termos e siglas	61	8	117	32,8%	37,2%
P04	Vigência declarada e órgãos abrangidos	111	30	45	59,7%	69,9%
P05	Equipe responsável pela elaboração	76	29	81	40,9%	46,9%
P06	Metodologia de elaboração	104	17	65	55,9%	55,8%
P07	Documentos de referência e bases legais	70	27	89	37,6%	40,7%
P08	Estrutura organizacional	91	39	56	48,9%	45,1%

Id	Prática	Presente	Incerto	Não evid.	% presença	% presença, 113 elegíveis A e B
	de TI					
P09	Princípios e diretrizes de governança de TIC	74	29	83	39,8%	41,6%
P10	Referência explícita ao i Gov TI do IEGM	50	21	115	26,9%	29,2%
P11	Missão, visão, valores ou objetivos estratégicos de TI	114	21	51	61,3%	61,9%
P12	Análise SWOT ou FOFA	64	21	101	34,4%	42,5%
P13	Alinhamento com PPA, LDO, LOA ou plano de governo	66	32	88	35,5%	39,8%
P14	Inventário ou levantamento de necessidades	87	38	61	46,8%	52,2%
P15	Plano de capacitação ou dimensionamento de pessoal de TI	37	48	101	19,9%	23,9%
P16	Plano de metas e ações	108	36	42	58,1%	61,1%
P17	Orçamento ou estimativa de custo das ações	64	77	45	34,4%	38,1%
P18	Indicadores, linha de base ou metas mensuráveis	53	51	82	28,5%	29,2%
P19	Gestão ou mapa de riscos	68	63	55	36,6%	41,6%
P20	Processo de revisão ou monitoramento do plano	118	38	30	63,4%	69,9%
P21	Fatores críticos de sucesso	64	16	106	34,4%	38,9%
P22	Conclusão, aprovação ou assinatura	61	21	104	32,8%	43,4%
P23	Segurança da informação e continuidade	74	61	51	39,8%	42,5%
P24	LGPD, dados pessoais ou encarregado	60	37	89	32,3%	35,4%
P25	Publicação	38	56	92	20,4%	26,5%

Id	Prática	Presente	Incerto	Não evid.	% presença	% presença, 113 elegíveis A e B
	oficial ou endereço eletrônico do plano					

Denominador de 186 documentos lidos entre os 191 PDTI encontrados, por prática; os 5 sem texto do plano disponível permanecem na contagem de encontrados. A coluna final usa o denominador dos 113 elegíveis lidos das camadas A e B. A leitura consolidou 4.650 decisões, 186 documentos vezes 25 práticas, com registro de trecho recuperado. Presente significa que a informação foi encontrada no plano. As práticas P17 a P21 e P25 foram lidas no texto integral de cada plano; nas demais, a busca é feita por trecho.

Anexo F.2. Etapa anterior, amostra documental inicial de 48 planos

Id	Prática	PRESENT	UNCERTAIN	NOT EVID.	% presença
P01	Contextualização institucional do município	45	0	3	93,8%
P02	Justificativa da necessidade do plano	39	0	9	81,2%
P03	Glossário de termos e siglas	19	0	29	39,6%
P04	Vigência declarada e órgãos abrangidos	48	0	0	100,0%
P05	Equipe responsável pela elaboração	33	1	14	68,8%
P06	Metodologia de elaboração	37	0	11	77,1%
P07	Documentos de referência e bases legais	35	0	13	72,9%
P08	Estrutura organizacional de TI	39	1	8	81,2%
P09	Princípios e diretrizes de governança de TIC	38	0	10	79,2%
P10	Referência explícita ao i Gov TI do IEGM	28	0	20	58,3%
P11	Missão, visão, valores ou objetivos estratégicos de TI	39	0	9	81,2%
P12	Análise SWOT ou FOFA	23	0	25	47,9%
P13	Alinhamento com PPA, LDO, LOA ou plano de governo	29	0	19	60,4%
P14	Inventário ou levantamento de necessidades	47	0	1	97,9%
P15	Plano de capacitação ou dimensionamento	35	0	13	72,9%

Id	Prática	PRESENT	UNCERTAIN	NOT EVID.	% presença
	de pessoal de TI				
P16	Plano de metas e ações	43	0	5	89,6%
P17	Orçamento ou estimativa de custo das ações	29	0	19	60,4%
P18	Indicadores, linha de base ou metas mensuráveis	22	1	25	45,8%
P19	Gestão ou mapa de riscos	34	1	13	70,8%
P20	Processo de revisão ou monitoramento do plano	37	0	11	77,1%
P21	Fatores críticos de sucesso	24	0	24	50,0%
P22	Conclusão, aprovação ou assinatura	34	1	13	70,8%
P23	Segurança da informação e continuidade	40	0	8	83,3%
P24	LGPD, dados pessoais ou encarregado	29	0	19	60,4%
P25	Publicação oficial ou endereço eletrônico do plano	38	0	10	79,2%

Denominador de 48 documentos da etapa inicial, com identidade confirmada e vigência em 2024, por prática. Não representa os 115 elegíveis do recorte documental de 08/10/2026. A leitura assistida consolidou 1.200 decisões, 48 documentos vezes 25 práticas, com registro de trecho e justificativa. A comparação com a leitura dos 191 documentos e a conferência de 40 divergências estão descritas na seção 3.3.

Anexo G. Cobertura normativa por dimensão do IEGM

Dimensão	Quesitos mapeados	ISO 37120	ISO 37122	ISO 37123	ISO 37125	SUS Digital	LGPD	ATRICON	ODS
i-Saúde	64	9,4%	15,6%	6,2%	23,4%	70,3%	46,9%	21,9%	48,4%
i-Educ	54	13,0%	3,7%	0,0%	3,7%	0,0%	16,7%	11,1%	72,2%
i-Fiscal	53	43,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,7%	60,4%	3,8%
i-Amb	37	94,6%	0,0%	5,4%	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%	27,0%
i-Cidade	28	32,1%	7,1%	57,1%	3,6%	0,0%	3,6%	0,0%	7,1%
i-Plan	27	11,1%	0,0%	0,0%	3,7%	3,7%	7,4%	51,9%	44,4%
i-Gov TI	19	0,0%	0,0%	5,3%	15,8%	15,8%	36,8%	36,8%	21,1%
Total geral	**282**	**29,4%**	**5,0%**	**8,2%**	**8,2%**	**17,4%**	**18,4%**	**25,9%**	**35,5%**

Nesta tabela e nas figuras, i-Cidade é a forma curta de i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico). Percentual dos quesitos mapeados da dimensão com ao menos um vínculo à normativa da coluna. As linhas não somam 100% porque um quesito pode ter vários vínculos. O total geral usa quesitos distintos e, aqui, é também a soma das linhas, porque a normalização eliminou a duplicidade. Recomputado em 15 de setembro de 2026 sobre o cadastro de origem, com normalização de acentuação e espaços na chave do quesito: o denominador passa de 283 para 282 e a dimensão i-Saúde passa de 65 para 64. Um vínculo ISO não pôde ser desagregado entre 37120, 37122 e 37123, porque seu item de destino está gravado como texto de trabalho, e por isso entra no denominador e em nenhuma das três colunas.

Anexo H. Série de faixas do IEGM, exercícios 2023 e 2024

Dimensão	A 2023	A 2024	B+ 2023	B+ 2024	B 2023	B 2024	C+ e C 2023	C+ e C 2024
IEGM geral	0	0	0	3	78	97	566	544
i-Planejamento	0	2	9	10	50	51	585	581
i-Fiscal	0	0	20	50	258	344	366	250
i-Educ	0	0	18	35	215	244	411	365
i-Saúde	0	0	39	61	324	343	281	240
i-Amb	1	0	27	19	100	102	516	523
i-Cidade	10	17	55	57	104	76	475	494
i-Gov TI	29	38	83	86	89	104	443	416

Nesta tabela, i-Cidade é a forma curta de i-Cidade, Cidades Protegidas (rótulo analítico). Denominador pareado de 644 municípios nos dois exercícios. O IEGM geral em faixa C ou C+ passou de 566 de 644, 87,9%, para 544 de 644, 84,5%.

Anexo I. Proveniência oficial e cadeia de derivação

Fonte oficial primária	Identificador, derivação e uso no estudo
TCE SP, IEGM 2025, dados do exercício 2024	Comunicado AUDESP 43 de 2024 e anexos oficiais: manual, questionário e instrução de preenchimento. A exportação de respostas municipais com 842.581 linhas e 644 municípios alimenta os indicadores de governança, pessoas, sistemas e PDTIC. https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/preenchimento-questionarios-ieg-m-2025-dados-exercicio-2024
TCE SP, plataforma pública do IEGM	Faixas municipais e resultados dos exercícios 2023 e 2024. Uso: série histórica e grupos de comparação. https://iegm.tce.sp.gov.br/
IBGE, estimativas populacionais municipais de 2024	População de referência para os estratos pequeno, médio e grande. Uso: 391 municípios até 20 mil habitantes, 212 entre 20.001 e 200 mil e 41 acima de 200 mil. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html
Prefeituras e diários oficiais municipais	Os endereços foram declarados pelos municípios ao TCE SP no quesito i Gov TI 2.1. Cada documento foi conferido por identidade, vigência e recipiente. A coleta preserva URL, data, título, município e forma de obtenção. Uso: cascata documental e leitura das 25 práticas.
Prefeitura de Pindamonhangaba, Lei Municipal 6.563 de 2022	Artigo 114 D, inciso X. Uso: precedente jurídico municipal para planejamento integrado de tecnologia e cidade. A norma prova viabilidade jurídica do instrumento, sem provar eficácia.
Secretaria Geral de Governo de Goiás, Termo de Referência do Goiás Inteligente	Processo SEI 202400005043499 e SISLOG 110400, documento integral de 11 páginas. Uso: objeto, etapas, entregas, valor, vigência, cobertura e comparação de escopo. A página institucional complementa o contexto: https://goias.gov.br/governo/cidades-inteligentes/goias-inteligente/
Portal Nacional de Contratações Públicas	Contratos e avisos localizados por busca temática, com conferência individual de objeto, contratante e valor. Uso: comparáveis de contratação. A amostra é um piso observado, não o total de mercado. https://pncp.gov.br/
Planalto, legislação federal consolidada	Leis 14.133 de 2021, 11.079 de 2004, 8.987 de 1995, 11.445 de 2007, 13.709 de 2018 e 12.527 de 2011. Uso: contratação, PPP, concessão, saneamento, proteção de dados e transparência. https://www.planalto.gov.br/
TCU, decisões e referenciais oficiais	Acórdãos citados individualmente e Referencial de Controle Externo de Concessões e PPPs de 2024. Uso: limites jurídicos, governança, estruturação e controle. https://portal.tcu.gov.br/
ISO, catálogo e notas técnicas oficiais	ISO 37120, 37122, 37123, 37124 e 56001. Uso: indicadores urbanos, leitura integrada, institucionalização e limites de inferência. O estudo mapeia práticas e requisitos, sem afirmar certificação. https://www.iso.org/standards.html
Ministério da Saúde, ATRICON, Nações Unidas e legislação brasileira	Catálogos oficiais do SUS Digital, PNTP, ODS e LGPD. Uso: cruzamento normativo autoral com 282 quesitos IEGM distintos. O cadastro do DIRECITY GOV é produto analítico derivado dessas fontes, não fonte oficial autônoma.
Banco Mundial, OCDE, BID, TCU, BNDES e Transferegov	Publicações oficiais identificadas no Anexo J e no Anexo L. Uso: prontidão de projetos, financiamento subnacional, custo benefício, PPP, transferências e capacidade institucional. Cada referência mantém escopo, denominador e limite de transferência.

Anexo J. Referências externas

Todas consultadas em 15 de setembro de 2026.

Fonte	O que sustenta	Limite da evidência
IRB, origem e disseminação do IEGM irbcontas.org.br/iegm	Idealização pelo TCESP em 2015 e disponibilização aos Tribunais de Contas pelo IRB	A página não informa quantos tribunais adotaram
Portal IEGM Brasil, exercício 2024 iegm.irbcontas.org.br	Referência histórica de disseminação do índice	Sem contagem nacional revalidada nesta edição
Mapa de Governo Digital gov.br/governodigital	Cinco dimensões municipais e comparação com estado, região e porte	Fonte MUNIC e ANATEL, não é o IEGM
Carta Brasileira para Cidades Inteligentes gov.br/cidades	Transformação digital urbana como ação planejada e conectada a problemas concretos	Documento de diretriz, não normativo obrigatório
OCDE, digitalização de governos subnacionais oecd.org	Carências de competências, infraestrutura, segurança e coordenação	Escopo internacional, não valida percentuais paulistas
Banco Mundial, financiamento subnacional worldbank.org	Barreiras de demanda, oferta e regulação, e papel de dados e capacidade de absorção	Sustenta mecanismo de preparação, não promessa de recurso
Goiás Inteligente, página institucional goias.gov.br	Apoio declarado aos 246 municípios goianos com referências ISO 37120, 37122 e 37123	Declaração do programa. **O termo de referência qualifica a cobertura: 246 no levantamento e 39 priorizados**
Goiás Inteligente, termo de referência. Processo SEI 202400005043499	Objeto, valor de R$ 1.969.700,00, cinco etapas, dez entregas, natureza não continuada e 16 meses de vigência	Termo de referência, não o contrato assinado nem os relatórios de execução
Ministério das Cidades, edital SNDUM 1 de 2026 PDF oficial no portal gov.br/cidades	Assessoria técnica para estratégias municipais de transformação digital urbana e previsão de até 20 propostas no item 1.3	O edital define seleção e apoio técnico. Não mede implementação ou resultado municipal
BID, benefícios econômicos da digitalização em São Paulo, documento completo publications.iadb.org	Investimento de R$ 19.745.730,23, economias de R$ 534.501.340,95, R$ 2.751.489.625,58 e R$ 5.522.724.981,39, razões de 27,07, 139,35 e 279,69, e os cinco serviços sem retorno satisfatório nomeados	Caso de uma cidade, valores de março de 2022. Não é previsão para o DIRECITY GOV nem taxa interna de retorno
Governo federal, taxa social de desconto para infraestrutura, nota técnica de 22 de maio de 2020 gov.br/gestao	Recomendação literal de 8,5% real ao ano para projetos avaliados a partir de 2020	Taxa social, não custo financeiro municipal
Comissão Europeia, contratação eletrônica ec.europa.eu/docsroom	Frase literal: public buyers who have already made the transition to e-procurement commonly report savings of between 5 and 20%	A ficha **não declara quantos compradores** compõem o intervalo
Portal Nacional de Contratações Públicas pncp.gov.br	Existência, objeto e valor de contratos municipais de elaboração de plano de tecnologia	Busca temática e não exaustiva, portanto piso e não total de mercado
MCTI, plataforma inteli.gente gov.br	Diagnóstico municipal para transformação digital e desenvolvimento urbano sustentável	Oferta pública adjacente
ISO 37120:2018 iso.org/standard/68498.html	Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida, medidos de maneira comparável e verificável	A norma sustenta comparabilidade e verificação. O mecanismo de atratividade depende da combinação com capacidade institucional, crédito e projetos maduros.
ISO 37122:2019 iso.org/standard/69050.html	Indicadores para cidades inteligentes	Complementar à ISO 37120
ISO 37123:2019 iso.org/standard/70428.html	Indicadores para cidades resilientes	Endereço canônico de catálogo
ISO 37124:2024 iso.org/standard/80290.html	Orientação sobre o uso conjunto de ISO 37120, ISO 37122 e ISO 37123	Endereço canônico de catálogo
Lei 12.527 de 2011 planalto.gov.br	Artigos 3° e 8°, dever de publicidade	Artigo 8°, parágrafo 4° dispensa

Fonte	O que sustenta	Limite da evidência
	e divulgação obrigatória em sítios oficiais	municípios com até 10.000 habitantes da divulgação obrigatória na internet
ABES, contratação por inexigibilidade abes.org.br	Artigo 74 incisos I e III aplicáveis ao setor, emissão de certificado de exclusividade e exigência de estudo técnico detalhado	Posição de entidade setorial, não vincula o controle externo
Ipea, transferências voluntárias, 2008 a 2017	Participação em propostas não assegura formalização de instrumento	Período nacional anterior e sem efeito atribuível à plataforma
Sudene, Conexões Regionais 2025	Impedimentos técnicos, cláusulas suspensivas e preparação tardia	Recorte institucional, sem transferência direta para São Paulo
TCU, transferências especiais, TC 024.628/2024-7	Planos de trabalho, rastreabilidade e mudança normativa	Doze municípios escolhidos por risco, sem representatividade nacional
BNDES, apoio aos municípios	Exigências técnicas, orçamento, cronograma, situação fundiária e licenciamento	Requisitos variam por produto e operação
Tesouro Nacional, CAPAG	Endividamento, poupança corrente e liquidez na análise fiscal	Não mede qualidade técnica do projeto
Lei 11.079 de 2004, texto consolidado	Definição, requisitos, prazo, riscos, desempenho e limite do art. 28	Exige análise da lei local e do projeto concreto
Lei 8.987 de 1995, texto consolidado	Concessão comum e permissão de serviço público	Não se confunde com PPP quando não há contraprestação pública
TCU, Referencial de concessões e PPPs, 2024	Controle preventivo e acompanhamento do ciclo completo	Referencial de controle, não aprovação prévia de projeto
Banco Mundial, Municipal PPP Framework	Prontidão municipal, conceito, viabilidade, contratação e gestão	Referência internacional adaptável ao contexto local
Banco Mundial, PPPs subnacionais	Escala, capacidade, crédito, marco regulatório e carteira	Não quantifica efeito do DIRECITY GOV
Banco Mundial, estruturação de projetos no Brasil	Incentivos e problemas da preparação de PPPs e concessões	Análise institucional, não modelo financeiro municipal
ISO 56001:2024 iso.org/standard/79278.html	Sistema de gestão da inovação com capacidade sistemática e contínua; a ISO lista investidores, parceiros e potencial de financiamento entre os benefícios	Evidência de mecanismo organizacional. Não mede efeito causal nem investimento municipal
ISO, Management system standards committee.iso.org/management-system-standards.html	Passos repetíveis, avaliação, correção, melhoria e auditoria de sistemas de gestão	Sustenta institucionalização. Não é certificação da família ISO 37120
Banco Mundial, Municipal and other subnational PPPs ppp.worldbank.org/municipal-and-other-subnational-ppps	Crédito municipal, programa de investimentos e carteira como base para operações comerciais e atração de capital privado	Prontidão e crédito dependem de fundamentos fiscais, legais e de mercado
OCDE, Financing Climate Futures oecd.org/en/publications/financing-climate-	Capacidade institucional ajuda cidades a preparar projetos	Não isola o efeito de uma certificação ISO

Fonte	O que sustenta	Limite da evidência
futures_9789264308114-en/full-report/component-11.html	financiáveis; contabilidade transparente e crédito municipal condicionam acesso a capital	
OCDE, Developing Robust Project Pipelines oecd.org/en/publications/developing-robust-project-pipelines-for-low-carbon-infrastructure_9789264307827-en/full-report/component-7.html	Carteiras publicadas aumentam visibilidade, transparência de desempenho e comparação de oportunidades para investidores	Boas práticas e casos. Não é estimativa para municípios paulistas
Época Negócios, ISO da inovação, 16 nov. 2024 epocanegocios.globo.com/colunas/coluna/2024/11/iso-da-inovacao-traz-para-empresas-mais-investimentos-e-novos-negocios.ghtml	Visão de mercado sobre ISO 56001 como sinal de governança, continuidade, confiança e potencial de novos negócios	Artigo assinado e fonte secundária. Ilustra percepção de mercado, sem provar causalidade
Brasil, Decreto 10.540, de 5 de novembro de 2020, que regulamenta os artigos 48 e 48-A da Lei Complementar 101 de 2000	O SIAFIC é único por ente federativo, vedada a existência de mais de um no mesmo ente, artigo 1º, parágrafo 6º, e alcança todos os Poderes e órgãos do artigo 20 da Lei Complementar 101 de 2000, artigo 1º, parágrafo 1º	Alcança a administração orçamentária, financeira e patrimonial. Não obriga integração dos sistemas de saúde ou de ensino à contabilidade
Brasil, Decreto 11.644, de 2023	Admitiu plano de ação excepcional para implantação do SIAFIC, com prazos posteriores a 1º de janeiro de 2023	Altera o prazo, não o dever de unicidade
Fundo Monetário Internacional, Making Public Investment More Efficient, 2015	Ineficiências médias de cerca de 30% nos processos de investimento público	Medida global, sem recorte municipal
Fundo Monetário Internacional, Brazil Public Investment Management Assessment, novembro de 2018, missão de agosto de 2017	Lacuna de eficiência de 39% no Brasil, contra 27% nas economias emergentes e 29% na América Latina e Caribe. Entes subnacionais executaram 44% do investimento público entre 2012 e 2016	Avaliação de 2017 e 2018, a situação pode ter mudado
TCU, Painel de Obras Paralisadas, atualização de abril de 2025	11.469 de 22.621 obras mapeadas paralisadas, 50,7%; 8.053 de 11.469 em educação e saúde, 70,2%	Obras com recursos federais, sem recorte municipal paulista
Tribunal de Contas da União, Lista de Alto Risco, gestão das obras paralisadas, levantamento de 2023	R$ 9,0 bilhões consumidos e R$ 29,4 bilhões necessários para concluir. Causas apontadas: frágil coordenação, baixa capacidade técnica e operacional dos entes subnacionais, deficiências de projetos e sistemas de informação ineficientes	O Tribunal não discrimina percentual por causa
OCDE, Recommendation of the Council on the Governance of Infrastructure, OECD/LEGAL/0460, adotada em 17 de julho de 2020	Coordenação entre níveis de governo, vínculo com o orçamento, mandatos e	Instrumento de recomendação, não vinculante para município

Fonte	O que sustenta	Limite da evidência
	competências claras, e uso de dados para decisão	brasileiro
OCDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento, Digital Government Index of Latin America and the Caribbean, resultados de 2023 publicados em 2024	Brasil com 0,619, quarto entre 23 países; média regional de 0,315; ausência de inventário de dados em 83% dos países da região	Índice de governo nacional, não mede municípios
Bent Flyvbjerg, What You Should Know about Megaprojects and Why, Project Management Journal, volume 45, número 2, 2014, páginas 6 a 19	Nove em cada dez projetos de grande porte estouram o orçamento. Ferrovias com 44,7% e estradas com 20,4% de estouro médio	Megaprojetos, não projeto municipal de pequeno porte
McKinsey Global Institute, Infrastructure productivity: How to save 1 trillion dollars a year, janeiro de 2013	Potencial de cerca de 40% menos custo, com a maior alavanca na seleção e na preparação. O Chile rejeita 35% dos projetos por análise padronizada	Estimativa global de consultoria, não verificada caso a caso
Global Infrastructure Hub, Investing in project preparation is crucial to delivering bankable and sustainable infrastructure, 27 de abril de 2022	Carteira preparada como condição de atração de capital privado; análise de 130 instalações de preparação de projetos	Não quantifica aumento de investimento decorrente
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, MUNIC 2023, divulgada em 31 de outubro de 2024	Plano pela primeira infância em 1.484 de 5.570 municípios, 26,6%, e plano de segurança alimentar em 1.048 de 5.570, 18,8%	Não mede qualidade nem execução dos planos
Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, guia orientativo, versão 2.0, junho de 2023	Registro das operações de tratamento, artigo 37; divulgação do encarregado, artigo 41, parágrafo 1º; informação sobre previsão legal e finalidade, artigo 23, inciso I	Guia orientativo, não substitui análise jurídica do município
Confederação Nacional de Municípios, Obras Paradas nos Municípios, análises e efeitos do Pacto de Retomada, junho de 2025, consulta em 24 de setembro de 2026	4.849 obras paradas em 2.202 de 5.569 municípios brasileiros, 39,5%; tabela registra R$ 51.101.410.444 empenhados e R$ 42.292.355.620 de falta de repasse corrigida pela Selic	Estudo nacional de 2025. Tabela e texto de conclusão do próprio documento divergem nesse total, R$ 42,3 bilhões contra R$ 45,2 bilhões. Nenhum recorte de São Paulo desse estudo é citado neste relatório
Secretaria de Governo Digital, Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP, consulta em 24 de setembro de 2026	Papéis de equipe, gerência funcional e escritório de projetos, com uso admitido por outros níveis de governo, inclusive municípios	Metodologia federal replicável, não obrigação legal para município
Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, norma local do escritório de projetos, consulta em 24 de setembro de 2026	Escritório de projetos com padronização, priorização, coordenação e acompanhamento do portfólio municipal, apoio à elaboração de projetos, capacitação, captação de recursos, monitoramento e gestão de riscos	Precedente de um único município, não prova adoção nacional nem eficácia

Fonte	O que sustenta	Limite da evidência
TCESP, Catálogo de Boas Práticas IEGM, coleta de 02 e 03/10/2026	22 práticas em 19 municípios, seleção institucional	Amostra intencional, sem inferência estatística para os 644 municípios
TCESP, Comunicado AUDESP 58/2025	Questionário relativo ao exercício 2025	Não altera retrospectivamente os resultados do exercício 2024
Transferegov, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU 45/2026	Atualiza a Portaria 33/2023, inclusive registro da decisão sobre prestação de contas	Norma de instrumento específico, não prova execução municipal
TCESP, Comunicado AUDESP 042/2022	Opção SIAFIC no campo Objeto da Licitação desde 07/12/2022	Identificador de contratação, não atestado de conformidade
Lei Complementar 156/2016, artigo 27, que alterou o artigo 48, § 6°, da LRF	Uso de sistemas únicos de execução orçamentária e financeira mantidos pelo Executivo, resguardada a autonomia	Base legal distinta dos requisitos técnicos do Decreto 10.540/2020
Prefeitura de Osasco, PETCI, Relatório P8, versão 1.0, março de 2024	Plano publicado, com objetivos, projetos, indicadores e estimativas	Estimativas do plano, sem comprovação de execução ou certificação ISO

Anexo K. Rastreabilidade de dados e controles de qualidade

Os controles abaixo documentam propriedades da fonte, regras de saneamento e testes de reprodução aplicados aos resultados publicados.

Propriedades das fontes oficiais que o protocolo de saneamento trata

Características do dado de origem que afetam a reprodução e a interpretação dos resultados.

A autodeclaração contém inconsistência interna medível nas três camadas posteriores à posse. Há 73 de 644 municípios com integração sem posse, 142 de 644 com gestão direta sem posse e 133 de 644 com controle de acesso sem posse. A união alcança 192 de 644, 29,8%. O achado não determina qual resposta está correta e fixa a necessidade das regras 3 e 11.

A mesma área chega com duas grafias entre quesitos do mesmo bloco: o quesito 8.4 escreve Business Inteligence e os quesitos 8.1, 8.2 e 8.3 escrevem Business Intelligence. É o que a regra 2 trata, na leitura, sem alterar a origem.

Nem todo vínculo normativo traz código de indicador: um item de destino está gravado como texto de trabalho, e por isso entra no denominador e fica fora das três colunas ISO, conforme a regra 9.

A validação de publicação confere a presença das bases primárias, dos identificadores documentais e dos endereços oficiais registrados no Anexo I.

Controles de reprodução e consistência
Os indicadores foram recalculados sobre as bases primárias, com verificação de numeradores, denominadores, estratos de porte e invariantes de consistência. A busca contratual no PNCP permanece temática e representa piso observado. Evidências externas mantêm o limite declarado em cada referência.

K.2 Ampliação documental e critérios de inclusão

Fato observado. A revisão manual de 34 links, datada de 16 de setembro de 2026, encontrou arquivo local para 30 de 34 casos, 88,2%. Confirmou identidade de PDTI em 28 de 34, 82,4%, vigência em 2024 em 18 de 34, 52,9%, e documento próprio elegível em 17 de 34, 50,0%.

Inferência analítica. A recuperação manual de arquivos bloqueados, a resolução de páginas intermediárias e a OCR de PDFs digitalizados ampliaram a observação documental sem alterar os critérios de identidade, vigência e recipiente.

Recomendação. Registrar em futuras atualizações se o documento veio do endereço declarado, de endereço alternativo ou de anexo manual, mantendo separadas as evidências de acesso, identidade, vigência e recipiente.

Fato observado. Bragança Paulista foi localizada em endereço diferente do declarado, mas seu plano cobre 2025 a 2027. Cesário Lange teve PDTI 2021 a 2025 recebido e classificado como elegível na Camada B; Duartina, Rinópolis e São Manuel não tiveram documento confirmado nessa etapa. Franco da Rocha tem PDTI 2022 a 2024 confirmado por OCR integral de 33 páginas. Lençóis Paulista forneceu planilha de ações, não PDTI. Santana de Parnaíba tem PDTI e anexos, com período 2019 a 2022.

Limite. Localizar o documento em 2026 não prova que o endereço declarado funcionava no momento da resposta do IEGM. A coluna de acesso permanece separada das colunas de identidade, vigência e recipiente.

Anexo L. Parcerias, concessões e capital privado

PPP, em sentido jurídico estrito, designa concessão patrocinada ou administrativa da Lei 11.079 de 2004. Financiamento, contratação, modelo de entrega e remuneração são decisões diferentes e devem permanecer separadas.

L.1 Requisitos federais centrais da PPP

Requisito	Regra	Uso na plataforma
Valor mínimo	Contrato igual ou superior a R$ 10 milhões	Bloqueio de elegibilidade
Prazo	Prestação por pelo menos 5 anos e vigência total de até 35 anos	Validação do modelo e amortização
Objeto	Não pode ser apenas mão de obra, equipamento ou obra	Teste de serviço e desempenho
Riscos	Repartição objetiva entre as partes	Matriz quantificada e vinculada
Desempenho	Critérios objetivos de avaliação	Indicador e mecanismo de pagamento
Responsabilidade fiscal	Sustentabilidade, transparência e vantagem socioeconômica	Gate fiscal e VfM
Limite do art. 28	Referência de 5% da RCL nas condições legais	Alerta plurianual, sem substituir cálculo oficial
SPE	Constituição antes da celebração, nas condições da lei	Condição precedente

L.2 Instrumentos do Transferegov e PPP

Aspecto	Transferência ou parceria da União	PPP da Lei 11.079
Natureza	Instrumento de transferência ou cooperação	Contrato de concessão patrocinada ou administrativa
Fluxo	Recurso público transferido para plano de trabalho	Investimento e operação privados remunerados ao longo do contrato
Objeto	Entrega delimitada por metas e aplicação vinculada	Serviço ou infraestrutura de longo prazo
Risco	Execução do objeto e regularidade do recurso	Construção, demanda, operação, financiamento e regulação
Controle	Prestação de contas do objeto e do recurso	Fiscalização contínua de desempenho, tarifa, bens e equilíbrio
Relação municipal	Município ou entidade local pode ser recebedor	Município é poder concedente ou parceiro público na PPP municipal

L.3 Fontes primárias verificadas

Lei 11.079 de 2004, texto consolidado: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079compilado.htm

Lei 8.987 de 1995, texto consolidado: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987compilada.htm

Lei 14.133 de 2021, texto consolidado: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

TCU, Referencial de controle externo de concessões e PPPs, 2024: https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual-ou-tutorial/referencial-de-controle-externo-de-concessoes-e-parcerias-publico-privadas

Banco Mundial, Municipal PPP Framework: https://ppp.worldbank.org/sub-national-ppp/municipal-public-private-partnership-framework

Banco Mundial, Municipal Readiness: https://ppp.worldbank.org/library/municipal-public-private-partnership-framework-module-1-municipal-readiness

Banco Mundial, PPPs subnacionais: https://ppp.worldbank.org/municipal-and-other-subnational-ppps

Anexo M. Fragmentação contratual observada no Portal Nacional de Contratações Públicas

Método declarado antes dos números. Doze recortes temáticos de busca no Portal Nacional de Contratações Públicas, consolidados em nove temas, com consulta atualizada entre 20 e 22 de setembro de 2026. A unidade de

contagem é o par de contrato e tema, deduplicado por número de controle PNCP. O poder do ente contratante é classificado pelo nome do órgão. A busca é temática e não exaustiva, e o resultado é piso observado, nunca total de mercado.

Etapa	Numerador	Denominador
Pares de contrato e tema	617	Doze recortes temáticos
Contratos distintos	573	Pares consolidados por número de controle
Contratos com objeto de um único tema	530	573 contratos, 92,5%
Contratos com objeto de dois ou mais temas	43	573 contratos, 7,5%
Entes contratantes distintos	387	Combinação de UF, município e poder
Executivos municipais	231	387 entes, 59,7%
Câmaras municipais	118	387 entes, 30,5%
Outros entes	38	387 entes, 9,8%
Municípios com contrato do Executivo e da Câmara	16	358 municípios distintos
Municípios com o mesmo tema nos dois Poderes	9	16 municípios, sendo 4 com fornecedores diferentes
Fornecedores distintos identificados por CNPJ	337	Contratos com CNPJ informado
Fornecedores que atuam em um único tema	304	337 fornecedores, 90,2%
Máximo de temas atendidos por um mesmo fornecedor	4	Nove temas no recorte
Municípios paulistas casados com o universo de 644	47	48 localizados; a capital não integra o universo

Reprodução. Os cálculos deste anexo são reproduzíveis a partir dos doze recortes do PNCP relacionados no Anexo Q. As tabelas por ente, por fornecedor, por duração de contrato e por município paulista integram o pacote de dados do estudo.

Nota de verificação, 25 de setembro de 2026. Uma reexecução independente do cálculo, sobre cópia das bases, confirmou os 617 pares de contrato e tema e a faixa de vigência publicada, 93,7% em até doze meses. Uma consulta separada e exploratória, por palavra solta na API pública do PNCP para termos como SIAFIC e escritório de projetos, sem a classificação por contexto usada nos doze recortes acima, confirmou que a busca sem essa classificação mistura contrato pertinente com falso positivo, inclusive por casamento com o nome da unidade gestora e não só com o objeto do contrato, por exemplo contratos de óculos de segurança e de equipamento de proteção individual de um departamento municipal de água e esgoto cujo nome contém SIAFIC. Essa consulta exploratória não foi publicada em nenhuma seção deste relatório. A classificação por contexto usada nos doze recortes acima, colunas Termo IA, Natureza IA, Categoria IA e Justificativa IA, retendo somente Natureza IA Efetivo, é o que protege os números deste anexo desse mesmo risco.

Anexo N. Matriz de associação entre as frentes de capacidade

Método declarado antes dos números. Onze indicadores binários construídos sobre os quesitos do i-Gov TI na exportação oficial de respostas do TCE SP, exercício 2024. Cinco pares condicionais por construção do questionário foram excluídos e estão nomeados na seção 4.8. Teste exato de Fisher bilateral, no universo de 644 e por porte. Um porte é reportado quando há ao menos 40 observações e ao menos 5 casos em cada braço.

Medida	Resultado
Indicadores construídos	11
Pares condicionais excluídos	5

Medida	Resultado
Pares avaliados	50
Pares com diferença positiva no universo de 644	50 de 50, 100,0%
Pares com p menor que 0,05 no universo de 644	49 de 50, 98,0%
Pares com diferença positiva em todos os portes avaliáveis	43 de 50, 86,0%

A matriz completa, com n, diferença em pontos percentuais e p no universo e por porte, está na tabela a seguir. O único par não significante no universo é a posse de setor de TIC contra plano de continuidade, com n de 289, diferença de 4,9 pontos percentuais e p de 0,0588. Seis das sete exceções na estratificação decorrem da saturação da posse de setor de TIC entre os 41 municípios grandes.

Par de frentes	n	Diferença, p.p.	p	Pequeno, p.p.	Médio, p.p.	Grande, p.p.
Setor de TIC e PDTIC	644	28,6	< 0,0001	34,1	7,5	0,0
Setor de TIC e Política de segurança	644	34,9	< 0,0001	39,9	11,0	0,0
Setor de TIC e Plano de continuidade	289	4,9	0,0588	8,7	0,1	não avaliado
Setor de TIC e Regulamento u Governo Digital	644	23,3	< 0,0001	26,7	6,5	0,0
Setor de TIC e Regulamento u dados pessoais	644	18,7	< 0,0001	19,3	7,9	0,0
Setor de TIC e Mapeamento de dados	290	12,2	0,0040	20,5	-0,7	não avaliado
Setor de TIC e Encarregado de dados	644	21,6	< 0,0001	21,4	9,8	0,0
Setor de TIC e IEGM B ou superior	644	16,7	0,0002	20,5	6,8	0,0
Capacitação de TIC e TI nas contratações	489	36,2	< 0,0001	28,8	38,2	não avaliado
Capacitação de TIC e PDTIC	489	32,7	< 0,0001	26,3	33,5	41,8
Capacitação de TIC e Política de segurança	489	31,7	< 0,0001	23,4	34,9	43,9
Capacitação de TIC e	275	33,7	< 0,0001	35,6	30,6	não avaliado

Par de frentes	n	Diferença, p.p.	p	Pequeno, p.p.	Médio, p.p.	Grande, p.p.
Plano de continuidade						
Capacitação de TIC e Regulamento u Governo Digital	489	29,8	< 0,0001	32,7	26,0	16,8
Capacitação de TIC e Regulamento u dados pessoais	489	19,8	< 0,0001	9,7	26,1	28,3
Capacitação de TIC e Mapeamento de dados	250	23,4	0,0003	30,7	12,7	não avaliado
Capacitação de TIC e Encarregado de dados	489	33,1	< 0,0001	36,6	24,8	28,3
Capacitação de TIC e IEGM B ou superior	489	31,7	< 0,0001	27,9	34,8	26,1
TI nas contratações e PDTIC	489	19,0	< 0,0001	19,2	14,7	9,5
TI nas contratações e Política de segurança	489	22,7	< 0,0001	24,2	14,7	16,8
TI nas contratações e Plano de continuidade	275	10,3	0,0012	11,1	8,1	não avaliado
TI nas contratações e Regulamento u Governo Digital	489	11,4	0,0030	15,7	1,0	10,7
TI nas contratações e Regulamento u dados pessoais	489	13,1	0,0002	16,4	5,3	11,8
TI nas contratações e Mapeamento de dados	250	11,4	0,0064	19,9	3,2	não avaliado
TI nas contratações e Encarregado de dados	489	14,5	< 0,0001	19,5	4,1	11,8
TI nas contratações e IEGM B ou superior	489	16,1	< 0,0001	23,3	7,4	10,3

Par de frentes	n	Diferença, p.p.	p	Pequeno, p.p.	Médio, p.p.	Grande, p.p.
PDTIC e Política de segurança	644	53,4	< 0,0001	55,6	44,2	31,0
PDTIC e Plano de continuidade	289	37,2	< 0,0001	37,5	36,4	não avaliado
PDTIC e Regulamento u Governo Digital	644	42,8	< 0,0001	47,0	28,2	42,3
PDTIC e Regulamento u dados pessoais	644	32,4	< 0,0001	27,2	33,0	25,3
PDTIC e Mapeamento de dados	290	26,4	< 0,0001	32,9	11,2	não avaliado
PDTIC e Encarregado de dados	644	35,5	< 0,0001	31,3	33,9	14,0
PDTIC e IEGM B ou superior	644	28,8	< 0,0001	26,0	18,8	51,7
Política de segurança e Regulamento u Governo Digital	644	40,6	< 0,0001	38,2	28,3	35,7
Política de segurança e Regulamento u dados pessoais	644	39,4	< 0,0001	30,8	41,8	43,1
Política de segurança e Mapeamento de dados	290	21,3	0,0002	33,9	2,6	não avaliado
Política de segurança e Encarregado de dados	644	40,8	< 0,0001	36,7	34,1	31,9
Política de segurança e IEGM B ou superior	644	32,1	< 0,0001	32,6	24,7	22,7
Plano de continuidade e Regulamento u Governo Digital	289	39,5	< 0,0001	40,5	31,1	não avaliado
Plano de continuidade e Regulamento u dados pessoais	289	26,3	< 0,0001	17,8	34,8	não avaliado
Plano de continuidade e	193	28,7	< 0,0001	37,8	16,4	não avaliado

Par de frentes	n	Diferença, p.p.	p	Pequeno, p.p.	Médio, p.p.	Grande, p.p.
Mapeamento de dados						
Plano de continuidade e Encarregado de dados	289	26,2	< 0,0001	29,8	24,0	não avaliado
Plano de continuidade e IEGM B ou superior	289	21,0	0,0026	24,3	12,6	não avaliado
Regulamento u Governo Digital e Regulamento u dados pessoais	644	32,5	< 0,0001	22,2	44,3	35,2
Regulamento u Governo Digital e Mapeamento de dados	290	19,5	0,0016	13,5	12,9	não avaliado
Regulamento u Governo Digital e Encarregado de dados	644	26,4	< 0,0001	22,2	25,9	23,9
Regulamento u Governo Digital e IEGM B ou superior	644	26,7	< 0,0001	21,7	23,8	49,4
Regulamento u dados pessoais e IEGM B ou superior	644	27,2	< 0,0001	24,6	30,8	9,5
Mapeamento de dados e Encarregado de dados	290	27,7	< 0,0001	30,0	24,5	não avaliado
Mapeamento de dados e IEGM B ou superior	290	19,4	0,0055	24,4	5,4	não avaliado
Encarregado de dados e IEGM B ou superior	644	29,0	< 0,0001	25,7	31,8	9,5

Teste exato de Fisher bilateral. Não avaliado indica porte sem ao menos 40 observações e 5 casos em cada braço.

Anexo O. Correlacionamento entre o SIAFIC e os quesitos do IEGM

Fonte. A tabela de 55 pares de índice e quesito foi reproduzida da exportação oficial de respostas do TCESP, exercício 2024, com as regras de condicionamento registradas no método deste relatório.

Eixo do decreto	Faixa observada, com denominador de cada quesito	Leitura
Unicidade e integração, artigos	De 363 de 637, 57,0%, no controle	O objeto regulado existe de forma

Eixo do decreto	Faixa observada, com denominador de cada quesito	Leitura
1º e 2º	interno integrado à contabilidade, a 637 de 644, 98,9%, na posse de sistema de gestão de processos	quase universal, a integração cai na borda do núcleo fiscal
Transparência em tempo real, artigos 7º e 8º	De 458 de 644, 71,1%, em diárias e passagens a 628 de 644, 97,5%, em transparência fiscal na página eletrônica	As respostas declaradas diferem entre os dois quesitos; a base não explica a diferença
Segurança e rastreabilidade, artigos 11 a 15	289 de 644, 44,9%, com Política de Segurança da Informação instituída; entre esses, 135 de 289, 46,7%, com Plano de Continuidade, e 244 de 289, 84,4%, com backup formalizado	As respostas sobre software e sobre práticas de segurança divergem; a base não identifica a causa dessa diferença
Conformidade com o PCASP	Sem quesito dedicado no recorte de 644 municípios	Relação inferida a partir dos indicadores automáticos do AUDESP; este recorte não verificou a aplicação municipal do PCASP

O que esta tabela não afirma. Ela não afere conformidade com o Decreto 10.540 de 2020, nem audita a configuração do SIAFIC de nenhum município. Um índice composto, com os pesos que o próprio IEGM atribui a cada quesito, está no Anexo P.

Anexo P. Índice autoral de condições correlatas ao SIAFIC via IEGM, com pesos do questionário

Fato observado. A partir do mesmo mapeamento do Anexo O, este estudo construiu um índice composto autoral de respostas sobre condições institucionais correlatas ao SIAFIC, agregando os quesitos por eixo e ponderando cada um pelo peso que o próprio TCE-SP publica no Questionário Principal do IEGM 2025, Ano Base 2024, Divisão AUDESP, disponível em tce.sp.gov.br/publicacoes, em vez de peso igual entre os itens. A fórmula é a mesma que o IEGM usa para compor uma dimensão, pontos obtidos dividido por pontos máximos possíveis no eixo, multiplicado por 100. A tabela de pesos, com a convenção adotada para três quesitos que só têm penalidade publicada, está na seção P.1; os itens sem peso oficial, mantidos fora do somatório, estão na seção P.2.

Eixo	Máximo de pontos	Pequeno, média (mediana)	Médio, média (mediana)	Grande, média (mediana)	Abaixo de 50%
1. Unicidade e integração	57	94,1% (100,0%)	95,5% (100,0%)	94,4% (100,0%)	6 de 391 pequenos, 1 de 212 médios, 0 de 41 grandes
2. Transparência em tempo real	12	84,5% (100,0%)	86,7% (100,0%)	88,4% (100,0%)	18 de 391 pequenos, 9 de 212 médios, 2 de 41 grandes
3. Segurança e rastreabilidade	287	48,9% (44,7%)	63,0% (59,6%)	69,4% (64,8%)	238 de 391 pequenos, 67 de 212 médios, 7 de 41 grandes
Índice geral	356	64,6% (63,3%)	72,9% (69,4%)	76,5% (71,9%)	25 de 391 pequenos, 2 de 212 médios, 0 de 41 grandes

Por que o eixo de segurança pesa mais para baixo. Os itens de maior peso oficial desse eixo, Política de Segurança da Informação, 50 pontos, e uso de assinatura eletrônica normatizado, 40 pontos, são justamente os de menor adesão entre municípios pequenos. Quando entram com seu peso real, e não como um item igual aos demais, o resultado se aproxima mais do que o próprio IEGM mediria nesses quesitos.

O que este índice não afirma. Não é a nota oficial do IEGM, é um índice próprio deste estudo, construído sobre um subconjunto de quesitos do IEGM correlacionados ao SIAFIC. É leitura de diagnóstico autodeclarado ao TCE-SP, não auditoria com verificação de campo, e serve como alerta de gestão para o próprio gestor municipal, não como veredito de conformidade comprovada com o SIAFIC. Nenhum número aqui é nota, certificação, economia, captação ou investimento.

Convenção de escala. Três quesitos do bloco de Controle Interno, 14.4.4.2, 14.4.5.1 e 14.4.5.1.1, publicam no questionário oficial apenas o quanto se perde, não um máximo positivo explícito. O índice adota a seguinte convenção de escala: no 14.4.4.2, máximo de 3 pontos, com as opções sem perda valendo 3; no 14.4.5.1, escala de 6, 6, 2 e 0 pontos, máximo de 6; no 14.4.5.1.1, máximo de 3 pontos. Juntos, os três quesitos somam 12 dos 287 pontos do eixo de segurança. Os quesitos 8.1 a 8.4, checklists de sistemas e bases de dados, não têm peso por opção publicado pelo TCE-SP e por isso ficam fora deste somatório de pontos, reportados na seção P.2 como taxa de cobertura do menu de opções, por porte.

Fonte dos dados e reprodutibilidade. Exportação oficial de respostas do TCE-SP, exercício de referência 2024, e porte por população do IBGE. A tabela por município, identificado pelo código IBGE, com pontos obtidos e pontos máximos por eixo, integra o pacote de dados do estudo.

P.1 Pesos usados no índice

Pesos publicados pelo TCE-SP no Questionário Principal do IEGM 2025, Ano Base 2024, por resposta afirmativa, salvo indicação. Os três quesitos marcados como convenção validada seguem a escala descrita acima.

Dimensão	Quesito	Eixo	Pontos
i-Gov TI	8.0	1. Unicidade e integração	40
i-Planejamento	10.0, por opção: 1 ponto em uma opção e 2 nas outras oito	1. Unicidade e integração	17
i-Fiscal	19.0, 20.0, 21.0 e 22.0	2. Transparência em tempo real	3 cada, 12 no total
i-Gov TI	3.0	3. Segurança e rastreabilidade	50
i-Gov TI	3.1	3. Segurança e rastreabilidade	20
i-Gov TI	3.1.1	3. Segurança e rastreabilidade	40
i-Gov TI	3.3, 3.4 e 3.5	3. Segurança e rastreabilidade	30 cada, 90 no total
i-Gov TI	3.6	3. Segurança e rastreabilidade	20
i-Fiscal	1.1	3. Segurança e rastreabilidade	0,5
i-Fiscal	1.3	3. Segurança e	10

Dimensão	Quesito	Eixo	Pontos
		rastreabilidade	
i-Fiscal	1.4	3. Segurança e rastreabilidade	3
i-Fiscal	1.5 e 1.5.1	3. Segurança e rastreabilidade	5 cada, 10 no total
i-Fiscal	2.0	3. Segurança e rastreabilidade	4
i-Planejamento	14.4	3. Segurança e rastreabilidade	0,5
i-Planejamento	14.4.1, 14.4.3 e 14.4.5	3. Segurança e rastreabilidade	5 cada, 15 no total
i-Planejamento	14.4.2 e 14.4.4	3. Segurança e rastreabilidade	6 cada, 12 no total
i-Planejamento	14.4.4.2, convenção validada	3. Segurança e rastreabilidade	3
i-Planejamento	14.4.5.1, convenção validada	3. Segurança e rastreabilidade	6
i-Planejamento	14.4.5.1.1, convenção validada	3. Segurança e rastreabilidade	3
Total		Eixo 1, 57; eixo 2, 12; eixo 3, 287	356

P.2 Quesitos sem peso oficial, reportados à parte

Os checklists 8.1 a 8.4 do i-Gov TI não têm peso por opção publicado. A cobertura é a proporção de opções marcadas sobre o total do menu.

Quesito do i-Gov TI	Opções no menu	Pequeno, média (mediana)	Médio, média (mediana)	Grande, média (mediana)
8.1, softwares por processo ou setor	17	78,6% (82,4%)	84,8% (82,4%)	86,1% (88,2%)
8.2, sistemas integrados à contabilidade	16	57,9% (56,2%)	63,0% (62,5%)	56,6% (56,2%)
8.3, bases de dados sob gestão direta	17	76,0% (76,5%)	75,0%	75,3% (82,4%)

Quesito do i-Gov TI	Opções no menu	Pequeno, média (mediana)	Médio, média (mediana)	Grande, média (mediana)
			(82,4%)	
8.4, sistemas com controle de acesso	17	73,6% (76,5%)	81,6% (82,4%)	81,9% (88,2%)

Cinco quesitos do mapeamento aparecem no questionário com Sim e Não sem pontuação própria; o peso está em perguntas filhas. A taxa de Sim por porte é a seguinte.

Quesito sem peso por opção	Pequeno	Médio	Grande
i-Fiscal 1.0, estrutura de administração tributária	360 de 391, 92,1%	211 de 212, 99,5%	41 de 41, 100,0%
i-Fiscal 18.0, transparência fiscal na página eletrônica	380 de 391, 97,2%	207 de 212, 97,6%	41 de 41, 100,0%
i-Planejamento 14.0, Sistema de Controle Interno instituído	377 de 391, 96,4%	207 de 212, 97,6%	38 de 41, 92,7%
i-Planejamento 14.5, Plano Operativo Anual	209 de 377, 55,4%	158 de 207, 76,3%	33 de 38, 86,8%
i-Gov TI 3.2, riscos de TIC pela família ISO/IEC 27000	48 de 126, 38,1%	74 de 132, 56,1%	13 de 31, 41,9%

Anexo Q. Pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas, por tema, e valor mensal equivalente do mercado fragmentado

Método declarado antes dos números. Doze recortes de pesquisa, um por tema de busca no Portal Nacional de Contratações Públicas, consolidados nos nove temas do Anexo M. Todos os recortes compartilham a mesma estrutura de colunas centrais: número de controle PNCP, órgão, UF, município, população, objeto do contrato, fornecedor, CNPJ do fornecedor, valor global, data de publicação, início e fim de vigência, duração e os links do contrato e do edital no PNCP. Quatro recortes, ATRICON, SUS Digital, ODS e gestão de projetos, têm colunas adicionais de classificação por inteligência artificial, termo, natureza, categoria e justificativa; nesses quatro, cada registro do recorte já está classificado como natureza efetiva, condição que a nota de verificação do Anexo M documenta e que este anexo confirma por contagem direta, sem exceção nos quatro recortes.

Q.1 Os doze recortes, fonte primária deste anexo e do Anexo M

Recorte de busca	Tema consolidado no Anexo M	Registros no recorte
1. LGPD, assessoria e adequação	LGPD	296
2. PDTIC, consultoria de TI	PDTIC	35
3. PDTIC e SUS Digital, saúde digital	PDTIC	74
4. IEGM e TCESP, assessoria e capacitação	IEGM	8
5. Cidades inteligentes, ISO 37120 e plataformas	Cidades inteligentes e ISO 37120	8
6. Captação de recursos, convênios e assessoria	Captação de recursos	11
7. Captação de recursos, plataforma SaaS, Minas Gerais	Captação de recursos	3
8. Captação de recursos, plataforma SaaS de transferências voluntárias	Captação de recursos	5
9. Transparência ATRICON	ATRICON	55
10. SUS Digital	SUS Digital	40
11. ODS	ODS	7
12. Gestão de projetos	Gestão de projetos	110
Total de registros nos doze recortes		652

Do bruto ao par analisado. Dos 652 registros brutos, a deduplicação por número de controle PNCP e tema, mesma regra do Anexo M, descarta 35 pares repetidos e resulta em 617 pares de contrato e tema, 617 de 652, 94,6%, o mesmo total já usado no Anexo M. Este anexo restringe os 617 pares ao Poder Executivo municipal, 389 de 617, 63,0%, porque é o Executivo que responde pelo IEGM e é o comprador relevante para a referência de valor de mercado. Os 228 pares restantes, Câmara Municipal e outros entes, já estão descritos no Anexo M e não entram no cálculo de valor mensal deste anexo.

Q.2 Valor mensal equivalente por tema, Poder Executivo municipal

Regra de cálculo. Para cada contrato com valor global e duração utilizáveis, o valor mensal equivalente é o valor global dividido pelo número de meses de vigência. A referência de mercado por tema é a mediana dos valores mensais equivalentes dos contratos daquele tema, não a média, para que um único contrato de valor extremo não distorça o número. Contratos sem valor ou sem duração em formato reconhecível ficam fora do cálculo de mediana e são contados à parte.

Tema	Contratos, Executivo municipal	Com valor e duração utilizáveis	Valor global mediano	Duração mediana	Valor mensal equivalente mediano
LGPD	156	144 de 156, 92,3%	R$ 44.000,00	12,0 meses	R$ 4.625,00
PDTIC	55	53 de 55, 96,4%	R$ 41.760,00	6,0 meses	R$ 7.300,00
IEGM	8	6 de 8, 75,0%	R$ 40.900,00	3,0 meses	R$ 10.283,33
Cidades inteligentes e ISO 37120	6	6 de 6, 100,0%	R$ 265.340,00	13,2 meses	R$ 17.765,96
Captação de recursos	18	17 de 18, 94,4%	R$ 58.800,00	12,0 meses	R$ 4.900,00
ATRICON	16	15 de 16, 93,8%	R$ 60.000,00	12,0 meses	R$ 5.000,00
SUS Digital	37	35 de 37, 94,6%	R$ 48.900,00	6,0 meses	R$ 11.111,11
ODS	6	6 de 6, 100,0%	R$ 50.460,00	6,0 meses	R$ 8.937,50
Gestão de projetos	87	87 de 87, 100,0%	R$ 62.725,59	12,0 meses	R$ 6.708,33

Fato observado, as somas. A soma das medianas de valor mensal equivalente do núcleo de quatro obrigações recorrentes, LGPD, PDTIC, IEGM e captação de recursos, é R$ 27.108,33. A soma das medianas dos nove temas é R$ 76.631,24. Nenhuma das duas somas é o gasto observado de um único município: o Anexo M já registra que 7 de 231 executivos municipais, 3,0%, contrataram três ou mais temas, e nenhum contratou os quatro ou os nove. As somas são referência de mercado, tema a tema, para o custo de cobrir separadamente, por contratos distintos, a mesma cobertura temática.

Nota sobre o tema cidades inteligentes e ISO 37120. É o tema de maior valor mensal equivalente mediano e o de menor N, 6 contratos. Os contratos desse recorte tendem a ser projetos de maior CAPEX e vigência mais longa que os demais oito temas, o que também é visível na duração mediana, 13,2 meses contra 3,0 a 12,0 meses nos demais. A soma de nove temas deve ser lida com essa heterogeneidade em vista: o núcleo de quatro obrigações recorrentes é a comparação mais direta e mais conservadora.

Q.4 O que este anexo não afirma

Premissa adotada. Mercado novo, sem precedente de contratação integrada; a referência é o custo de contratar separadamente, tema a tema, a mesma cobertura temática; o valor mensal equivalente de contratos pontuais serve à comparação de ordem de grandeza e não equipara entrega única a operação continuada; a referência não descreve o gasto atual de nenhum município.

Este anexo não afirma que os 275 municípios priorizados contratam hoje, ou pretendem contratar, os nove temas separadamente. Não afirma economia, captação ou investimento para nenhum município nomeado. A soma de medianas de mercado é referência de preço corrente para instrução de processo de contratação, por analogia ao que a Instrução Normativa SEGES/ME 65/2021 pede de uma pesquisa de preços, e não previsão de gasto nem garantia de que a mediana observada se repita em nova busca.

Reprodutibilidade. A tabela da seção Q.2 é reproduzível a partir dos doze recortes da seção Q.1, com as regras de deduplicação e de classificação do poder contratante do Anexo M. As bases e o roteiro de cálculo integram o pacote de dados do estudo.